1. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – organização e estrutura

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se organiza e se estrutura de acordo com a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, Lei Complementar nº 59/2001, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 85/2005 e pela Lei Complementar nº 105/2008.

O Regimento Interno do TJMG está previsto na Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012, a qual estabelece, em seu artigo 9º, que este Tribunal se organiza e funciona pelos seus órgãos, sob a direção do Presidente do Tribunal de Justiça.

São os órgãos que compõem o Tribunal de Justiça:

- Tribunal Pleno;
- Órgão Especial;
- Corregedoria-Geral de Justiça;
- Seções cíveis;
- Grupos de câmaras criminais, câmaras cíveis e criminais;
- Conselho da Magistratura;
- Comissões permanentes;
- Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais;
- Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais;
- Comissões temporárias;
- Ouvidoria Judicial.

Os cargos de direção do TJMG são os de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Terceiro Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça, com mandato de dois anos, vedada a reeleição.

Foram eleitos, para condução do Tribunal no biênio 2022-2024, o Desembargador José Arthur Filho (Presidente), o Desembargador Alberto Vilas Boas (Primeiro Vice-Presidente), o Desembargador Renato Dresch (Segundo Vice-Presidente), a Desembargadora Ana Paula Caixeta (Terceira Vice-Presidente), o

Desembargador Corrêa Junior (Corregedor-Geral de Justiça) e a Desembargadora Yeda Athias (Vice-Corregedora-Geral de Justiça).

Quanto ao número total de magistrados em atividade, atualmente são 150 desembargadores e 869 juízes de direito, no total de 1.019.

2. Missão, Visão e Valores

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais possui um conjunto de diretrizes definidas em sua missão, visão e valores.

Missão: garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional eficiente, célere, inovadora e cooperativa, priorizada a adoção de soluções consensuais para os conflitos, de modo a constituir-se em instrumento efetivo de promoção dos direitos fundamentais e da paz social.

Visão: Ser reconhecido como um Tribunal de Justiça íntegro, eficiente, inovador e transparente.

Valores:

- acessibilidade;
- agilidade;
- austeridade econômica e responsabilidade socioambiental;
- cooperação;
- ética;
- imparcialidade;
- independência;
- inovação;
- transparência;
- valorização;
- inclusão e igualdade das pessoas.

3. Secretaria do TJMG.

A Secretaria do TJMG está estruturada em cinco Superintendências, além da Ouvidoria, todas sob a direção do Presidente do Tribunal de Justiça. As superintendências são presididas pelos desembargadores ocupantes dos cargos de direção, à exceção da Superintendência Administrativa, em que são designados desembargadores superintendentes de acordo com a área de atuação (Recursos Humanos, Informática, Obras etc). A Ouvidoria é dirigida por um desembargador escolhido pelo Órgão Especial. No quadro I, a seguir, está demonstrada, resumidamente, a organização da Secretaria do Tribunal, no que diz respeito às superintendências e Ouvidoria e seus dirigentes. O organograma completo está anexo ao final deste documento.

QUADRO I – SECRETARIA DO TJMG					
Superintendência Geral da Secretaria do TJMG (Presidente)					
Superintendência Judiciária – SEJUD	**Superintendência da Escola Judicial – EJEF**	**Superintendência Administrativa**	**Superintendência da Gestão de Inovação**	**Superintendência da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça**	**Ouvidoria do TJMG**
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	Desembargadores Superintendentes e Juízes Auxiliares da Presidência	3º Vice-Presidente	Corregedor-Geral de Justiça Vice Corregedor	Ouvidor

A Carta de Serviços ao Cidadão (exigida pela Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública) tem o objetivo de informar sobre os serviços prestados pelo TJMG e as formas de acesso e está disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/servicos/servicos.htm.

4. Da prestação jurisdicional de primeira instância

O território do Estado está dividido em 298 comarcas, para fins de organização da prestação jurisdicional em primeira instância. A comarca estabelece o território sob jurisdição de um juiz ou grupo de juízes e pode compreender um ou mais municípios. A seguir, a relação atualizada das comarcas do Estado de Minas Gerais.

QUADRO II – COMARCAS DO TJMG		
Abaeté	Estrela do Sul	Oliveira
Abre-Campo	Eugenópolis	Ouro Branco
Açucena	Extrema	Ouro Fino
Águas Formosas	Ferros	Ouro Preto
Aimorés	Formiga	Palma
Aiuruoca	Francisco Sá	Pará de Minas
Além Paraíba	Frutal	Paracatu
Alfenas	Galiléia	Paraguaçu
Almenara	Governador Valadares	Paraisópolis
Alpinópolis	Grão-Mogol	Paraopeba
Alto Rio Doce	Guanhães	Passa Quatro
Alvinópolis	Guapé	Passa Tempo
Andradas	Guaranésia	Passos
Andrelândia	Guarani	Patos de Minas
Araçuaí	Guaxupé	Patrocínio
Araguari	Ibiá	Peçanha
Araxá	Ibiraci	Pedra Azul
Arcos	Ibirité	Pedralva
Areado	Igarapé	Pedro Leopoldo
Arinos	Iguatama	Perdizes
Baependi	Inhapim	Perdões
Bambuí	Ipanema	Piranga
Barão de Cocais	Ipatinga	Pirapetinga
Barbacena	Itabira	Pirapora
Barroso	Itabirito	Pitangui
Belo Horizonte	Itaguara	Piumhi
Belo Vale	Itajubá	Poço Fundo
Betim	Itamarandiba	Poços de Caldas
Bicas	Itambacuri	Pompéu
Boa Esperança	Itamoji	Ponte Nova
Bocaiúva	Itamonte	Porteirinha
Bom Despacho	Itanhandu	Pouso Alegre
Bom Sucesso	Itanhomi	Prados
Bonfim	Itapajipe	Prata
Bonfinópolis de Minas	Itapecerica	Pratápolis
Borda da Mata	Itaúna	Presidente Olegário
Botelhos	Ituiutaba	Raul Soares
Brasília de Minas	Itumirim	Resende Costa
Brazópolis	Iturama	Resplendor
Brumadinho	Jaboticatubas	Ribeirão das Neves
Bueno Brandão	Jacinto	Rio Casca
Buenópolis	Jacuí	Rio Novo

Buritis	Jacutinga	Rio Paranaíba
Cabo Verde	Jaíba	Rio Pardo de Minas
Cachoeira de Minas	Janaúba	Rio Piracicaba
Caeté	Januária	Rio Pomba
Caldas	Jequeri	Rio Preto
Camanducaia	Jequitinhonha	Rio Vermelho
Cambuí	João Monlevade	Sabará
Cambuquira	João Pinheiro	Sabinópolis
Campanha	Juatuba	Sacramento
Campestre	Juiz de Fora	Salinas
Campina Verde	Lagoa da Prata	Santa Bárbara
Campo Belo	Lagoa Santa	Santa Luzia
Campos Altos	Lajinha	Santa Maria do Suaçuí
Campos Gerais	Lambari	Santa Rita de Caldas
Canápolis	Lavras	Santa Rita do Sapucaí
Candeias	Leopoldina	Santa Vitória
Capelinha	Lima Duarte	Santo Antonio do Monte
Capinópolis	Luz	Santos Dumont
Carandaí	Machado	São Domingos do Prata
Carangola	Malacacheta	São Francisco
Caratinga	Manga	São Gonçalo do Sapucaí
Carlos Chagas	Manhuaçu	São Gotardo
Carmo da Mata	Manhumirim	São João da Ponte
Carmo de Minas	Mantena	São João del Rei
Carmo do Cajuru	Mar de Espanha	São João do Paraíso
Carmo do Paranaíba	Mariana	São João Evangelista
Carmo do Rio Claro	Martinho Campos	São João Nepomuceno
Carmópolis de Minas	Mateus Leme	São Lourenço
Cássia	Matias Barbosa	São Romão
Cataguases	Matozinhos	São Roque de Minas
Caxambu	Medina	São Sebastião do Paraíso
Cláudio	Mercês	Senador Firmino
Conceição das Alagoas	Mesquita	Serro
Conceição do Mato Dentro	Minas Novas	Sete Lagoas
Conceição do Rio Verde	Miradouro	Silvianópolis
Congonhas	Miraí	Taiobeiras
Conquista	Montalvânia	Tarumirim
Conselheiro Lafaiete	Monte Alegre de Minas	Teixeiras
Conselheiro Pena	Monte Azul	Teófilo Otoni
Contagem	Monte Belo	Timóteo
Coração de Jesus	Monte Carmelo	Tiros
Corinto	Monte Santo de Minas	Tombos
Coromandel	Monte Sião	Três Corações

Coronel Fabriciano	Montes Claros	Três Marias
Cristina	Morada Nova de Minas	Três Pontas
Cruzília	Muriaé	Tupaciguara
Curvelo	Mutum	Turmalina
Diamantina	Muzambinho	Ubá
Divino	Nanuque	Uberaba
Divinópolis	Natércia	Uberlândia
Dores do Indaiá	Nepomuceno	Unaí
Elói Mendes	Nova Era	Varginha
Entre-Rios de Minas	Nova Lima	Várzea da Palma
Ervália	Nova Ponte	Vazante
Esmeraldas	Nova Resende	Vespasiano
Espera Feliz	Nova Serrana	Viçosa
Espinosa	Novo Cruzeiro	Virginópolis
		Visconde do Rio Branco

De acordo com a Lei de Organização e Divisão Judiciárias, as comarcas são classificadas conforme o número de habitantes e quantidade de varas instaladas: são de primeira entrância aquelas com apenas uma vara instalada, de entrância especial aquelas com cinco ou mais varas instaladas e população igual ou superior a centro e trinta mil habitantes, e de segunda entrância aquelas que não se inserem nos dois primeiros casos.

5. Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ

O Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, vinculado à estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, foi criado pela Lei Estadual nº 20.802/2013, e regulamentado pela Resolução TJMG nº 739/2013.

Conforme o artigo 2° da Lei Estadual nº 20.802/2013, o FEPJ tem como objetivo assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário, a serem aplicados, em especial, na elaboração e execução de programas e projetos; construção, ampliação e reforma de prédios próprios e de imóveis utilizados pelo Poder Judiciário; ampliação e modernização dos serviços informatizados; aquisição de material permanente; aquisição de bens imóveis; capacitação e treinamento; realização de despesas de caráter indenizatório, classificadas em outras despesas correntes; realização de outras despesas de capital ou correntes, exceto as relativas a proventos, vencimentos, pensões e subsídios dos quadros do Poder Judiciário.

Com a criação do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, foram alocados na UO 1031 - TJMG, os recursos para a cobertura das despesas de pessoal e os respectivos encargos sociais, pertinentes à remuneração de magistrados e servidores ativos, inativos civis e pensionistas, bem como precatórios e sentenças judiciárias.

6. Legislação Aplicável (principais atos normativos):

Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989	Seção III – Do Poder Judiciário; Subseções I – Disposições Gerais; II – Do Tribunal de Justiça; V – Do Tribunal do Júri; VI – Do Juiz de Direito e VII – Dos Juizados Especiais.
Lei Complementar nº 59/2001	Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.
Lei Complementar nº 85/2005	Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.
Lei Complementar nº 105/2008	Altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.
Lei Estadual nº 20.802/2013	Cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ.
Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012	Contém o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.
Resolução nº 518/2007	Dispõe sobre os níveis hierárquicos e as atribuições gerais das unidades organizacionais que integram a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
Resolução nº 522/2007	Revoga as Resoluções nº 424/2003 e nº 425/2003 e dispõe sobre a Superintendência Administrativa.
Resolução nº 739/2013	Regulamenta o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Resolução nº 821/2016	Dispõe sobre a reestruturação da Corregedoria Geral de Justiça, altera o Anexo V da Resolução da Corte Superior nº 533, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a lotação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça e dá outras providências, e revoga a Resolução da Corte Superior nº 493, de 12 de dezembro de 2005, que reestrutura a Corregedoria-Geral de Justiça.
Resolução nº 862/2017	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e revoga a Resolução da Corte Superior nº 685, de 1º de março de 2012, que “dispõe sobre a implantação da Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais”.
Resolução nº 873/2018	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos de Solução de Conflitos, da Superintendência da Gestão de Inovação e do órgão jurisdicional da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculado à Terceira Vice-Presidência, e estabelece normas para a instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
Resolução nº 969/2021	Dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades

	organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência e dá outras providências.
Resolução nº 979/2021	Dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.
Resolução nº 1.053/2023	Dispõe sobre a Superintendência Judiciária e dá outras providências.

7. Links de referência:

- Carta de Serviços ao Cidadão: disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/servicos/servicos.htm

- Lista atualizada de comarcas: disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/comarcas/#!

- Missão, visão e valores: disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/o-tjmg/conheca-o-tjmg.htm

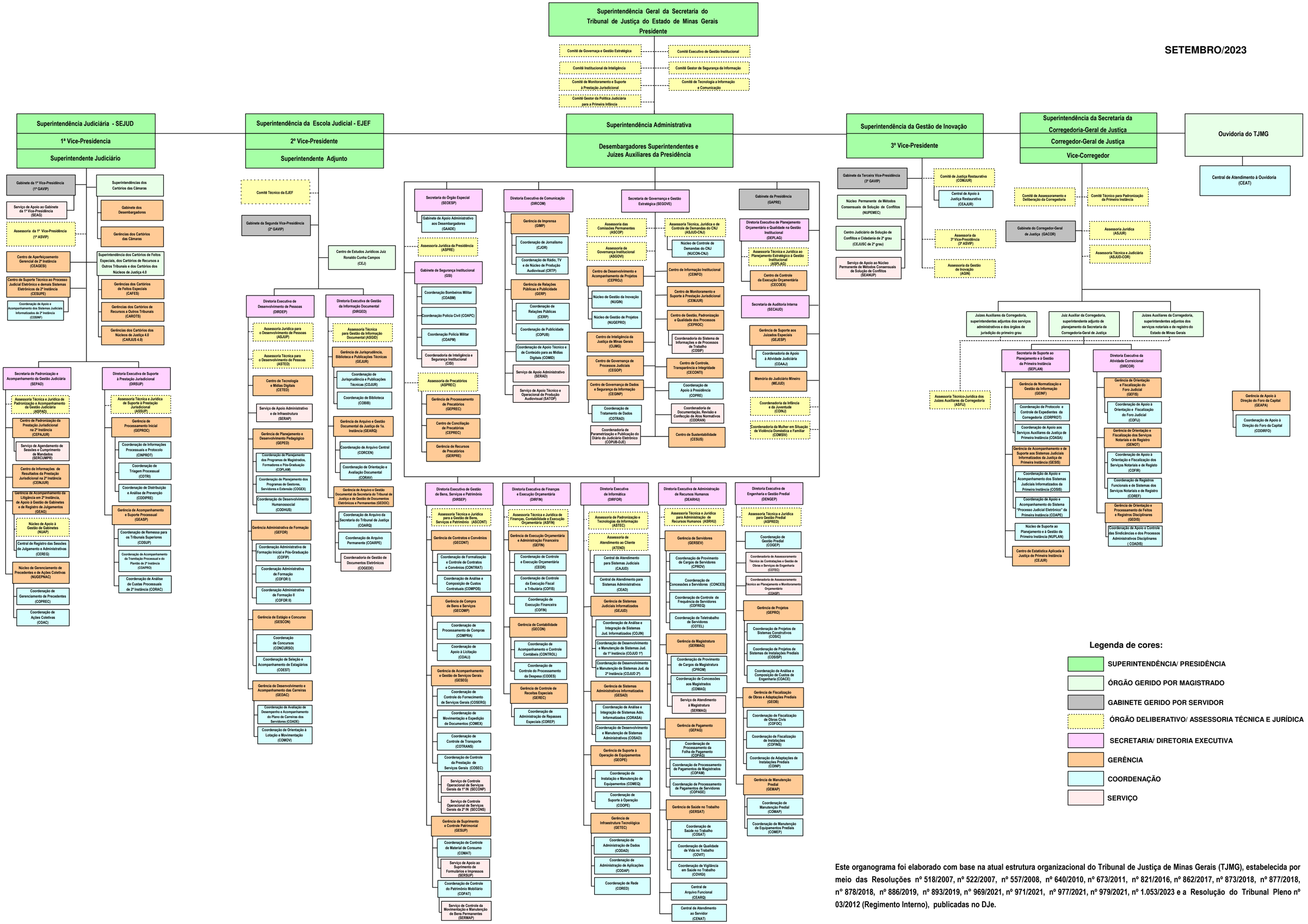
- Organização e competências: disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/o-tjmg/conheca-o-tjmg.htm

- Organização e estrutura do TJMG: disponível em https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/o-tjmg/o-judiciario.htm

- Organograma da Secretaria do TJMG: disponível em https://www.tjmg.jus.br/data/files/CD/71/C5/37/B9EBA810AC81D5A82C08CCA8/Organograma%20da%20Secretaria%20TJMG%20-%20Setembro%20-%202023.pdf

Organograma da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SETEMBRO/2023



Este organograma foi elaborado com base na atual estrutura organizacional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), estabelecida por meio das Resoluções nº 518/2007, nº 522/2007, nº 557/2008, nº 640/2010, nº 673/2011, nº 821/2016, nº 862/2017, nº 873/2018, nº 877/2018, nº 878/2018, nº 886/2019, nº 893/2019, nº 969/2021, nº 971/2021, nº 977/2021, nº 979/2021, nº 1.053/2023 e a Resolução do Tribunal Pleno nº 03/2012 (Regimento Interno), publicadas no DJe.

Anexo V - Item 3.a - Apresentação da Unidade Jurisdicionada (1879363) SEI 0070777-36.2024.8.13.0000 / pg. 9

RELATÓRIO Nº 18445951 / 2024 - TJMG/SUP-ADM/DEPLAG/ASPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE/MG - Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais
AGIN - Assessoria de Gestão da Inovação
APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
ASCONT - Assessoria Técnica e Jurídica para Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio
ASPLAG - Assessoria Técnica e Jurídica ao Planejamento e à Gestão Institucional
CEINFO - Centro de Informação Institucional
CEINJUR - Centro de Informações de Resultados da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância
CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CEMJUR - Centro de Monitoramento e Suporte à Prestação Jurisdicional
CEPROJ - Centro de Desenvolvimento e Acompanhamento de Projetos
CESUS - Centro de Sustentabilidade
CGE/MG - Corregedoria-Geral do Estado de Minas Gerais
CGJ - Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude
COMSIV - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
COMPOS - Coordenação de Análise e Composição de Custos Contratuais
CONTRAT - Coordenação de Formalização e Controle de Contratos e Convênios
COPAT - Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário
COREN/MG - Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais
DEA - Despesa de Exercícios Anteriores
DEARHU - Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos
DEPLAG - Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional
DENGEP - Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial
DIRCOM - Diretoria Executiva de Comunicação
DIRCOR - Diretoria Executiva da Atividade Correicional
DIRDEP - Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas
DIRFIN - Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária
DIRFOR - Diretoria Executiva de Informática
DIRGED - Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental
DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio
DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional
DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
EJEF - Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes
FEPJ - Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
GECOMP - Gerência de Compras de Bens e Serviços
GECONT - Gerência de Contratos e Convênios
GESEG - Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais
GESUP - Gerência de Suprimento e Controle Patrimonial
JESP - Juizado Especial
JPe - Processo Eletrônico da 2ª Instância
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEJUD - Memória do Judiciário Mineiro
MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais

NUGEPNAC - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas
NUGEPRO - Núcleo de Gestão de Projetos
NUTEC - Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa
PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental
PJe - Processo Judicial Eletrônico
PROJEF 5.0 - Programa Justiça Eficiente
RAE - Reunião de Análise da Estratégia
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens de Minas Gerais
SEGOVE - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEJUD - Superintendência Judiciária
SEPLAG/MG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN - Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância
SIAFI/MG - Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais
SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
STF - Supremo Tribunal Federal
TCE/MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TJMMG - Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
TRE/MG - Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais
TRP - Termo de Recebimento Provisório
UaiLab - Unidade Avançada de Inovação em Laboratório
UO - Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2023
- *2.1. Orçamento da Receita*
- *2.2. Orçamento da Despesa*
- *2.3. Créditos Suplementares*

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- *3.1. Execução da Receita*
- *3.2. Execução da Despesa*
  - *3.2.1 Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores*
  - *3.2.2. Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC*
  - *3.2.3. Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial*
  - *3.2.4. Ação Orçamentária 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas*
  - *3.2.5. Ação Orçamentária 4395 - Processamento Judiciário*

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
5. ATOS DE GESTÃO
- *1ª Vice-Presidência – Área Judiciária*
- *2ª Vice-Presidência – EJEF*
- *3ª Vice-Presidência*
- *Acessibilidade*
- *Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual*
- *Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais*
- *COMSIV – Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar*
- *COINJ – Coordenadoria da Infância e da Juventude*
- *DEARHU – Diretoria Executiva deAdministração de Recursos Humanos*
- *DENGEP – Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial*
- *DIRCOM – Diretoria Executiva de Comunicação*
- *DIRFIN – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária*
- *DIRFOR – Diretoria Executiva de Informática*

DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

GMF/MG – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo

Juizados Especiais

Núcleo de Voluntariado

NUTEC – Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa

Ouvidoria

PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário

Precatórios

Programa Novos Rumos – APAC

Programa Pontualidade 5.0

Superintendência de Transportes

Sustentabilidade

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório evidencia os atos de gestão concernentes ao exercício de 2023, relativos à Unidade Orçamentária 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ, demonstrando o processo de elaboração do orçamento anual (*2 – Proposta Orçamentária*), a execuçãoorçamentária e das metas estabelecidas, conforme conteúdo programático (*3 – Execução Orçamentária*), os resultados alcançados no âmbito do Planejamento e Gestão Estratégicos (*4 – Planejamento Estratégico*) e os atos de gestão realizados ao longo do ano (*5 – Atos de Gestão*).

O documento integra a prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o conjunto normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Sua elaboração é atribuição da Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG, em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 1.500/PR/2023, que dispõe sobre as datas-limite e atividades necessárias ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário relativas ao exercício de 2023.

No ano em análise, o TJMG, segunda maior corte estadual do país, esteve sob condução da direção eleita para o biênio 2022-2024, presidindo a Casa o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho. Consoante informações colhidas no sítio eletrônico (transparência), diversos princípios têm guiado a gestão em exercício, dentre os quais inovação, integridade, operosidade, sustentabilidade, responsabilidade social, celeridade, eficácia e inclusão.

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2023

Na UO 4031 – FEPJ foram programadas as despesas correntes e de capital associadas ao Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

A proposta orçamentária de 2023 foi elaborada em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Lei Estadual nº 24.218, de 15 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Também teve embasamento na estimativa de receitas para o período, nas diretrizes estabelecidas pela Alta Administração do TJMG e nas programações de despesas informadas pelas denominadas áreas gestoras de orçamento, estabelecidas em consonância com as contratações vigentes e respectivos planejamentos internos.

Ademais, outros fatores tiveram grande importância na construção da proposta como o Planejamento Estratégico do TJMG e os normativos do CNJ pertinentes ao assunto, especialmente a Resolução CNJ nº 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, e a Resolução CNJ nº 325/2020, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026.

Concluído o processo de consolidação, a proposta orçamentária do TJMG para o exercício de 2023 foi apreciada pelo Órgão Especial, em 29/08/2022, tendo sido, na ocasião, aprovada para encaminhamento ao Poder Executivo Estadual.

2.1. Orçamento da Receita

O orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas estimadas foi composto considerando as seguintes fontes de recursos:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades – Exceto Emendas Individuais e de Bancada;
- 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica;
- 70 – Convênios com os Municípios;
- 77 – Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais.

Para composição do orçamento do FEPJ, foi considerada a receita orçamentária total prevista para a UO 4031, consignada na Lei Estadual nº. 24.272, de 20 de janeiro de 2023, a Lei Orçamentária Anual de 2023, montante de R$2.433.326.191 (dois bilhões quatrocentos e trinta e três milhões trezentos e vinte e seis mil cento e noventa e um reais).

O quadro abaixo compara os recursos financeiros estimados para os anos de 2022 e 2023.

Quadro I – Estimativa de Recursos Financeiros – 2022 x 2023

Unidade Orçamentária 1031 - TJMG

Fonte	Código*	Especificação	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação %
60	1321.00.1.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	39.000.515	121.649.460	211,92%
	1922.99.1.1.99.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.1.99.000	Outras Receitas	6.000	6.000	0,00%
		Total - UO 1031	**39.012.515**	**121.661.460**	**211,85%**
		Unidade Orçamentária 4031 - FEPJ			
Fonte	**Código***	**Especificação**	**2022 (R$)**	**2023 (R$)**	**Variação %**
60	1311.02.1.1.01.000	Conc., Perm., Autor. ou Cessão do Dir. de Uso de Bens Imóveis Públ. - Principal - Conc. de Dir. Real de Uso de Área Públ.	696.997	1.229.254	76,36%
	1321.01.0.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	115.180.427	430.243.947	273,54%
	1360.01.1.1.01.000	Cessão do Direito de Operacionalização da folha de pag. Pessoal	6.000	6.000	0,00%
	1611.01.0.1.01.000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Administração de Depósitos Judiciais	46.390.120	153.754.453	231,44%
	1611.01.0.1.13.000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Fotocópias e Cópias Heliográficas	6.000	6.000	0,00%
	1611.01.0.1.23.002	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Poder Judiciário - Despesas Processuais	15.728.577	17.915.073	13,90%
	1611.01.0.2.23.002	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros - Poder Judiciário - Despesas Processuais	248	6.000	2319,35%
	1611.01.0.3.23.002	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Poder Judiciário - Despesas Processuais	1.156.325	1.882.755	62,82%
	1611.01.0.4.23.002	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros - Poder Judiciário - Despesas Processuais	138.499	192.421	38,93%
	1611.02.0.1.01.000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	980.000	750.000	-23,47%
	1611.04.0.1.05.000	Serviços Informação Tecnologia - Principal	-	2.038.605	-
	1699.99.0.1.01.000	Outros Serviços - Principal	1.550.740	6.000	-99,61%
	1911.01.0.1.08.001	Multas Administrativa Disciplinar - Notários e Registradores - Principal	160.041	853.031	433,01%
	1911.01.0.1.08.002	Multas Administrativa Disciplinar - Notários e Registradores - Correção Monetária	72	12.059	16648,61%
	1911.01.0.2.08.001	Multas Administrativa Disciplinar - Notários e Registradores - Multas e Juros	70	3.013	4204,29%
	1911.09.0.1.99.000	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.209.167	1.200.000	-0,76%
	1921.99.0.1.99.000	Outras Indenizações - Principal - Outros	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.0.1.99.000	Outras Restituições - Principal - Demais	6.000	6.000	0,00%
	1999.99.2.1.09.001	Excedente ao Teto Remuneratório - Notários e Registradores - Principal	103.249.036	116.227.717	12,57%
	1999.99.2.1.09.002	Excedente ao Teto Remuneratório - Notários e Registradores - Correção Monetária	68.996	62.976	-8,73%
	1999.99.2.1.99.000	Outras Receitas - Primárias - Principal - Demais	1.473.019	100.000	-93,21%
	1999.99.2.2.09.001	Excedente ao Teto dos Interinos - Notários e Registradores - Multas e Juros	104.569	144.016	37,72%
	7311.02.1.1.01.000	Receita Intraorç - Conc., Perm., Autor. ou Cessão do Dir. de Uso de Bens Imóveis Públ. - Principal - Conc. de Dir. Real de Uso de Área Públ.	4.055.000	4.700.000	15,91%
	7611.01.0.1.01.000	Receita Intraorçamentária - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Administração de Depósitos Judiciais	241.563.253	83.126.506	-65,59%
		Total - Fonte 60	**533.729.156**	**814.471.826**	**52,60%**
24	1717.99.0.1.02.001	Convênios - Órgãos Públicos Federais - Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (CORENMG)	37.716	36.002	-4,54%
	1321.01.0.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.263	301	-86,70%
		Total - Fonte 24	**39.979**	**36.303**	**-9,19%**
70	1732.99.0.1.05.001	Convênios - Órgãos Públicos Municipais - Diversos Municípios/Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	720.000	600.000	-16,67%
	1321.01.0.1.01.000	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	223.200	5.160	-97,69%
		Total - Fonte 70	**943.200**	**605.160**	**-35,84%**
	1121.01.1.1.02.000	Taxa de Fiscalização Judiciária - Principal	999.139.257	1.154.754.339	15,57%
	1121.01.1.2.02.000	Taxa de Fiscalização Judiciária - Multas e Juros	1.953.964	1.546.460	-20,86%
	1121.01.1.3.02.000	Taxa de Fiscalização Judiciária - Dívida Ativa	149.973	229.005	52,70%
	1121.01.1.4.02.000	Taxa de Fiscalização Judiciária - Dívida Ativa - Multas e Juros	188.445	335.802	78,20%
	1122.02.0.1.01.000	Custas Judiciais - Justiça Comum - Principal	110.908.852	151.752.474	36,83%
	1122.02.0.1.02.000	Custas Judiciais - Juizado Especial - Principal	9.145.759	13.576.240	48,44%
	1122.02.0.1.03.000	Taxa Judiciária - Principal	89.203.274	117.024.690	31,19%

	1122.02.0.2.01.000	Custas Judiciais - Justiça Comum - Multas e Juros	612	6.000	880,39%
	1122.02.0.2.02.000	Custas Judiciais - Juizado Especial - Multas e Juros	30	6.000	19900,00%
	1122.02.0.2.03.000	Taxa Judiciária - Multas e Juros	467	6.000	1184,80%
	1122.02.0.3.01.000	Custas Judiciais - Justiça Comum	4.382.772	6.311.689	44,01%
77	1122.02.0.3.02.000	Custas Judiciais - Juizado Especial	553.845	681.613	23,07%
	1122.02.0.3.03.000	Taxa Judiciária - Dívida Ativa	2.523.531	3.941.414	56,19%
	1122.02.0.4.01.000	Custas Judiciais - Justiça Comum - Dívida Ativa - Multas e Juros	590.068	722.632	22,47%
	1122.02.0.4.02.000	Custas Judiciais - Juizado Especial - Dívida Ativa - Multas e Juros	69.885	76.040	8,81%
	1122.02.0.4.03.000	Taxa Judiciária - Dívida Ativa - Multas e Juros	293.309	400.515	36,55%
	1911.08.0.1.01.000	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Multas Pecuniárias e Juros de Mora Fixados em Sentenças Judiciais	3.183.474	2.914.137	-8,46%
	1911.08.0.3.01.000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	-	6.000	-
	1911.08.0.4.01.000	Receita da Dívida Ativa Tributária de Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	-	6.000	-
	1911.09.0.1.99.000	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.308.694	1.200.000	-63,73%
	1921.99.0.1.99.000	Outras Indenizações - Principal - Outros	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.0.1.99.000	Outras Restituições - Principal - Demais	5.352	6.000	12,11%
	1999.99.2.1.99.000	Outras Receitas - Primárias - Principal - Demais	6.000	6.000	0,00%
Total - Fonte 77			**1.225.613.563**	**1.455.515.050**	**18,76%**
47	2213.01.0.1.01.000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Demais	3.709.114	6.509.114	75,49%
Total - Fonte 47			**3.709.114**	**6.509.114**	**75,49%**
61	1611.01.0.1.23.003	Despesas Processuais - Verba Indenizatória De Transporte Custeada Pelas Partes	26.651.901	35.408.824	32,86%
Total - Fonte 61			**26.651.901**	**35.408.824**	**32,86%**
Total - UO 4031			**1.790.686.913**	**2.312.546.277**	**29,14%**
Receita Intraorçamentária - Convênios - Órgãos Públicos Estaduais - Instituto Estadual de Florestas			120.000	120.000	0,00%
Total – Convênios com Órgãos Estaduais/MG			**120.000**	**120.000**	**0,00%**
Recursos Repassados para Advocacia Geral do Estado - AGE/MG			-	58.110	-
Recursos Repassados para Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ/MG			1.065	-	-100,00%
Recursos Repassados para Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG			810.088	943.436	16,46%
Total – Recursos Repassados Outros Órgãos			**811.153**	**1.001.546**	**23,47%**

Fonte: Leis orçamentárias anuais de 2022 e 2023.

*Conforme classificação apresentada na LOA 2023.

Cumpre mencionar que a receita estimada referente à UO 1031 foi alocada na UO 4031 com o objetivo de custear parte das despesas correntes previstas.

O próximo quadro resume os valores da previsão de receitas relativa a 2023 por fonte de recursos, incluídos os repasses da UO 1031 e de órgão público estadual (Instituto Estadual de Florestas) para composição do FEPJ, considerados no cômputo da fonte 60.

Quadro II – Estimativa de Recursos Financeiros por Fonte

Fonte	Especificação	IPU	Valor (R$)
24	Convênios com a União e suas Entidades - Exceto Emendas Individuais e de Bancada	1	**36.303**
47	Alienação de Bens de Entidades Estaduais	1	**6.509.114**
60	Recursos Diretamente Arrecadados*	1	752.351.554
		2	121.781.460
		7	61.118.726
		Total	**935.251.740**
61	Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica	1	**35.408.824**
70	Convênios com os Municípios	1	**605.160**
77	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais	1	**1.455.515.050**
VALOR TOTAL			**2.433.326.191**

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2023.

*Dentre os valores demonstrados, não constam os recursos repassados a outros órgãos: R$58.110 à AGE/MG e R$943.436 à SEPLAG/MG.

2.2. Orçamento da Despesa

O orçamento referente à UO 4031 aprovado para o ano de 2023 totalizou o montante de R$2.433.326.191 (dois bilhões quatrocentos e trinta e três milhões trezentos e vinte e seis mil cento e noventa e um reais), distribuído em ações orçamentárias e por Grupos de Despesa da forma como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro III – UO 4031 por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesa

Ação	Descrição	3 - Outras Despesas Correntes (R$)	4 - Investimentos (R$)	5 - Inversões Financeiras (R$)	TOTAL (R$)
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	98.097.088	-	-	98.097.088
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	97.261.590	72.564.133	-	169.825.723
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	100.767.427	301.215.714	90.000.000	491.983.141
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	4.420.877	-	-	4.420.877
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	1.621.548.172	47.451.190	-	1.668.999.362
TOTAL		**1.922.095.154**	**421.231.037**	**90.000.000**	**2.433.326.191**

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2023.

O quadro seguinte confronta os números de 2022 e 2023 por ações orçamentárias. Em comparação ao orçamento inicialmente aprovado para o exercício de 2023, observa-se variação positiva de 33,04% no valor orçamentário de 2022.

Quadro IV – Despesas Orçadas – 2022 x 2023

Ação	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	98.097.088	98.097.088	0,00%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	138.608.802	169.825.723	22,52%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	406.774.794	491.983.141	20,95%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	3.500.000	4.420.877	26,31%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	1.182.027.591	1.668.999.362	41,20%
TOTAL		**1.829.008.275**	**2.433.326.191**	**33,04%**

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2022 e 2023.

2.3. Créditos Suplementares

Por meio da Lei Estadual nº 24.429, de 13/09/2023, foi autorizada a abertura de crédito suplementar ao FEPJ e, por conseguinte, a realização das seguintes ações, em conformidade com os artigos 3º e 4º do normativo:

- Incremento de R$22.714 (vinte e dois mil, setecentos e quatorze reais) para pagamento de indenização de transporte aos oficiais de justiça realizado por meio de convênio celebrado com o COREN/MG (Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais), fonte de recursos 24, ação orçamentária 4395 – Processamento Judiciário, em conformidade com o que enuncia a Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN por intermédio do Processo 0245918-06.2023.8.13.0000;
- Remanejamento no valor de R$300.000 (trezentos mil reais), com suplementação deste montante à ação orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas e correspondente anulação na ação orçamentária 4395 – Processamento Judiciário, em virtude de solicitação apresentada pela Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP, por meio do Processo SEI 0245902-52.2023.8.13.0000;
- Remanejamento de R$23.944.831 (vinte e três milhões novecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e um reais) entre as ações orçamentárias 4395 – Processamento Judiciário e 2025 – Gestão de Serviços de TIC, fonte de recursos 60, de forma a contemplar pleito da Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR, constante do Processo SEI 0896811-83.2022.8.13.0000, sendo R$17.505.240 (dezessete milhões quinhentos e cinco mil e duzentos e quarenta reais) correspondentes ao Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes e R$6.439.591 (seis milhões quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e noventa e um reais) relativos ao Grupo de Despesa 4 – Investimentos.

Nesse aspecto, releva mencionar que as áreas de negócio desta Casa responsáveis pela gestão dos maiores recursos foram consultadas, sendo-lhes concedida a oportunidade de apresentarem eventuais necessidades de alteração nos valores de seus limites orçamentários, conforme se pode observar nos Processos SEI 0245931- 05.2023.8.13.0000, 0245883-46.2023.8.13.0000 e 0245851-41.2023.8.13.0000.

Ainda sobre o tópico em tela, insta destacar a publicação do Decreto com numeração especial nº 447, de 19/09/2023, ato sequencial à edição da referenciada Lei Estadual nº 24.429, de 13/09/2023 e que concretizou a abertura dos créditos supramencionados.

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da movimentação orçamentária descrita acima.

Quadro V – Abertura de Crédito Suplementar – UO 4031

UO	Programa de Trabalho	Natureza Despesa	Fonte	Proced.	Suplementação (R$)	Anulação (R$)	Total (R$)
4031	02 061 706 4 395 0001	3.3.90.93	24	1	22.714		22.714
4031	02 128 706 2 109 0001	3.3.90.14	60	1	300.000		300.000
4031	02 061 706 2 025 0001	3.3.90.40	60	1	17.505.240		17.505.240
4031	02 061 706 4 395 0001	3.3.90.39	60	1		17.805.240	- 17.805.240
4031	02 061 706 2 025 0001	4.4.90.40	60	1	6.439.591		6.439.591
4031	02 061 706 4 395 0001	4.4.90.52	60	1		6.439.591	- 6.439.591
Outras Despesas Correntes					17.827.954	17.805.240	22.714
Investimentos					6.439.591	6.439.591	-
TOTAL					**24.267.545**	**24.244.831**	**22.714**

Fonte: Lei Estadual nº 24.429/2023.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

3.1. Execução da Receita

Os quadros seguintes comparam a previsão de receita para o exercício (valor inicial e atualizado) e a efetiva arrecadação, apresentando os números, respectivamente, por fonte de recursos e por classificação de receita.

Quadro VI – Receita Prevista x Arrecadada – 2023 – Por Fonte de Recursos

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial (R$)**	**Valor Previsto Atualizado (R$)**	**Valor Arrecadado (R$)**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	121.661.460,00	121.661.460,00	133.986.990,46	10,13%
TOTAL UO 1031		**121.661.460,00**	**121.661.460,00**	**133.986.990,46**	**10,13%**
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial (R$)**	**Valor Previsto Atualizado (R$)**	**Valor Arrecadado (R$)**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
24	CONVENIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES – EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	36.303,00	36.303,00	39.522,63	8,87%
47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	6.509.114,00	6.509.114,00	462.141,00	-92,90%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	814.471.826,00	814.479.826,00	1.332.505.262,74	63,60%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULACAO ESPECIFICA	35.408.824,00	35.408.824,00	59.787.386,57	68,85%
70	CONVENIOS COM OS MUNICIPIOS	605.160,00	605.160,00	393.050,02	-35,05%
77	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.455.515.050,00	1.455.521.050,00	1.798.303.963,54	23,55%
TOTAL UO 4031		**2.312.546.277,00**	**2.312.560.277,00**	**3.191.491.326,50**	**38,01%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Quadro VII - Receita Prevista x Arrecadada - 2023 - Por Classificação de Receita

Unidade Orçamentária 1031						
Fonte	**Código**	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial (R$)**	**Valor Previsto Atualizado (R$)**	**Valor Arrecadado (R$)**	**%Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
60	1321010101000	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINC.	121.649.460,00	121.649.460,00	133.469.228,75	9,72%
60	1922990199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINC. - DEMAIS	6.000,00	6.000,00	507.769,76	8362,83%
60	1999992199000	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - PRINC. - DEMAIS	6.000,00	6.000,00	9.991,95	66,53%
		Valor Total - UO 1031	**121.661.460,00**	**121.661.460,00**	**133.986.990,46**	**10,13%**
24	1321010101000	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINC.	301,00	301,00	0,00	-100,00%
24	1717990102001	ACOES JUDICIARIAS - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN/MG	36.002,00	36.002,00	39.522,63	9,78%
		Valor Total - Fonte 24	**36.303,00**	**36.303,00**	**39.522,63**	**8,87%**
47	2213010101000	ALIENACAO BENS MOVEIS SEMOVENTES - PRINC.	6.509.114,00	6.509.114,00	462.141,00	-92,90%
		Valor Total - Fonte 47	**6.509.114,00**	**6.509.114,00**	**462.141,00**	**-92,90%**
60	1311020101000	CONC. PERM. AUTOR. CESSAO DIR. USO BENS IMOV. PUB. - PRINC. - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	0,00	1.000,00	2.396.865,25	239586,53%
60	1311021101000	CONC. PERM. AUTOR. CESSAO DIR. USO BENS IMOV. PUB. - PRINC. - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	1.229.254,00	1.229.254,00	0,00	-100,00%
60	1321010101000	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINC.	430.243.947,00	430.243.947,00	596.188.259,01	38,57%
60	1361011101000	CESSAO DIR. OPERAC. PAG. - PODERES EXECUTIVO LEGISLATIVO - PRINC. - FOLHA DE PESSOAL	6.000,00	6.000,00	58.418.589,36	973543,16%
60	1611010101000	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - PRINC. - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	153.754.453,00	153.754.453,00	341.621.309,92	122,19%
60	1611010113000	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - PRINC. - FOTOCOPIAS E COPIAS HELIOGRAFICAS	6.000,00	6.000,00	0,00	-100,00%
60	1611010123002	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - PRINC. - PODER JUDIC. - DESPESAS PROCESSUAIS	17.915.073,00	17.915.073,00	34.175.999,31	90,77%
60	1611010223002	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - MJM - PODER JUDIC. - DESPESAS PROCESSUAIS	6.000,00	6.000,00	441,30	-92,65%
60	1611010323002	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - DA - PODER JUDIC. - DESPESAS PROCESSUAIS	1.882.755,00	1.882.755,00	2.190.290,37	16,33%
60	1611010423002	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - DA-MJM - PODER JUDIC. - DESPESAS PROCESSUAIS	192.421,00	192.421,00	312.612,46	62,46%
60	1611020101000	INSCRICAO CONCURSOS PROCESSOS SELETIVOS - PRINC.	750.000,00	750.000,00	0,00	-100,00%
60	1611040105000	SERVICOS INFORMACAO TECNOLOGIA - PRINC. - PROCESSAMENTO DAS CONSIGNACOES DA FOLHA DE PESSOAL	2.038.605,00	2.038.605,00	2.280.540,74	11,87%
60	1699990101000	OUTROS SERVICOS - PRINC.	6.000,00	6.000,00	0,00	-100,00%
60	1911010108001	MULTAS LEGISL. ESPECIFICA - PRINC. - MULTA ADM. DISCIPLINAR - NOTARIOS REGISTRADORES - PRINC.	853.031,00	853.031,00	110.588,78	-87,04%
60	1911010108002	MULTAS LEGISL. ESPECIFICA - PRINC. - MULTA ADM. DISCIPLINAR - NOTARIOS REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	12.059,00	12.059,00	3.499,23	-70,98%
60	1911010208001	MULTAS LEGISL. ESPECIFICA - MJM - MULTA ADM. DISCIPLINAR - NOTARIOS REGISTRADORES - PRINC.	3.013,00	3.013,00	1.783,66	-40,80%
60	1911010308001	MULTAS LEGISL. ESPECIFICA - DA - MULTA ADM. DISCIPLINAR - NOTARIOS REGISTRADORES - PRINC.	0,00	6.000,00	0,00	-100,00%

60	1911090199000	MULTAS JUROS PREVISTOS CONTRATOS - PRINC. - DEMAIS	1.200.000,00	1.200.000,00	4.103.692,66	241,97%
60	1921990199000	OUTRAS INDENIZACOES - PRINC. - OUTROS	6.000,00	6.000,00	460.079,21	7567,99%
60	1922990199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINC. - DEMAIS	6.000,00	6.000,00	1.112.427,53	18440,46%
60	1999992109001	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - PRINC. - EXCEDENTE TETO INTERINOS - PRINC.	116.227.717,00	116.227.717,00	202.625.221,68	74,33%
60	1999992109002	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - PRINC. - EXCEDENTE TETO INTERINOS - CORRECAO MONETARIA	62.976,00	62.976,00	31.506,66	-49,97%
60	1999992199000	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - PRINC. - DEMAIS	100.000,00	100.000,00	138.377,46	38,38%
60	1999992209001	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - MJM - EXCEDENTE TETO INTERINOS - PRINC.	144.016,00	144.016,00	98.628,86	-31,52%
60	7311020101000	REC. INTRA. - CONC. PERM. AUTOR. CESSAO DIR. USO BENS IMOV. PUB. - PRINC. - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	0,00	1.000,00	3.108.043,09	310704,31%
60	7311021101000	REC. INTRA. - CONC. PERM. AUTOR. CESSAO DIR. USO BENS IMOV. PUB. - PRINC. - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	4.700.000,00	4.700.000,00	0,00	-100,00%
60	7611010101000	REC. INTRA. - SERVICOS ADM. COMERC. GER. - PRINC. - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	83.126.506,00	83.126.506,00	83.126.506,20	0,00%
		Valor Total - Fonte 60	**814.471.826,00**	**814.479.826,00**	**1.332.505.262,74**	**63,60%**
61	1611010123003	SERVICOS ADM. COMERC. GER. - PRINC. - PODER JUDIC. - VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE CUSTEADA PELAS PARTES	35.408.824,00	35.408.824,00	59.787.386,57	68,85%
		Valor Total - Fonte 61	**35.408.824,00**	**35.408.824,00**	**59.787.386,57**	**68,85%**
70	1321010101000	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINC.	5.160,00	5.160,00	0,00	-100,00%
70	1732990105001	ACOES JUDICIARIAS - DIVERSOS MUNICIPIOS	600.000,00	600.000,00	393.050,02	-34,49%
		Valor Total - Fonte 70	**605.160,00**	**605.160,00**	**393.050,02**	**-35,05%**
77	1121010102000	TX. INSP. CONTR. FISC. - PRINC. - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA	1.154.754.339,00	1.154.754.339,00	1.405.782.765,73	21,74%
77	1121010202000	TX. INSP. CONTR. FISC. - MJM - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA	1.546.460,00	1.546.460,00	1.651.924,40	6,82%
77	1121010302000	TX. INSP. CONTR. FISC. - DA - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA	229.005,00	229.005,00	206.657,27	-9,76%
77	1121010402000	TX. INSP. CONTR. FISC. - DA-MJM - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA	335.802,00	335.802,00	351.618,60	4,71%
77	1122020101000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - PRINC. - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	151.752.474,00	151.752.474,00	196.224.359,17	29,31%
77	1122020102000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - PRINC. - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	13.576.240,00	13.576.240,00	18.468.451,43	36,04%
77	1122020103000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - PRINC. - TAXA JUDICIARIA	117.024.690,00	117.024.690,00	155.597.002,59	32,96%
77	1122020201000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - MJM - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	6.000,00	6.000,00	1.232,22	-79,46%
77	1122020202000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - MJM - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	6.000,00	6.000,00	200,07	-96,67%
77	1122020203000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - MJM - TAXA JUDICIARIA	6.000,00	6.000,00	487,27	-91,88%
77	1122020301000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	6.311.689,00	6.311.689,00	7.975.710,89	26,36%
77	1122020302000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	681.613,00	681.613,00	821.945,29	20,59%
77	1122020303000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA - TAXA JUDICIARIA	3.941.414,00	3.941.414,00	4.153.060,39	5,37%
77	1122020401000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA-MJM - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	722.632,00	722.632,00	1.142.988,25	58,17%
77	1122020402000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA-MJM - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	76.040,00	76.040,00	107.837,05	41,82%
77	1122020403000	EMOLUMENTOS CUSTAS JUDICIAIS - DA-MJM - TAXA JUDICIARIA	400.515,00	400.515,00	599.637,67	49,72%
77	1911080101000	MULTAS DECORRENTES SENTENCAS JUDICIAIS - PRINC. - MULTAS E JUROS DE MORA	2.914.137,00	2.914.137,00	2.942.666,24	0,98%
77	1911080301000	MULTAS SENTENCAS JUDICIAIS - DA - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA	6.000,00	6.000,00	84.917,13	1315,29%
77	1911080401000	MULTAS SENTENCAS JUDICIAIS - DA-MJM - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA	6.000,00	6.000,00	7.580,40	26,34%
77	1911090199000	MULTAS JUROS PREVISTOS CONTRATOS - PRINC. - DEMAIS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.955.368,10	62,95%
77	1911090399000	MULTAS JUROS PREVISTOS CONTRATOS - DA	0,00	6.000,00	223.140,40	3619,01%
77	1921990199000	OUTRAS INDENIZACOES - PRINC. - OUTROS	6.000,00	6.000,00	0,00	-100,00%
77	1922990199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINC. - DEMAIS	6.000,00	6.000,00	2.883,43	-51,94%
77	1999992199000	OUTRAS REC. - PRIMARIAS - PRINC. - DEMAIS	6.000,00	6.000,00	1.529,55	-74,51%
		Valor Total - Fonte 77	**1.455.515.050,00**	**1.455.521.050,00**	**1.798.303.963,54**	**23,55%**
		Valor Total - UO 4031	**2.312.546.277,00**	**2.312.560.277,00**	**3.191.491.326,50**	**38,01%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro apresenta comparativo entre os valores de receita arrecadados nos exercícios de 2022 e 2023. Percebe-se aumento do montante contabilizado no exercício de 2023, quando confrontado com o apurado em 2022, crescimento percentual de 11,28%, no caso da UO 1031, e de 17,73%, se considerada a UO 4031.

Quadro VIII – Receita Arrecadada – 2022 x 2023

Unidade Orçamentária 1031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R$)		%
Código	Especificação	2022	2023	Variação
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	120.407.401,87	133.986.990,46	11,28%
TOTAL UO 1031		120.407.401,87	133.986.990,46	11,28%
Unidade Orçamentária 4031				
Fonte de Recursos		Valor Arrecadado (R$)		%
Código	Especificação	2022	2023	Variação
24	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES – EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	35.099,21	39.522,63	12,60%
47	ALIENACAO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	-	462.141,00	-
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.055.125.709,21	1.332.505.262,74	26,29%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULACAO ESPECIFICA	46.840.978,46	59.787.386,57	27,64%
70	CONVENIOS COM OS MUNICÍPIOS	221.877,01	393.050,02	77,15%
77	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.608.548.382,53	1.798.303.963,54	11,80%
TOTAL UO 4031		2.710.772.046,42	3.191.491.326,50	17,73%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

3.2. Execução da Despesa

As despesas realizadas por meio da UO 4031 totalizaram, em 2023, R$2.021.294.271,44 (dois bilhões vinte e um milhões duzentos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), o que representa um percentual de execução de 83,07% em relação ao Crédito Autorizado, conforme evidencia o próximo quadro.

Quadro IX – Crédito Inicial x Autorizado x Despesa Realizada – 2023

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial (R$)	Suplementação (R$)	Anulação (R$)	Crédito Autorizado (R$)	Despesa Realizada (R$)	% Execução*
2025	3	60	1	-	17.505.240,00	-	17.505.240,00	2.104.633,54	12,02%
2025	3	77	1	97.261.590,00	-	-	97.261.590,00	83.260.230,56	85,60%
2025	4	47	1	3.709.114,00	-	-	3.709.114,00	-	0,00%
2025	4	60	1	30.000.000,00	6.439.591,00	-	36.439.591,00	35.550.566,71	97,56%
2025	4	77	1	38.855.019,00	-	-	38.855.019,00	37.568.816,85	96,69%
2055	3	60	1	36.978.362,00	-	-	36.978.362,00	36.978.362,00	100,00%
2055	3	60	7	61.118.726,00	-	-	61.118.726,00	61.118.726,00	100,00%
2091	3	60	1	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	5.580.018,61	55,80%
2091	3	77	1	90.767.427,00	-	-	90.767.427,00	83.951.020,44	92,49%
2091	4	77	1	301.215.714,00	-	-	301.215.714,00	288.191.210,30	95,68%
2091	5	60	1	90.000.000,00	-	-	90.000.000,00	90.000.000,00	100,00%
2109	3	60	1	-	300.000,00	-	300.000,00	299.851,92	99,95%
2109	3	77	1	4.420.877,00	-	-	4.420.877,00	4.408.886,42	99,73%
4395	3	24	1	36.303,00	22.714,00	-	59.017,00	39.522,63	66,97%
4395	3	60	1	557.848.133,00	-	17.866.605,12	539.981.527,88	337.137.336,51	62,43%
4395	3	60	2	121.781.460,00	-	-	121.781.460,00	109.025,30	0,09%
4395	3	61	1	35.408.824,00	-	-	35.408.824,00	35.408.824,00	100,00%
4395	3	70	1	605.160,00	-	-	605.160,00	393.073,02	64,95%
4395	3	77	1	905.868.292,00	-	-	905.868.292,00	892.884.036,67	98,57%
4395	4	47	1	2.800.000,00	-	-	2.800.000,00	-	0,00%
4395	4	60	1	27.525.059,00	-	6.439.591,00	21.085.468,00	9.681.802,54	45,92%
4395	4	77	1	17.126.131,00	-	-	17.126.131,00	16.628.327,42	97,09%
TOTAL				2.433.326.191,00	24.267.545,00	24.306.196,12	2.433.287.539,88	2.021.294.271,44	83,07%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

* Despesa Realizada em relação ao Crédito Autorizado.

Importante destacar, no tocante ao quadro acima, além dos números apresentados no tópico 2.3. Créditos Suplementares, a anulação de crédito no valor de R$61.365,12 (sessenta e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e doze centavos) para possibilitar transferência orçamentária/financeira ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, efetivada via Decreto NE nº 286, de 26/05/2023, viabilizando, dessa forma, o cumprimento do que dispõe o Convênio nº 042/2018 (7º Termo Aditivo).

Quadro X – Despesa Realizada – 2022 x 2023 – Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação %
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	4.690.216,77	98.097.088,00	1991,53%
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	117.448.279,70	158.484.247,66	34,94%
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	308.096.812,81	467.722.249,35	51,81%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	2.572.846,56	4.708.738,34	83,02%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	954.088.360,29	1.292.281.948,09	35,45%
TOTAL		**1.386.896.516,13**	**2.021.294.271,44**	**45,74%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro acima confronta as despesas realizadas nos exercícios de 2022 e 2023 por ação orçamentária. Observa-se variação positiva de 45,74% no total realizado em 2023 em comparação ao ano predecessor.

Na sequência são comparadas as despesas realizadas por grupo de despesa nos dois últimos exercícios.

Quadro XI – Despesa Realizada – 2022 x 2023 – Por Grupo de Despesa

Grupo	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação %
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.097.245.464,75	1.543.673.547,62	40,69%
4	INVESTIMENTOS	274.054.738,18	387.620.723,82	41,44%
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	15.596.313,20	90.000.000,00	477,06%
TOTAL		**1.386.896.516,13**	**2.021.294.271,44**	**45,74%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O próximo quadro ordena decrescentemente as maiores despesas apuradas no exercício de 2023 para o Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, comparando-as aos valores realizados em 2022.

Destacam-se os gastos relativos ao elemento de despesa 37 – Locação de Mão-de- Obra (itens de despesa Locação de Serviços de Apoio Administrativo e Locação de Serviços de Conservação e Limpeza), à contratação de estagiários (elemento-item 36.01), à indenização de transporte devida aos oficiais de justiça e oficiais de cartório (elemento-item 93.27) e à contratação de serviços de tecnologia da informação (elemento-item 40.02).

Quadro XII – Maiores Despesas – Grupo 3 – 2022 x 2023

Elemento	Item	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação %
37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	554.039.234,08	813.838.430,31	46,89%
93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	105.054.027,11	123.729.745,89	17,78%
36	1	ESTAGIARIOS	94.597.129,52	105.756.224,39	11,80%
37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	78.164.870,14	96.316.140,93	23,22%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	52.362.778,15	66.915.242,58	27,79%
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	883.490,43	59.759.942,04	6664,07%
39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	29.152.824,33	30.296.176,05	3,92%
39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	26.222.196,40	23.623.738,95	-9,91%
46	1	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	-	21.002.330,72	-
39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	17.941.226,57	20.386.030,84	13,63%
40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	19.405.602,42	19.446.167,34	0,21%
49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	11.897.476,00	16.000.000,00	34,48%
36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	8.374.802,30	12.878.742,29	53,78%
39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	5.012.802,01	11.288.139,50	125,19%
93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	2.028.414,77	10.732.088,71	429,09%
39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	8.792.770,64	9.826.463,11	11,76%
14	1	DIARIAS - CIVIL	5.502.165,10	9.579.812,03	74,11%
36	27	JUIZES LEIGOS	6.253.093,29	8.110.521,71	29,70%
39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	6.315.590,84	7.907.940,95	25,21%
93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	6.779.556,36	6.300.305,77	-7,07%
8	3	AUXILIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	2.661.802,00	5.488.023,38	106,18%
39	21	INSTALACAO, REPARACAO, ADAPTACAO E CONSERVACAO DE EQUIP E MAT PERMAN	5.302.027,90	5.190.210,42	-2,11%
36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	4.791.019,63	5.169.110,25	7,89%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.004.974,64	4.429.455,44	47,40%

30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	3.320.196,92	4.187.808,80	26,13%
49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	798.395,15	4.100.178,34	413,55%
33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	1.650.019,89	3.273.102,66	98,37%
39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	3.941.218,24	2.858.267,93	-27,48%
36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.982.393,30	2.789.178,11	-6,48%
39	37	TAXA DE CONDOMINIO	2.240.708,72	2.523.067,56	12,60%
30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	2.266.229,43	2.424.671,83	6,99%
30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	2.813.899,08	2.078.115,17	-26,15%
39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.377.134,71	1.765.427,39	28,20%
39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	776.590,58	1.752.826,82	125,71%
39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	923.908,91	1.562.415,11	69,11%
39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	679.028,12	1.406.109,59	107,08%
39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	1.022.376,51	1.362.134,43	33,23%
39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	696.973,46	1.314.599,54	88,62%
39	10	PREMIOS DE SEGUROS	1.175.361,41	1.150.032,10	-2,16%
15	1	DIARIAS - MILITAR	1.549.844,12	1.130.864,90	-27,03%
30	99	OUTROS MATERIAIS	142.108,85	860.394,74	505,45%
30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	475.184,38	824.322,90	73,47%
39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	456.079,25	767.650,34	68,32%
47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	468.205,22	761.356,62	62,61%
37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	673.031,37	757.905,81	12,61%
30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	340.235,53	722.339,28	112,31%
39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	717.268,95	653.679,45	-8,87%
39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	783.085,66	636.738,10	-18,69%
39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	999.221,13	593.215,31	-40,63%
93	1	AJUDA DE CUSTO	172.257,70	551.246,51	220,01%
30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	625.832,05	473.631,74	-24,32%
93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	233.040,87	408.219,03	75,17%
30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.450.703,60	385.458,27	-73,43%
30	23	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTORES	19.741,00	376.227,02	1805,82%
35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	326.220,78	366.520,20	12,35%
30	3	UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	165.280,90	352.908,56	113,52%
40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	299.594,00	326.014,09	8,82%
39	18	REPAROS DE VEICULOS	762.829,30	304.904,96	-60,03%
30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	1.004.304,87	303.942,91	-69,74%
30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	235.276,97	270.660,39	15,04%
39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	188.425,44	237.233,90	25,90%
39	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	202.072,00	226.833,35	12,25%
93	12	INDENIZACAO POR UTILIZACAO DE BENS DE TERCEIROS	85.383,74	226.069,43	164,77%
30	20	MATERIAL ELETRICO	258.177,88	202.055,99	-21,74%
30	11	MATERIAL ODONTOLOGICO	188.709,67	197.114,83	4,45%
39	82	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	91.460,60	165.074,94	80,49%
39	9	PUBLICIDADE	178.401,17	158.856,82	-10,96%
32	1	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	144.470,50	153.160,82	6,02%
39	19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	160.694,23	148.393,40	-7,65%
39	98	SERVICOS DE SAUDE PRESTADOS CONTRATUALMENTE POR PESSOA JURIDICA	108.858,06	143.365,06	31,70%
30	1	ARTIGOS PARA CONFECCAO E VESTUARIO	126.981,00	131.761,19	3,76%
36	23	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	107.720,39	96.815,93	-10,12%
39	24	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	57.180,00	93.652,68	63,79%
36	31	SERVICOS DE TREINAMENTO, CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL	132.889,65	93.179,97	-29,88%
47	7	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	56.428,33	82.240,22	45,74%
39	59	SERVICOS SANITARIOS E TRATAMENTO DE RESIDUOS	75.586,34	80.463,07	6,45%
39	72	CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	-	69.688,12	-
30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	86.085,11	68.629,89	-20,28%
30	41	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	2.937,00	67.145,16	2186,18%
36	14	MONITORES, FISCAIS E EXAMINADORES	85.210,46	56.962,38	-33,15%
39	31	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	43.963,37	56.006,03	27,39%

31	1	PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORACOES E MEDALHAS	90.276,70	52.171,79	-42,21%
36	4	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	14.547,00	44.645,00	206,90%
30	12	MEDICAMENTOS	13.169,52	37.297,04	183,21%
39	48	CURSOS DE FORMACAO, CAPACITACAO E POS-GRADUACAO PARA SERVIDORES	20.649,00	34.989,46	69,45%
39	86	DIREITOS AUTORAIS	18.804,39	34.012,97	80,88%
30	36	MATERIAL BIBLIOGRAFICO PARA BIBLIOTECAS PUBLICAS	38.909,97	32.000,00	-17,76%
39	16	LOCACAO DE TV POR ASSINATURA	12.806,55	31.547,83	146,34%
39	14	SERVICO DE TELEFONIA	76.575,08	27.994,12	-63,44%
30	14	MATERIAL RADIOLOGICO	330,00	27.025,50	8089,55%
30	25	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	29.577,90	24.652,25	-16,65%
30	31	LIVROS TECNICOS	15.430,86	23.750,00	53,91%
30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	658.627,20	22.513,40	-96,58%
36	10	EVENTUAL DE GABINETE	20.043,23	21.630,85	7,92%
39	39	SERVICOS DE PUBLICACAO E DIVULGACAO	17.479,24	19.577,03	12,00%
36	22	TAXA DE CONDOMINIO	18.284,40	17.057,03	-6,71%
36	8	MEDICOS	36.972,00	16.040,00	-56,62%
30	29	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	1.250,00	15.388,52	1131,08%
30	18	MATERIA-PRIMA E PROD. P/ MANIPULACAO E INDUSTRIAS DE TRANSFORMACAO	9.822,00	14.916,00	51,86%
39	23	RECEPCOES, HOSPEDAGENS, HOMENAGENS E FESTIVIDADES	-	10.281,10	-
39	30	MULTAS DE TRANSITO	16.035,25	9.801,09	-38,88%
36	30	SERVICOS MEDICOS PRESTADOS POR CONTRATO	22.050,00	8.820,00	-60,00%
30	10	MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	7.962,40	7.269,60	-8,70%
39	17	LOCACAO DE VEICULOS	-	7.200,00	-
30	32	MATERIAL CIVICO E EDUCATIVO	158.680,00	6.285,00	-96,04%
36	19	CONFERENCIAS E EXPOSICOES	-	6.000,00	-
36	18	REPAROS DE BENS IMOVEIS	2.690,00	4.810,00	78,81%
36	99	OUTRAS DESPESAS PAGAS A PESSOAS FISICAS	10.079,20	4.538,50	-54,97%
30	27	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES P/ EQUIP. E OUTROS MAT. PERMANENTES	17.000,36	3.570,00	-79,00%
30	13	MATERIAIS DE LABORATORIO E PRODUTOS QUIMICOS EM GERAL	2.661,40	1.422,25	-46,56%
30	39	MATERIAL PARA CONFECCAO EM GERAL	-	1.400,00	-
33	5	SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, FRETAMENTO E LOCACAO PES JURID	-	1.400,00	-
36	17	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	-	950,00	-
39	4	CONFECCAO EM GERAL	6.864,00	400,00	-94,17%
30	40	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	109.457,22	210,00	-99,81%
30	7	MATERIAL DE ENSINO	2.192,95	158,00	-92,80%
35	1	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA FISICA	15.000,00	-	-100,00%
36	13	PESSOAL DE ENFERMAGEM	3.420,00	-	-100,00%
36	28	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS PERICIAIS	9.360,00	-	-100,00%
39	25	ENCARGOS JUDICIAIS	4.134,00	-	-100,00%
39	75	SERVICO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE SERVICOS	31.298,51	-	-100,00%
39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	179.789,05	-	-100,00%
41	1	CONTRIBUICOES	60.000,00	-	-100,00%
92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	404,00	-	-100,00%
93	6	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	640,87	-	-100,00%
93	10	RESTITUICAO DE RECEITA - EXERCICIO ANTERIOR	6.900,00	-	-100,00%
TOTAL			**1.097.245.464,75**	**1.543.673.547,62**	**40,69%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

O quadro seguinte, por sua vez, relaciona as maiores despesas realizadas em 2023 para o Grupo de Despesa 4 – Investimentos, fazendo, a exemplo do quadro anterior, comparação com o apurado no ano antecessor, merecendo realce os dispêndios relativos ao elemento de despesa 51 – Obras e Instalações, bem como à aquisição de equipamentos de informática, de software e de veículos.

Quadro XIII – Maiores Despesas – Grupo 4 – 2022 x 2023

Elemento	Item	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	Variação %
51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	196.955.302,31	259.502.132,85	31,76%
52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	34.055.021,10	46.506.307,33	36,56%
40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	9.613.401,11	25.058.351,10	160,66%
52	17	VEICULOS	1.375.000,00	16.594.800,00	1106,89%
51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	1.925.347,27	11.161.600,00	479,72%
39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	3.582.519,32	6.750.627,39	88,43%
52	14	MOBILIARIO	8.063.247,86	6.718.364,13	-16,68%
51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	5.447.186,58	6.340.565,52	16,40%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.770.102,95	1.414.858,39	-20,07%
52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	2.374.677,47	1.322.036,96	-44,33%
93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	1.315.187,26	-
52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	659.340,67	1.122.496,14	70,25%
52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	767.596,83	971.561,23	26,57%
52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	2.603.223,46	790.821,74	-69,62%
92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	973.643,58	593.391,55	-39,05%
39	21	INSTALACAO, REPARACAO, ADAPTACAO E CONSERVACAO DE EQUIP E MAT PERMAN	722.359,10	355.932,01	-50,73%
40	7	AQUISICAO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA PRODEMGE	245.824,00	303.606,00	23,51%
52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	36.067,83	183.988,87	410,12%
52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	211.192,73	161.935,56	-23,32%
52	18	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	70.000,00	70.000,00	0,00%
30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	872.485,66	66.125,00	-92,42%
52	26	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	76.665,73	61.932,80	-19,22%
52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	750.846,32	60.302,00	-91,97%
30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	319.990,19	52.651,98	-83,55%
52	9	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	8.465,30	33.575,10	296,62%
52	99	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	32.094,34	28.420,00	-11,45%
52	4	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	12.173,09	17.412,82	43,04%
52	30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	3.437,28	15.207,50	342,43%
30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	301.121,67	15.020,00	-95,01%
52	15	OBJETOS DE ARTE E ANTIGUIDADES	-	11.000,00	-
52	19	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	-	10.100,00	-
61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	-	9.119,99	-
52	11	INSTRUMENTOS DE LABORATORIO, MEDICOS E ODONTOLOGICOS	2.407,07	655,00	-72,79%
30	20	MATERIAL ELETRICO	7.027,60	637,60	-90,93%
30	18	MATERIA-PRIMA E PROD. P/ MANIPULACAO E INDUSTRIAS DE TRANSFORMACAO	58.000,00	-	-100,00%
30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	10.980,00	-	-100,00%
30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	1.215,16	-	-100,00%
39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	62.149,87	-	-100,00%
39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	78.844,73	-	-100,00%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.800,00	-	-100,00%
52	27	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	2.980,00	-	-100,00%
TOTAL			**274.054.738,18**	**387.620.723,82**	**41,44%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Ainda no que concerne à execução por grupo de despesa, abaixo estão elencadas as despesas relacionadas ao Grupo de Despesa 5 – Inversões Financeiras:

- R$79.172.385,07 – 61.04. Edifícios – Desapropriação de imóvel constituído por prédio comercial na Comarca de Belo Horizonte, destinado ao funcionamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF, conforme Decreto NE n° 295, de 5 de junho de 2023;
- R$10.827.614,93 – 61.08. Casas – Desapropriação de pleno domínio de imóvel constituído de casa de sobrado e respectivo terreno, situado na Rua Conde de Bobadela nº 59, Comarca de Ouro Preto, em conformidade com o que dispõe o Decreto NE nº 530, de 6 de novembro de 2023.

Nos próximos tópicos, são apresentados, dentre outros, quadros demonstrativos dos desempenhos físico e orçamentário de cada ação orçamentária, segundo os critérios contidos no Manual de Monitoramento do PPAG – 2023, disponível no sítio eletrônico da SEPLAG/MG.

De acordo com o referido documento, a ação orçamentária possui desempenho satisfatório quando sua execução física e/ou financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação ao programado. Execuções abaixo desse índice recebem o *status* crítico; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o *status* subestimado.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual

da ação e se a execução física for não cumulativa, os valores lançados a cada mês não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

As ações orçamentárias que compõem a UO 4031 são de caráter cumulativo, exceção feita à 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores.

3.2.1. Ação Orçamentária 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Função:	02 – Judiciária
Subfunção:	061 – Ação Judiciária
Programa:	706 – Prestação Jurisdicional
Produto:	Pessoa Beneficiada
Unidade de Medida:	Pessoa
Meta Programada:	21.760

A ação 2055 tem como finalidade garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores da ativa, inativos e pensionistas do TJMG. Em 2023, foi executado, por meio dessa ação, o total de R$98.097.088 (noventa e oito milhões noventa e sete mil e oitenta e oito reais).

Os quadros seguintes apresentam os resultados referentes ao monitoramento realizado por meio do SIGPlan, sendo o primeiro, relativo à execução física e orçamentária em comparação ao que foi programado e reprogramado, e o segundo, concernente à execução física e orçamentária por região estadual confrontada com a programação inicial. Em relação à análise consolidada da ação, tanto o desempenho físico quanto o orçamentário alcançaram o índice de 100%, *status* satisfatório, por conseguinte.

Quadro XIV – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	-	-	-
Fevereiro	0	0	0	-	-	-
Março	0	0	0	-	-	-
Abril	0	0	0	-	-	-
Maio	0	0	0	-	-	-
Junho	0	0	0	-	-	-
Julho	0	0	0	-	-	-
Agosto	0	411	411	-	11.092.736,43	11.092.736,43
Setembro	0	0	0	-	-	-
Outubro	0	14.093	14.093	-	10.695.463,02	10.695.463,02
Novembro	14.553	14.553	14.553	15.000.000,00	29.127.158,13	29.127.158,13
Dezembro	21.760	21.760	21.760	83.097.088,00	47.181.730,42	47.181.730,42
TOTAL	**21.760**	**0**	**21.760**	**98.097.088,00**	**98.097.088,00**	**98.097.088,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XV – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Regiões	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	21.760	21.760	100,00	100,00	98.097.088,00	98.097.088,00	100,00	100,00
TOTAL	**21.760**	**21.760**	**100,00**	**100,00**	**98.097.088,00**	**98.097.088,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.2. Ação Orçamentária 2025 - Gestão de Serviços de TIC

Função:	02 – Judiciária
Subfunção:	061 – Ação Judiciária
Programa:	706 – Prestação Jurisdicional
Produto:	Ativo de TIC Implantado
Unidade de Medida:	Ativo ou Serviço de TIC
Meta Programada:	2.575

Tem por finalidade promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do TJMG. O total realizado por meio da ação é R$158.484.247,66 (cento e cinquenta e oito milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Os dois próximos quadros evidenciam as maiores despesas realizadas ao longo do ano, sendo o primeiro, informativo dos gastos por elemento-item, destacando-se os dispêndios atinentes aos itens Serviço de Tecnologia da Informação, Equipamentos de Informática, Aquisição de Software e Serviço de Telecomunicação, e o segundo, demonstrativo dos valores desembolsados com os principais credores.

Quadro XVI – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2025 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	66.561.793,06	42,00%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	46.307.343,07	29,22%
4	40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	25.039.151,10	15,80%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	17.842.270,55	11,26%
4	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.414.858,39	0,89%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	335.948,25	0,21%
3	40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	326.014,09	0,21%
4	40	7	AQUISICAO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA PRODEMGE	303.606,00	0,19%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	240.932,27	0,15%
4	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	54.425,00	0,03%
3	93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.928,00	0,03%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	16.977,88	0,01%
TOTAL				**158.484.247,66**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Quadro XVII - Maiores Credores - Ação Orçamentária 2025

Credor	Valor (R$)	% em relação ao Total
LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	31.109.562,68	19,63%
IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	19.397.024,76	12,24%
CLARO S.A.	17.833.169,63	11,25%
SPASSU TECNOLOGIA E SERVICOS S. A	16.263.723,35	10,26%
WYNTECH SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	11.731.747,24	7,40%
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	8.983.786,29	5,67%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	8.774.467,43	5,54%
CLICK TI TECNOLOGIA LTDA	7.650.000,00	4,83%
AMC INFORMATICA LTDA	6.106.433,08	3,85%
IT2B TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	3.480.685,16	2,20%
DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	2.760.150,25	1,74%
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	2.597.265,65	1,64%
CTIS TECNOLOGIA LTDA	2.374.982,31	1,50%
ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	2.349.915,47	1,48%
CAST INFORMATICA S/A	2.127.445,35	1,34%
TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	1.945.332,20	1,23%
TABTEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA	1.350.000,00	0,85%
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.176.516,63	0,74%
INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMACAO E REPRESENTACOES LTDA	1.136.201,68	0,72%
ASPER TECNOLOGIA LTDA	1.122.985,50	0,71%
POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTACOES LTDA	802.886,87	0,51%
GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA.	714.108,16	0,45%
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	692.131,18	0,44%
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	629.620,09	0,40%
LUMIS EIP TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	621.708,61	0,39%
Demais credores	4.752.398,09	3,00%
TOTAL	**158.484.247,66**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Na sequência, estão demonstradas as execuções física e orçamentária mensais, bem como estão evidenciadas as realizações por região do Estado, tanto física quanto orçamentária.

Referentemente ao monitoramento físico da ação, a meta apurada, 2.152 ativos de TIC implantados, alcançou o percentual de 83,57% do inicialmente estimado, *status* satisfatório, portanto. Relativamente à meta orçamentária, o desempenho é igualmente satisfatório, uma vez que se realizou 93,32% do inicialmente programado.

Quadro XVIII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2025 – Gestão de Serviços de TIC

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	35	35	35	25.336,49	25.336,49	25.336,49
Fevereiro	95	95	95	5.552.655,57	5.552.655,57	5.552.655,57
Março	100	88	88	7.584.931,43	7.584.931,43	7.584.931,43
Abril	200	73	73	22.432.250,87	5.718.399,64	5.718.399,64
Maio	200	157	157	43.628.649,56	9.818.866,57	9.818.866,57
Junho	200	378	378	9.778.652,80	8.581.729,73	8.581.729,73
Julho	200	352	352	9.506.790,28	6.331.209,61	6.331.209,61
Agosto	300	203	203	10.769.332,32	21.190.117,27	21.190.117,27
Setembro	300	212	212	11.057.521,13	12.894.090,12	12.894.090,12
Outubro	300	308	308	10.887.846,62	20.020.217,99	20.020.217,99
Novembro	300	167	167	9.272.572,24	9.456.700,26	9.456.700,26
Dezembro	345	84	84	29.329.183,69	86.596.299,32	51.309.992,98
TOTAL	**2.575**	**2.152**	**2.152**	**169.825.723,00**	**193.770.554,00**	**158.484.247,66**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XIX – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2025 – Gestão de Serviços de TIC

Regiões	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	0	5	0,00	0,23	-	124.529.790,20	0,00	78,58
Região Intermediária de Barbacena	74	10	13,51	0,46	4.932.565,00	29.406,56	0,60	0,02
Região Intermediária de Belo Horizonte	1.014	1.937	191,03	90,01	66.600.909,00	33.297.984,62	50,00	21,01
Região Intermediária de Divinópolis	147	14	9,52	0,65	9.732.841,00	37.158,84	0,38	0,02
Região Intermediária de Governador Valadares	77	16	20,78	0,74	5.102.653,00	34.040,56	0,67	0,02
Região Intermediária de Ipatinga	99	6	6,06	0,28	6.501.164,00	21.654,28	0,33	0,01
Região Intermediária de Juiz de Fora	246	44	17,89	2,04	16.120.609,00	126.981,08	0,79	0,08
Região Intermediária de Montes Claros	133	16	12,03	0,74	8.844.601,00	49.545,12	0,56	0,03
Região Intermediária de Patos de Minas	98	12	12,24	0,56	6.538.957,00	40.190,28	0,61	0,03
Região Intermediária de Pouso Alegre	174	20	11,49	0,93	11.660.510,00	83.585,68	0,72	0,05
Região Intermediária de Teófilo Otoni	110	25	22,73	1,16	7.294.907,00	93.114,20	1,28	0,06
Região Intermediária de Uberaba	87	9	10,34	0,42	5.726.314,00	21.741,12	0,38	0,01
Região Intermediária de Uberlândia	104	6	5,77	0,28	6.879.137,00	18.536,00	0,27	0,01
Região Intermediária de Varginha	212	32	15,09	1,49	13.890.556,00	100.519,12	0,72	0,06
Total	**2.575**	**2.152**	**83,57**	**100,00**	**169.825.723,00**	**158.484.247,66**	**93,32**	**100,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.3. Ação Orçamentária 2091 - Obras e Gestão Predial

Função:	02 – Judiciária
Subfunção:	061 – Ação Judiciária
Programa:	706 – Prestação Jurisdicional
Produto:	Unidade Construída / Reformada / Ampliada
Unidade de Medida:	Intervenção
Meta Programada:	18

A finalidade da ação 2091 é destinar recursos necessários à garantia da infraestrutura física das unidades prediais de 1ª e 2ª Instâncias.

Por meio da ação são processadas as despesas com o desenvolvimento das etapas necessárias para a realização de obras (estudos e projetos, aquisição de terrenos ou imóveis, construção ou reforma), com a manutenção das unidades prediais, com a compra e/ou instalação de equipamentos, com a locação de imóveis, com água, luz, telefonia, dentre outras.

A despesa apurada no exercício de 2023 totaliza R$467.722.249,35 (quatrocentos e sessenta e sete milhões setecentos e vinte e dois mil duzentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

O quadro que segue demonstra a execução por elemento-item de despesa, com a rubrica 51.03 – Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniáveis representando 55,48% do dispêndio total. Destacam-se também as despesas referentes ao elemento-item 61.04 – Edifícios, a reparos de bens imóveis, a energia elétrica (contratos e tarifa), água e esgoto, dentre outras.

Quadro XX – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2091 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
4	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	259.502.132,85	55,48%
5	61	4	EDIFICIOS	79.172.385,07	16,93%
3	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	23.594.190,07	5,04%
3	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	20.386.030,84	4,36%
3	39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	11.288.139,50	2,41%
4	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	11.161.600,00	2,39%
5	61	8	CASAS	10.827.614,93	2,31%
3	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	9.787.262,61	2,09%

3	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	7.907.940,95	1,69%
4	39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	6.750.627,39	1,44%
4	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	6.340.565,52	1,36%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.734.264,49	1,01%
3	36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.789.178,11	0,60%
3	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	2.523.067,56	0,54%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.422.205,32	0,30%
4	93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.315.187,26	0,28%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	880.069,99	0,19%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	855.389,73	0,18%
4	52	20	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	790.821,74	0,17%
3	39	64	SERVICOS DE MAPEAMENTO E GEORREFERENCIAMENTO	767.650,34	0,16%
3	47	3	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	761.356,62	0,16%
3	30	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	707.379,03	0,15%
4	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	593.391,55	0,13%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	448.959,48	0,10%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	444.779,13	0,10%
4	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	355.932,01	0,08%
3	93	12	INDENIZACAO POR UTILIZACAO DE BENS DE TERCEIROS	226.069,43	0,05%
3	30	20	MATERIAL ELETRICO	164.699,26	0,04%
4	52	6	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	148.335,56	0,03%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	141.111,04	0,03%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	88.574,26	0,02%
3	47	7	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	82.240,22	0,02%
3	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	82.131,79	0,02%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	79.042,04	0,02%
3	39	72	CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	69.688,12	0,01%
3	30	41	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	65.330,62	0,01%
3	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	63.130,87	0,01%
4	52	22	ESTRUTURAS E COMPONENTES	60.302,00	0,01%
4	52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	57.126,00	0,01%
4	52	26	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	54.783,30	0,01%
4	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	52.651,98	0,01%
3	39	14	SERVICO DE TELEFONIA	27.994,12	0,01%
3	39	31	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	24.931,43	0,01%
3	30	25	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	24.652,25	0,01%
3	30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	20.625,11	0,0044%
3	36	22	TAXA DE CONDOMINIO	17.057,03	0,0036%
4	52	30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	15.207,50	0,0033%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	11.944,00	0,0026%
4	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	11.700,00	0,0025%
4	61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	9.119,99	0,0019%
3	30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	2.887,20	0,0006%
3	39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	2.640,00	0,0006%
4	52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	2.443,80	0,0005%

3	39	59	SERVICOS SANITARIOS E TRATAMENTO DE RESIDUOS	2.098,50	0,0004%
3	36	18	REPAROS DE BENS IMOVEIS	1.920,00	0,0004%
3	30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	1.487,24	0,0003%
3	36	17	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	950,00	0,0002%
4	30	20	MATERIAL ELETRICO	637,60	0,0001%
3	30	15	MATERIAL FOTOGRAFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICACAO	615,00	0,0001%
TOTAL				**467.722.249,35**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

O quadro seguinte elenca os maiores credores com despesas realizadas por meio da ação orçamentária.

Quadro XXI – Maiores Credores – Ação Orçamentária 2091

Credor	Valor (R$)	% em relação ao Total
SPE PARQUE ANDRADAS INCORPORACAO LTDA	79.211.385,07	16,94%
ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	36.976.386,14	7,91%
ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS,MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA	34.799.857,07	7,44%
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	28.305.957,27	6,05%
DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	23.232.821,49	4,97%
CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA	22.030.659,62	4,71%
G.C.E S/A	11.610.620,09	2,48%
A E C CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	11.400.000,00	2,44%
CLL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP	11.033.907,23	2,36%
REINALDO DONIZETE ALVES PEREIRA	10.827.614,93	2,31%
CG ENGENHARIA LTDA	10.404.905,00	2,22%
CONSTRUTORA DEBS PROCOPIO LTDA	9.658.421,39	2,06%
ENGEBANC CONSTRUCOES LTDA	9.627.660,13	2,06%
CATEDRAL ENGENHARIA LTDA	7.618.606,44	1,63%
R & R ENGENHARIA LTDA	6.908.327,47	1,48%
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	6.663.688,12	1,42%
JEQUITIBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	6.181.770,09	1,32%
ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	6.180.325,21	1,32%
CONSULOC ENGENHARIA LTDA	5.427.745,56	1,16%
PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	5.325.468,95	1,14%
ARAUCARIA AR CONDICIONADO LTDA	4.900.294,70	1,05%
ITS MANUTENCOES LTDA	4.561.497,42	0,98%
A & R COMERCIO E SERVICOS LTDA	4.429.137,76	0,95%
OMS ENGENHARIA E MONTAGENS EIRELI	4.381.814,11	0,94%
P C PORTAL CONSTRUTORA DO NORTE MG LTDA - ME	4.244.337,31	0,91%
INFORREDE CABEAMENTO ESTRUTURADO E INFORMATICA LTDA	3.986.789,79	0,85%
OROS ENGENHARIA LTDA	3.801.111,59	0,81%
ETERA CONSTRUCOES E ISOLAMENTOS LTDA	3.687.687,92	0,79%
CGD CONSTRUTORA GUIMARAES DIAS LTDA	3.682.263,48	0,79%
ELETROCONTROLE ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	3.306.951,38	0,71%
E H S CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	3.207.390,16	0,69%
LOPEZ MARINHO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	3.000.000,00	0,64%
ANTUNES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	2.821.139,93	0,60%
TECNO TERMICA ENGENHARIA LTDA	2.787.627,90	0,60%
TETO CONSTRUTORA S.A.	2.492.569,32	0,53%
TF ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA	2.460.644,87	0,53%
JD PRESTES LTDA	2.182.098,62	0,47%
CONSTRUTORA MATTOS BARACHO LTDA - EPP	1.844.313,71	0,39%
INOVE CONSTRUCOES VZP LTDA -ME	1.820.480,74	0,39%
FAMA PROJETOS & CONSTRUCAO LTDA	1.795.565,32	0,38%
CONSTRUTORA SOBERANA LTDA	1.707.507,78	0,37%
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.611.237,17	0,34%
ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.551.023,10	0,33%
SENGEL CONSTRUCOES LTDA	1.471.629,46	0,31%
APICE ENGENHARIA & CONSTRUCOES LTDA	1.457.952,98	0,31%
GM ENGENHARIA LTDA	1.396.286,82	0,30%
DELPA ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA	1.340.084,95	0,29%
E F PROJETOS E ENGENHARIA LTDA	1.334.771,22	0,29%
R. G . TEIXEIRA FILHO EMPREENDIMENTOS LTDA	1.276.454,45	0,27%
GALICIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.236.558,50	0,26%
Demais credores	44.518.899,62	9,52%
TOTAL	**467.722.249,35**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros demonstram a execução financeira e física da ação, mês a mês, bem como a execução por região do Estado, confrontados os números programados e os realizados.

No tocante à meta física, o resultado foi de 12 (doze) intervenções finalizadas, com a devida emissão do Termo de Recebimento Provisório – TRP correspondente. O desempenho é considerado crítico, tendo em vista a previsão de finalização de 18 (dezoito) obras, percentual de cumprimento de 66,67%, portanto. Referentemente à meta orçamentária, por sua vez, é satisfatório o desempenho, com realização de 75,74% do programado.

No SIGPlan, a DENGEP, setor responsável pelo monitoramento dessa ação, justifica tal desempenho nos seguintes termos: " *Existem pendências de TRP´s por conta das contratações estarem em falta em algum ajuste ou entrega, mas a parte orçamentária foi satisfatória".*

Quadro XXII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	38.044.119,06	121.050,05	121.050,05
Fevereiro	1	0	0	33.190.436,12	13.338.559,63	13.338.559,63
Março	2	3	3	35.101.359,80	33.879.084,50	33.879.084,50
Abril	0	1	1	30.105.502,65	18.147.748,89	18.147.748,89
Maio	2	0	0	34.291.784,78	27.734.250,88	27.734.250,88
Junho	1	0	0	32.880.287,50	21.426.805,27	21.426.805,27
Julho	1	1	1	32.089.799,57	112.316.123,01	112.316.123,01
Agosto	1	1	1	33.147.020,71	30.396.128,31	30.396.128,31
Setembro	3	1	1	32.343.241,94	30.091.572,42	30.091.572,42
Outubro	0	1	1	32.909.997,87	33.772.281,62	33.772.281,62
Novembro	3	2	2	32.894.181,25	28.876.747,57	28.876.747,57
Dezembro	4	8	2	124.985.409,75	141.882.788,85	117.621.897,20
TOTAL	**18**	**18**	**12**	**491.983.141,00**	**491.983.141,00**	**467.722.249,35**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXIII – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial

Regiões	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	0	0	0,00	0,00	94.972.236,00	94.981.343,91	100,01	20,31
Região Intermediária de Barbacena	1	0	0,00	0,00	10.370.250,00	6.176.889,90	59,56	1,32
Região Intermediária de Belo Horizonte	3	4	133,33	33,33	192.551.776,00	155.157.281,65	80,58	33,17
Região Intermediária de Divinópolis	4	2	50,00	16,67	46.014.168,00	44.966.753,07	97,72	9,61
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0	0,00	0,00	20.537.391,00	28.702.933,65	139,76	6,14
Região Intermediária de Ipatinga	0	0	0,00	0,00	10.928.706,00	9.083.858,45	83,12	1,94
Região Intermediária de Juiz de Fora	2	0	0,00	0,00	25.495.812,00	26.070.790,86	102,26	5,57
Região Intermediária de Montes Claros	1	1	100,00	8,33	19.596.208,00	22.765.094,10	116,17	4,87
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0	0,00	0,00	-	1.284.958,45	0,00	0,27
Região Intermediária de Pouso Alegre	4	2	50,00	16,67	38.703.948,00	38.782.215,35	100,20	8,29
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	0	0,00	0,00	24.559.424,00	26.497.106,61	107,89	5,67
Região Intermediária de Uberaba	0	0	0,00	0,00	236.380,00	1.687.351,82	713,83	0,36
Região Intermediária de Uberlândia	0	1	0,00	8,33	2.047.639,00	2.787.576,47	136,14	0,60
Região Intermediária de Varginha	1	2	200,00	16,67	5.969.203,00	8.778.095,06	147,06	1,88
Total	**18**	**12**	**66,67**	**100,00**	**491.983.141,00**	**467.722.249,35**	**95,07**	**100,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.4. Ação Orçamentária 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Aprovação em Ação Educacional
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Programada:	65.000

Atender às despesas necessárias à formação de magistrados e servidores (do TJMG) e demais públicos atendidos pela EJEF, nos termos de seu plano de desenvolvimento institucional, com o propósito de contribuir para a realização da justiça e de sua integração à sociedade, visando à promoção da paz social, bem como para a garantia da eficiência administrativa do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais é a finalidade da ação 2109.

O total realizado em 2023 perfaz o valor de R$4.708.738,34 (quatro milhões setecentos e oito mil setecentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Estão relacionadas nos quadros seguintes as maiores despesas por elemento-item e por credor, respectivamente.

Quadro XXIV – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2109 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	2.600.378,63	55,22%
3	39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	526.915,31	11,19%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	510.582,95	10,84%
3	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	353.647,68	7,51%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	227.160,00	4,82%
3	36	31	SERVICOS DE TREINAMENTO, CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DE PESSOAL	93.179,97	1,98%
3	39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	93.000,00	1,98%
3	39	24	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	90.852,68	1,93%
3	36	23	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	52.299,99	1,11%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	48.000,00	1,02%
3	39	48	CURSOS DE FORMACAO, CAPACITACAO E POS-GRADUACAO PARA SERVIDORES	34.989,46	0,74%
3	36	4	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	27.540,00	0,58%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	18.603,64	0,40%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	18.430,00	0,39%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	13.158,03	0,28%
TOTAL				**4.708.738,34**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Quadro XXV – Maiores Credores – Ação Orçamentária 2109

Credor	Valor (R$)	% em relação ao Total
A&C EVENTOS E PROMOCOES LTDA	280.782,95	5,96%
BUFFET REQUINTE RECEPCOES LTDA	266.923,68	5,67%
PRONTO EVENTOS TECNOLOGIA E INTEGRACAO LTDA	229.800,00	4,88%
EPHISTHEME PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCACAO LTDA	227.160,00	4,82%
FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTABEIS	116.666,72	2,48%
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	98.960,00	2,10%
KEPLER VIAGENS, EVENTOS E TURISMO LTDA	93.000,00	1,98%
ANGELO RONCALLI DE ASSIS RAMOS LTDA	72.000,00	1,53%
ARKHI TECNOLOGIA LTDA	54.543,60	1,16%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	48.000,00	1,02%
PICCOLI CONSULTORIA LTDA	47.250,00	1,00%
STEX TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA.	45.600,00	0,97%
ASSOCIACAO DOS JUIZES DO RIO GRANDE DO SUL	44.349,00	0,94%
SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA	37.700,00	0,80%
Demais credores	3.046.002,39	64,69%
TOTAL	**4.708.738,34**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Na sequência, são apresentados os quadros com a informação sobre a execução física e orçamentária da ação em comparação com o planejamento realizado.

A meta física realizada, 64.245 aprovações em ações educacionais, representa 98,84% do inicialmente estabelecido, status satisfatório, por conseguinte.

Da mesma forma, obteve enquadramento satisfatório o resultado orçamentário da ação, coma execução de 106,51% do aprovado no orçamento anual.

Quadro XXVI – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	534	534	534	-	-	-
Fevereiro	3.434	3.434	3.434	46.895,09	46.895,09	46.895,09
Março	6.579	6.446	6.446	360.383,52	360.383,52	360.383,52
Abril	4.733	5.605	5.605	401.885,02	433.357,72	433.357,72
Maio	5.946	7.666	7.666	360.160,99	490.495,57	490.495,57
Junho	10.284	9.765	9.765	878.926,28	513.123,74	513.123,74
Julho	3.494	3.817	3.817	361.798,12	309.577,77	309.577,77
Agosto	2.583	5.490	5.490	300.220,50	507.819,34	507.819,34
Setembro	5.682	4.319	4.319	300.418,79	505.954,98	505.954,98
Outubro	6.272	6.310	6.310	401.970,90	645.490,38	645.490,38
Novembro	6.353	6.698	6.698	551.925,78	441.292,18	441.292,18
Dezembro	9.106	4.916	4.161	456.292,01	466.486,71	454.348,05
TOTAL	**65.000**	**65.000**	**64.245**	**4.420.877,00**	**4.720.877,00**	**4.708.738,34**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXVII – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Regiões	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	626	2.692	430,03	4,19	42.563,00	242.452,84	569,63	5,15
Região Intermediária de Barbacena	2.016	2.173	107,79	3,38	137.067,00	152.212,27	111,05	3,23
Região Intermediária de Belo Horizonte	27.798	24.923	89,66	38,79	1.890.467,00	1.765.236,34	93,38	37,49
Região Intermediária de Divinópolis	3.887	3.206	82,48	4,99	264.479,00	235.419,79	89,01	5,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2.037	1.758	86,30	2,74	138.678,00	133.405,75	96,20	2,83
Região Intermediária de Ipatinga	2.529	2.221	87,82	3,46	171.971,00	162.861,04	94,70	3,46
Região Intermediária de Juiz de Fora	5.919	5.513	93,14	8,58	402.657,00	403.563,37	100,23	8,57
Região Intermediária de Montes Claros	2.129	2.854	134,05	4,44	144.947,00	220.429,55	152,08	4,68
Região Intermediária de Patos de Minas	2.638	2.185	82,83	3,40	179.410,00	164.933,01	91,93	3,50
Região Intermediária de Pouso Alegre	3.796	4.228	111,38	6,58	257.985,00	314.796,95	122,02	6,69
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2.000	2.208	110,40	3,44	136.067,00	169.845,57	124,82	3,61
Região Intermediária de Uberaba	1.581	2.303	145,67	3,58	107.544,00	168.263,73	156,46	3,57
Região Intermediária de Uberlândia	3.178	3.041	95,69	4,73	216.087,00	210.422,97	97,38	4,47
Região Intermediária de Varginha	4.866	4.940	101,52	7,69	330.955,00	364.895,16	110,26	7,75
Total	**65.000**	**64.245**	**98,84**	**100,00**	**4.420.877,00**	**4.708.738,34**	**106,51**	**100,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.5. Ação Orçamentária 4395 - Processamento Judiciário

Função:	02 – Judiciária
Subfunção:	061 – Ação Judiciária
Programa:	706 – Prestação Jurisdicional
Produto:	Processo Baixado
Unidade de Medida:	Processo
Meta Programada:	2.641.763

Tem como finalidade destinar recursos para cumprimento das atribuições institucionais, das ações referentes ao Programa Justiça Eficiente – PROJEF 5.0, além do atendimento aos feitos amparados pela assistência judiciária, da realização das atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias da Infância e da Juventude (COINJ) e da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), das relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais, bem como das ações afetas à conciliação e às ações sociais, tendo como norte o incremento da celeridade na prestação jurisdicional e a redução da litigiosidade.

O realizado em 2023 por meio da ação 4395 é R$1.292.281.948,09 (um bilhão duzentos e noventa e dois milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e quarenta e oito reais e nove centavos).

Observando os quadros seguintes, que demonstram, respectivamente, as maiores despesas por elemento-item e por credores, nota-se que mais de 70% dos gastos são relativos à locação de mão-de-obra (elemento de despesa 37). Outros destaques são o pagamento da indenização de transporte devida ao Oficial de Justiça e ao Oficial de Cartório e a despesa com estagiários.

Quadro XXVIII – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 4395 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	813.838.430,31	62,98%
3	93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	123.729.745,89	9,57%
3	36	1	ESTAGIARIOS	105.756.224,39	8,18%
3	37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	96.316.140,93	7,45%
3	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	30.296.176,05	2,34%
4	52	17	VEICULOS	16.594.800,00	1,28%
3	49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	16.000.000,00	1,24%
3	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	12.878.742,29	1,00%
3	36	27	JUIZES LEIGOS	8.110.521,71	0,63%

4	52	14	MOBILIARIO	6.718.364,13	0,52%
3	93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	6.300.305,77	0,49%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	6.293.722,00	0,49%
3	36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	5.169.110,25	0,40%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.302.413,40	0,33%
3	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	4.187.808,80	0,32%
3	33	4	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	3.273.102,66	0,25%
3	39	74	SERVICO DE REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SIMPLIFICADO	2.858.267,93	0,22%
3	30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	2.424.671,83	0,19%
3	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	2.078.115,17	0,16%
3	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	1.683.295,60	0,13%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	1.500.000,00	0,12%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	1.402.874,07	0,11%
3	39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	1.362.134,43	0,11%
3	39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	1.314.599,54	0,10%
4	52	8	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	1.264.910,96	0,10%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	1.242.243,87	0,10%
4	52	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.122.496,14	0,09%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	1.112.261,26	0,09%
3	39	3	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	1.052.461,91	0,08%
3	30	99	OUTROS MATERIAIS	860.394,74	0,07%
3	30	4	MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	822.835,66	0,06%
3	37	4	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	757.905,81	0,06%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	701.072,62	0,05%
3	39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	653.679,45	0,05%
3	39	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	634.098,10	0,05%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	599.949,55	0,05%
3	93	1	AJUDA DE CUSTO	551.246,51	0,04%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	455.945,93	0,04%
3	30	30	MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	382.571,07	0,03%
3	30	23	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTORES	376.227,02	0,03%
3	93	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	367.291,03	0,03%
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	353.449,52	0,03%
3	30	3	UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	352.908,56	0,03%
3	39	18	REPAROS DE VEICULOS	304.904,96	0,02%
3	30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	303.942,91	0,02%
3	39	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	226.833,35	0,02%
3	30	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	207.529,52	0,02%
3	30	11	MATERIAL ODONTOLOGICO	197.114,83	0,02%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	181.691,47	0,01%
4	52	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	181.545,07	0,01%
3	39	82	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	165.074,94	0,01%
3	39	9	PUBLICIDADE	158.856,82	0,01%
3	32	1	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	153.160,82	0,01%
3	39	19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	148.393,40	0,01%
3	39	50	SERVICOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	144.233,90	0,01%

3	39	98	SERVICOS DE SAUDE PRESTADOS CONTRATUALMENTE POR PESSOA JURIDICA	143.365,06	0,01%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	137.683,49	0,01%
3	30	1	ARTIGOS PARA CONFECCAO E VESTUARIO	131.761,19	0,01%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	127.416,20	0,01%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	110.390,00	0,01%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	91.491,24	0,01%
3	39	59	SERVICOS SANITARIOS E TRATAMENTO DE RESIDUOS	78.364,57	0,01%
4	52	18	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	70.000,00	0,01%
3	39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	66.300,00	0,01%
3	36	14	MONITORES, FISCAIS E EXAMINADORES	56.962,38	0,004%
3	31	1	PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORACOES E MEDALHAS	52.171,79	0,004%
3	30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	48.004,78	0,004%
3	36	23	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO	44.515,94	0,003%
3	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	39.200,50	0,003%
3	30	20	MATERIAL ELETRICO	37.356,73	0,003%
3	30	12	MEDICAMENTOS	37.297,04	0,003%
3	39	86	DIREITOS AUTORAIS	34.012,97	0,003%
4	52	9	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	33.575,10	0,003%
3	30	36	MATERIAL BIBLIOGRAFICO PARA BIBLIOTECAS PUBLICAS	32.000,00	0,002%
3	39	16	LOCACAO DE TV POR ASSINATURA	31.547,83	0,002%
3	39	31	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	31.074,60	0,002%
3	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	29.548,88	0,002%
4	52	99	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	28.420,00	0,002%
3	30	14	MATERIAL RADIOLOGICO	27.025,50	0,002%
3	30	31	LIVROS TECNICOS	23.750,00	0,002%
Demais Itens				311.913,45	0,02%
TOTAL				**1.292.281.948,09**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Quadro XXIX – Maiores Credores – Ação Orçamentária 4395

Credor	Valor (R$)	% em relação ao Total
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	403.517.301,41	31,23%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	312.598.059,45	24,19%
VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE - OFICIAIS DE JUSTICA	123.729.745,89	9,57%
BENEFICIARIOS DE ESTAGIOS E BOLSAS DE ESTUDO	121.756.224,39	9,42%
ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	65.155.531,31	5,04%
SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	44.743.328,57	3,46%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	31.000.000,00	2,40%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	30.296.176,05	2,34%
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	23.284.980,78	1,80%
ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE - ASSPROM	16.539.276,56	1,28%
GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	14.514.000,00	1,12%
S & M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	9.026.083,95	0,70%
FIANCA(CRIMINAL)	6.300.000,00	0,49%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	4.301.962,95	0,33%
FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	3.751.135,13	0,29%
VIBRA ENERGIA S.A	3.663.623,47	0,28%
SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS LTDA - ME	3.274.607,66	0,25%
IBFC - INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMACAO E CAPACITACAO	2.316.395,03	0,18%

KAYO VEICULOS LTDA	2.080.800,00	0,16%
TECNO 2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.944.797,00	0,15%
BANCO DO BRASIL SA	1.683.045,60	0,13%
DIARIAS/REEMBOLSO DE COMBUSTIVEIS/PASSAGENS	1.500.000,00	0,12%
CCL DISTRIBUIDORA LTDA	1.447.200,00	0,11%
ELLOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	1.172.500,00	0,09%
MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	1.138.450,00	0,09%
INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	957.966,14	0,07%
SOLUTION SHOP PRODUTOS DE TECNOLOGIA EIRELI	917.400,00	0,07%
ALIMENTOS SORETTO LTDA	847.600,00	0,07%
CASA DECORACAO LTDA - ME	786.088,74	0,06%
FORMATECH LTDA - EPP	759.874,00	0,06%
MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	757.905,81	0,06%
EXO COMPANY PARTICIPACOES LTDA	712.612,68	0,06%
CELIN TRANSPORTES LTDA	711.455,79	0,06%
TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	634.098,10	0,05%
VALID SOLUCOES S A	631.680,00	0,05%
RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA -ME	618.148,41	0,05%
GENTE SEGURADORA SA	607.609,40	0,05%
PAPELARIA OURO LTDA	581.622,00	0,05%
ANGELO RONCALLI DE ASSIS RAMOS LTDA	556.535,98	0,04%
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	496.904,94	0,04%
W M PORTAS EMPREENDIMENTOS EM MOVEIS PLANEJADOS LTDA - EPP	481.764,80	0,04%
FUNDACAO GETULIO VARGAS	480.550,37	0,04%
LEANDRO LUIZ LEAL SILVA -EPP	449.671,75	0,03%
BIOPRAGAS CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS LTDA -ME	422.816,08	0,03%
GP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME	415.612,02	0,03%
GLOBO COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI	399.699,30	0,03%
MEDGEN TECNOLOGIA AVANCADA EM DNA LTDA - EPP	386.000,00	0,03%
SERVICE FERNANDES LTDA - ME	376.096,23	0,03%
INSTITUTO MANO DOWN	373.615,35	0,03%
ERIKO DOS SANTOS LOCACAO E TRANSPORTES LTDA	344.800,00	0,03%
ABADE & CAPELLI INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	335.000,00	0,03%
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	333.988,10	0,03%
MULTICOM COMERCIO MULTIPLO DE ALIMENTOS LTDA	328.100,00	0,03%
MAXIMO PECAS & PRODUTOS LTDA	293.310,01	0,02%
MIX SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	287.910,00	0,02%
CONSULPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA	286.872,90	0,02%
SAMUEL REZENDE RAMALHO	283.132,43	0,02%
REIS COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE DIVERSOS ARTIGOS E SUPRIMENTOS	275.692,00	0,02%
CENTRA MOVEIS S/A	263.400,00	0,02%
LOBO SOLUCOES EM LICITACOES E COMERCIO LTDA	259.289,15	0,02%
Demais credores	43.891.900,41	3,40%
TOTAL	**1.292.281.948,09**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros dizem respeito à execução física e orçamentária da ação, conforme monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, comparados os valores programados e realizados, sendo o primeiro relativo à execução mensal e o seguinte à realização regionalizada.

Quadro XXX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	167.869	167.869	167.869	4.441.483,98	4.441.483,98	4.441.483,98
Fevereiro	224.831	224.831	224.831	84.529.536,65	84.529.536,65	84.529.536,65
Março	202.876	346.254	346.254	91.874.062,97	91.874.062,97	91.874.062,97
Abril	173.170	222.857	222.857	124.000.000,00	92.111.608,27	92.111.608,27
Maio	229.905	322.358	322.358	151.000.000,00	99.767.201,34	99.767.201,34
Junho	194.638	285.211	285.211	151.000.000,00	97.347.900,36	97.347.900,36
Julho	199.013	284.443	284.443	151.000.000,00	100.145.671,09	100.145.671,09
Agosto	222.892	287.005	287.005	151.000.000,00	104.735.887,11	104.735.887,11
Setembro	208.463	264.087	264.087	165.000.000,00	108.787.623,44	108.787.623,44
Outubro	250.043	273.345	273.345	165.000.000,00	102.479.168,67	102.479.168,67
Novembro	252.502	238.600	238.600	165.000.000,00	97.868.441,95	97.868.441,95
Dezembro	315.561	170.000	164.554	265.154.278,40	660.627.294,05	308.193.362,26
TOTAL	**2.641.763**	**3.086.860**	**3.081.414**	**1.668.999.362,00**	**1.644.715.879,88**	**1.292.281.948,09**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XXXI – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 4395 – Processamento Judiciário

Regiões	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A %	Análise Vertical % (B)
Estadual	0	0	0,00	0,00	47.541.189,00	265.837,68	0,56	0,02
Região Intermediária de Barbacena	67.330	80.365	119,36	2,61	41.332.150,00	34.419.177,29	83,27	2,66
Região Intermediária de Belo Horizonte	1.125.717	1.306.744	116,08	42,41	690.811.049,00	543.209.757,26	78,63	42,03
Região Intermediária de Divinópolis	155.946	173.487	111,25	5,63	95.729.929,00	73.823.857,62	77,12	5,71
Região Intermediária de Governador Valadares	75.305	87.966	116,81	2,85	46.228.711,00	37.120.760,87	80,30	2,87
Região Intermediária de Ipatinga	96.112	103.779	107,98	3,37	58.997.668,00	43.920.075,82	74,44	3,40
Região Intermediária de Juiz de Fora	231.758	285.154	123,04	9,25	142.267.256,00	120.478.572,06	84,68	9,32
Região Intermediária de Montes Claros	122.835	146.412	119,19	4,75	75.405.731,00	61.186.603,26	81,14	4,73
Região Intermediária de Patos de Minas	97.962	109.777	112,06	3,56	60.134.690,00	47.087.071,57	78,30	3,64
Região Intermediária de Pouso Alegre	151.788	173.936	114,59	5,64	93.179.309,00	72.407.084,27	77,71	5,60
Região Intermediária de Teófilo Otoni	93.272	109.335	117,22	3,55	57.257.193,00	46.278.452,28	80,83	3,58
Região Intermediária de Uberaba	97.891	113.586	116,03	3,69	60.089.941,00	46.672.278,42	77,67	3,61
Região Intermediária de Uberlândia	126.611	159.373	125,88	5,17	77.719.366,00	67.478.774,15	86,82	5,22
Região Intermediária de Varginha	199.236	231.500	116,19	7,51	122.305.180,00	97.933.645,54	80,07	7,58
Total	**2.641.763**	**3.081.414**	**116,64**	**100,00**	**1.668.999.362,00**	**1.292.281.948,09**	**77,43**	**100,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

O valor computado para a meta física, 3.081.414 processos baixados, alcançou o percentual de 116,64% do programado, o que representou o alcance do status satisfatório. O mesmo ocorreu com a meta orçamentária, com realização de 77,43% do originalmente previsto.

3.2.6. Despesas de Exercícios Anteriores

Os próximos quadros apresentam informações referentes à realização de despesas de exercícios anteriores (elemento de despesa 92) em 2022 e 2023, com a variação percentual entre os dois exercícios, demonstrando, respectivamente, o total realizado por ação orçamentária e a execução orçamentária de forma detalhada.

Conforme se pode notar, houve expressivo aumento no valor executado em 2023 em relação ao exercício anterior.

Quadro XXXII – Despesas de Exercícios Anteriores – 2022 x 2023 – Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2022 (R$)	2023 (R$)	% Variação
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	200.714,78	16.977,88	-91,54%
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	-	58.274.466,85	-
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	1.285.640,31	1.448.781,28	12,69%
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	20.607,10	13.158,03	-36,15%
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	350.575,82	599.949,55	71,13%
VALOR TOTAL		**1.857.538,01**	**60.353.333,59**	**3149,10%**

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Quadro XXXIII – Despesas de Exercícios Anteriores – 2022 x 2023 – Detalhamento

Ação	Grupo	Modalidade	Elemento	Item	Descrição	Fonte	Proced.	2022 (R$)	2023 (R$)	% Variação
2025	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	200.714,78	16.977,88	-91,54%
2055	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	60	1	-	20.758.249,91	-
2055	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	60	7	-	37.516.216,94	-
2091	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	311.996,73	855.389,73	174,17%
2091	4	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	973.643,58	593.391,55	-39,05%
2109	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	20.607,10	13.158,03	-36,15%
4395	3	90	92	1	DEA - PESSOAL	77	1	404,00	-	-100,00%
4395	3	90	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	350.015,64	599.009,65	71,14%
4395	3	91	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	77	1	156,18	939,90	501,81%
VALOR TOTAL								**1.857.538,01**	**60.353.333,59**	**3149,10%**

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Resolução CNJ nº 325/2020 estabelece a Estratégia Nacional do Poder Judiciário a ser adotada no período de 2021-2026 pelos diversos segmentos de justiça.

Diante disso, o TJMG, à época, revisou sua estratégia, culminando na edição da Resolução nº 952/2020 que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos, no âmbito do TJMG, para o supramencionado sexênio.

A referenciada Resolução nº 952/2020 detalha os quatro componentes básicos do Planejamento do TJMG, a saber:

- Identidade Organizacional: define a missão, visão e valores deste Tribunal;
- Mapa Estratégico: traduz a identidade organizacional em um conjunto de Macrodesafios que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais;
- Painel Estratégico: deve conter os indicadores institucionais, as metas nacionais, as metas institucionais e, no que couberem, os indicadores nacionais;
- Quadro de Iniciativas: explicita os programas, projetos e ações estratégicos para a Instituição, visto a contribuição para o alcance das metas estabelecidas.

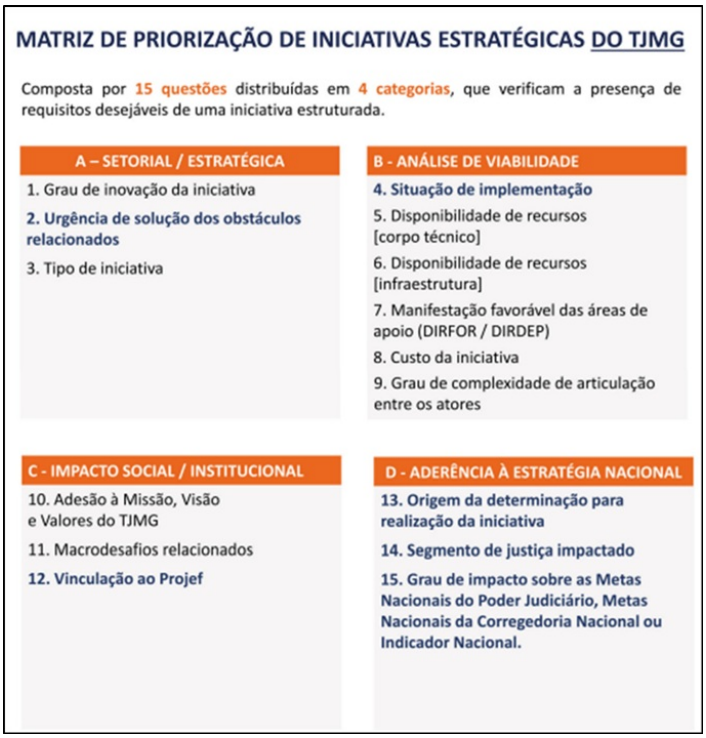
O Mapa Estratégico do TJMG no ciclo 2021-2026 está elaborado sob três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento) e contém os doze macrodesafios definidos na Resolução TJMG nº 952/2020, conforme se percebe na figura seguinte, que também evidencia a identidade organizacional.



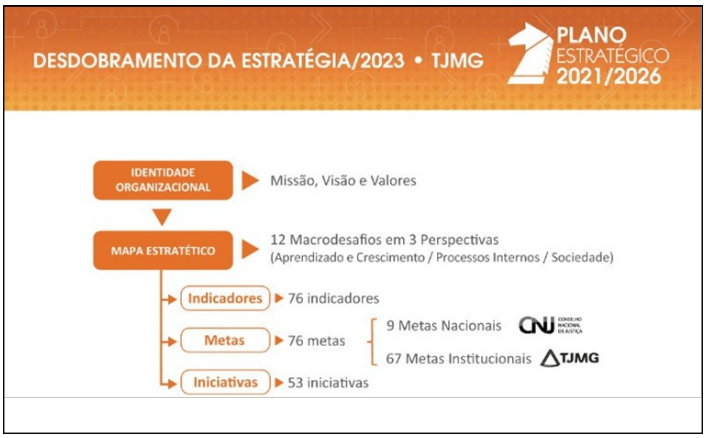
Anualmente, a DEPLAG, com o apoio da ASPLAG, coordena o processo de revisão do Planejamento Estratégico Institucional, visando à atualização dos componentes Painel Estratégico e do Quadro de Iniciativas Estratégicas, considerando as diretrizes da Alta Administração e os resultados dos processos participativos realizados.

Na reunião de abertura dos trabalhos, todas as áreas institucionais foram convidadas a participar.

Destaca-se que, durante o processo de revisão, a definição de metas e a seleção de iniciativas estratégicas do TJMG são subsidiadas por qualificada análise técnica. Um dos instrumentos utilizados é a Matriz de Priorização de Iniciativas, que contém 15 (quinze) questões distribuídas em 4 (quatro) categorias, conforme demonstrado na figura abaixo, que possibilitam a verificação de requisitos desejáveis em uma iniciativa estruturada. As questões destacadas são as de maior “peso”.



Em março, foi publicada a Portaria Conjunta nº 1458/PR/2023 que disciplinou o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2023. A imagem abaixo demonstra, em grandes números, o Planejamento Estratégico do TJMG aprovado para o período mencionado.



Acompanhamento dos resultados de 2023

Uma vez aprovado o Plano Estratégico, deu-se início ao seu acompanhamento sistemático. Além de diversas reuniões técnicas com as áreas administrativos, com o apoio do NUGEPRO, CEPROJ e SEGOVE, foram realizadas 02 (duas) Reuniões de Análise da Estratégia, nos dias 27/03 e 05/09, para avaliação dos resultados das metas e das iniciativas do Planejamento Estratégico. Os quadros a seguir apresentam os resultados das metas nacionais e institucionais do ano em análise.

Quadro XXXIV – Painel Estratégico – Resultado das Metas Nacionais – 2023

Macrodesafio	Indicador	Metas Nacionais	Percentual de cumprimento (%)
3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	3.1 – Índice de julgamento de processos de conhecimento.	CNJ 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	Meta >100% [1]Total: 101,15* 1º Grau: 102,13 2º Grau: 89,23 JESP: 105,8 TR: 105,27
	3.2 - Índice de julgamento de processos antigos.	CNJ 2 - Identificar e julgar até 31/12/2023, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	[1]1º Grau: 105,61 2º Grau: 50,75 JESP: 103,64 TR: 109,04
	3.3 - Índice de redução da taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento.	CNJ 5 - Reduzir, até 31/12/2023, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.	***[1]
	3.5 - Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar.	CNJ 8 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.	[1]FEMINICÍDIO Geral: 187,50 * 1º Grau: 187,50* 2º Grau: ** VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Geral: - 1º Grau: 152,73 2º Grau: **
	3.6 - Índice de Julgamento dos processos relacionados a ações ambientais.	CNJ 10 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022	***[1]
	3.24 - Índice de julgamento de processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional.	CNJ 11 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º Grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.	1º Grau: ** [1] 2º Grau: **
4 – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	4.1 - Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção.	CNJ 4 - Identificar e julgar até 31/12/2023, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	Geral: 135,01 *[1] 1º Grau: 133,18 2º Grau: 148,18 JESP: 142,44 TR: 150,76
5 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	5.1 - Índice de Conciliação.	CNJ 3 - Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.	***[1]
9 – Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	9.13 - Taxa de desenvolvimento de ações de inovação na Instituição	CNJ 9 - Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.	100% [2]

* Dados até outubro de 2023.

** Em apuração pelo CNJ (a ser divulgado).

[1] Fonte: CEINFO.

[2] Fonte: "Relatório de monitoramento de metas estratégicas", produzido pela ASPLAG com informações fornecidas pelas áreas.

Quadro XXXV – Painel Estratégico – Resultados das Metas Institucionais – 2023

Macrodesafio	Indicador	Metas Nacionais	Resultado apurado em 2023 [2]
	1.1 - Número de recuperandos nas APACs do Estado de Minas Gerais.	TJMG 1a - Beneficiar 5.665 (cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco) recuperandos nas APACs do Estado de Minas Gerais até 31/12/2023.	7.098
	1.2 - Número de pessoas beneficiadas com projetos de responsabilidade social da COMSIV.	TJMG 1b - Beneficiar 500.000 (quinhentas mil) pessoas com projetos de responsabilidade social da COMSIV.	873.326
	1.3 - Número de mães atendidas com o Programa Entrega Legal.	TJMG 1c - Beneficiar 100 (cem) mães com o Programa Entrega Legal até 31/12/2023.	Meta cancelada na RAE de 05/09/2023.
	1.4 - Número de pacientes judiciários acompanhados pelo Programa PAIPJ.	TJMG 1d - Beneficiar 2.200 (dois mil e duzentos) pacientes judiciários acompanhados pelo Programa PAI-PJ até 31/12/2023.	2.803

1 – Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	1.5 - Número de crianças e adolescentes que usufruíram dos serviços ofertados no(s) evento(s) proporcionado(s) pelo TJMG.	TJMG 1e - Beneficiar 3.000 (três mil) crianças e adolescentes com serviços ofertados no(s) eventos(s) proporcionado(s) pelo TJMG em 2023.	Meta cancelada na RAE de 05/09/2023.
	1.9 - Número de crianças acolhidas com idade superior a 4 (quatro) anos beneficiadas pelo apadrinhamento.	TJMG 1f - Beneficiar 600 (seiscentas) crianças no Estado de Minas Gerais, por meio das campanhas de apadrinhamento até 31/12/2023.	225 (Resultado apurado em 23/01/2024)
	1.10 - Número de pessoas beneficiadas com as ações do Núcleo de Voluntariado do TJMG.	TJMG 1g - Beneficiar 60.000 (sessenta mil) pessoas com as ações do Núcleo de Voluntariado até dezembro de 2023.	15.564
	1.11 - Taxa de expansão da Campanha de Apadrinhamento para as comarcas do Estado de Minas Gerais.	TJMG 77 - Aumentar em 10% (dez por cento) o número de comarcas do Estado que promovem campanhas de apadrinhamento até 31/12/2023.	14% (Resultado apurado em 23/01/2024)
	1.12 - Número de magistrados, técnicos e profissionais diretamente envolvidos no Programa Entrega Legal capacitados com as ações de formação e divulgação fomentadas pela COINJ.	TJMG 105 - Capacitar 500 (quinhentos) magistrados e técnicos do TJMG, além de profissionais da rede de proteção diretamente envolvidos no Programa Entrega Legal até 31/12/2023.	691
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade	2.4 - Número de ações de itinerância efetivamente realizadas.	TJMG 100 - Promover, por ação própria ou mediante parceria com outros órgãos internos e externos ao TJMG, o oferecimento de serviços de itinerância em pelo menos 30 (trinta) ações até dezembro de 2023.	55
	2.5 - Número de comarcas atendidas pelas ações e iniciativas que possam promover a regularização fundiária.	TJMG 101 - Realizar, por meio dos CEJUSCs, iniciativas e ações que possam promover a regularização da propriedade urbana em pelo menos 15 (quinze) comarcas do Estado de Minas Gerais até dezembro de 2023.	Meta cancelada na RAE de 05/09/2023.
	3.7 - Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 (sessenta) dias - 2º Grau.	TJMG 5 - Julgar, em 2023, 70% (setenta por cento) dos processos em até 60 (sessenta) dias - Julgamentos monocráticos pelo Relator em 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos Advogados e aos Órgãos Externos - 25 dias).	64,6%
	3.8 - Taxa de julgamentos colegiados em até 100 (cem) dias - 2º Grau.	TJMG 6 - Julgar, em 2023, 70% (setenta por cento) dos processos em até 100 (cem) dias - Julgamentos colegiados em 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos Advogados e aos Órgãos Externos - 25 dias).	61,1%
	3.9 - Índice de acórdãos publicados em até 10 (dez) dias.	TJMG 7 - Publicar, em 2023, 95% (noventa e cinco por cento) dos acórdãos no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento dos processos.	98,5%
	3.10 - Taxa de redução do estoque de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados.	TJMG 8 - Reduzir, até 31/12/2023, em 50% (cinquenta por cento) o estoque dos processos aptos a serem julgados e baixados na Primeira Instância, em relação ao ano anterior.	48,37%
	3.11 - Taxa de redução de processos paralisados.	TJMG 9 - Reduzir, até 31/12/2023, em 40% (quarenta por cento) os processos paralisados a mais de 100 (cem) dias na Primeira Instância, sem motivo legal, em relação ao ano anterior.	17,35%
	3.12 - Taxa de redução de mandados judiciais em atraso.	TJMG 10 - Reduzir, até 31/12/2023, em 50% (cinquenta por cento) os mandados judiciais em atraso na Primeira Instância, em relação ao ano anterior.	-109,19% (Observado aumento da quantidade de mandados em atraso em comparação com o período de referência, motivo pelo qual o resultado é negativo.)
	3.13 - Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça Comum).	TJMG 11 - Reduzir, até 31/12/2023, para 70% (setenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível (Justiça Comum).	Sem informação (Os dados estão sendo recalculados em função de alterações no Glossário do CNJ. Por esse motivo, não há apuração do indicador em 2023.)
	3.14 - Taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento no 1º Grau.	TJMG 12 - Reduzir, até 31/12/2023, para 70% (setenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento (Justiça Comum).	Sem informação (Os dados estão sendo recalculados em função de alterações no Glossário do CNJ. Por esse motivo, não há apuração do indicador em 2023.)
	3.15 - Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal.	TJMG 13 - Reduzir, até 31/12/2023, para 60% (sessenta por cento) a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal.	Sem informação (Os dados estão sendo recalculados em função de alterações no Glossário do CNJ. Por esse motivo, não há apuração do indicador em 2023.)
	3.17 - Taxa de virtualização de processos cíveis e criminais na Primeira Instância.	TJMG 15 - Virtualizar 67% (sessenta e sete por cento) do acervo processual físico da Primeira Instância no ano de 2023.	89%
	3.19 - Taxa de cumprimento dos marcos previstos para o ano de 2023 na iniciativa "Plano de estruturação organizacional	TJMG 17 - Executar 60% (sessenta por cento) dos marcos previstos para o ano de 2023 na iniciativa "Plano de estruturação	86,1%

	para a produtividade na prestação jurisdicional".	organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional".	
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	3.25 - Percentual de execução do plano de automatização dos mandados judiciais da Central Eletrônica de Mandados e Diligências – CEMAD na comarca piloto.	TJMG 56 - Concluir, até 31/12/2023, 57,38% das atividades previstas para a Implementação da CEMAD na comarca piloto.	57,38%
	3.26 - Taxa de implantação do Processo Judicial eletrônico nas competências Infância e Juventude Infracional e Tribunal do Júri de Belo Horizonte - PJe Criminal.	TJMG 53 - Implantar, até 31/12/2023, o Processo Judicial eletrônico - PJe em 100% (cem por cento) das Unidades Jurisdicionais de Primeira Instância com a competências de atos infracionais cometidos por menores infratores.	100%
	3.30 - Taxa de execução do Plano de Integração do Sistema PJe com o SISBAJUD.	TJMG 78 - Executar, em 2023, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Plano de Integração do Sistema PJe com o SISBAJUD.	20%
	3.31 - Taxa de execução do Plano de Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.	TJMG 79 - Executar, em 2023, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Plano de Integração do Sistema PJe com o e-Carta Correios.	30%
	3.32 - Taxa de execução das ações do Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.	TJMG 80 - Concluir, até dezembro de 2023, 100% (cem por cento) das ações previstas no Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais para o ano.	85,71%
	3.33 - Taxa de execução das ações previstas no Projeto de Implantação do PJe na Segunda Instância para o ano de 2023.	TJMG 81 - Concluir, até setembro de 2023, 100% (cem por cento) das ações previstas no Projeto de Implantação do PJe na Segunda Instância, pelo menos em relação aos processos cíveis.	Cronograma do projeto suspenso após publicação da Portaria Conjunta nº 1498/PR/2023.
	3.34 - Número de audiências, sentenças, decisões e despachos proferidos, em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação, no Programa Pontualidade 5.0.	TJMG 85 - Proferir 60.000 (sessenta mil) atos (audiências, sentenças, decisões e despachos) em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação, no Programa Pontualidade 5.0	77.962 atos
	3.35 - Taxa de virtualização dos processos físicos elegíveis que compõem o acervo da Segunda Instância	TJMG 86 - Virtualizar e indexar, em 2023, 100% (cem por cento) dos processos físicos, elegíveis, que compunham o acervo de feitos em tramitação em 31/12/2022, estimado em 6.300 (seis mil e trezentos) feitos (excluídos os que se encontravam sobrestados).	97%
	3.36 - Taxa de virtualização e indexação dos processos cíveis e criminais que aportarem fisicamente na Segunda Instância.	TJMG 87 - Virtualizar e indexar, em 2023, 100% (cem por cento) dos processos cíveis e criminais, aptos tecnicamente, que aportarem fisicamente na Segunda Instância.	99,5%
	3.37 - Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas.	TJMG 88 - Analisar e distribuir 95% (noventa e cinco por cento) dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes em até 24 (vinte e quatro) horas.	99%
	3.38 - Taxa de análise e distribuição de feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 48 (quarenta e oito) horas.	TJMG 89 - Analisar e distribuir 95% (noventa e cinco por cento) dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes em até 48 (quarenta e oito) horas após o cadastro e triagem.	93,3%
	3.39 - Taxa de execução do projeto de Implantação do Plantão Noturno Eletrônico.	TJMG 90 - Executar 100% (cem por cento) das atividades previstas no projeto de implantação do Plantão Noturno Eletrônico para o ano de 2023.	73%
	3.40 - Índice de processos paralisados sem motivo legal em até 60 (sessenta) dias.	TJMG 91 - Manter 95% (noventa e cinco por cento) das movimentações, que dizem respeito à tramitação processual, atualizadas com até 60 (sessenta) dias.	97,9%
	3.41 - Índice de processos conclusos aos relatores em até 90 (noventa) dias.	TJMG 92 - Manter 95% (noventa e cinco por cento) dos processos conclusos em até 90 (noventa) dias.	96,9%
	3.42 - Taxa de execução do Projeto de Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas.	TJMG 93 - Executar 100% (cem por cento) das atividades previstas no projeto de implantação do Projeto de Gerenciamento Eficaz das Ações Coletivas em 2023.	100%
	3.43 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Programa de Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.	TJMG 94 - Executar, em 2023, 100% (cem por cento) das ações previstas no Programa de Aperfeiçoamento Gerencial da Segunda Instância.	78%
	3.44 - Taxa de implantação do projeto-piloto da Unidade Judiciária Eficiente.	TJMG 103 - Implantar, em 2023, o projeto-piloto da Unidade Judiciária Eficiente em 30 (trinta) Unidades Judiciárias.	35 unidades
	3.45 - Número de recursos excepcionais que superem o prazo de 35 (trinta e cinco) dias de conclusão, apurados no último dia útil do expediente forense (19/12/2023).	TJMG 99 - Decidir todos os recursos excepcionais que superarem o prazo de 60 (sessenta) dias de conclusão, apurados no último dia útil do expediente forense (19/12/2023).	100% (Revisão da meta aprovada durante a RAE de dezembro, aguardando publicação do normativo correspondente.

4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	4.4 - Taxa de implementação das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade em 2023.	TJMG 23 - Implementar, até dezembro de 2023, 80% (oitenta por cento) das ações previstas para o monitoramento e atualização do Programa de Integridade.	100%
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	5.6 - Taxa de aumento de procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade tratados no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania no setor pré-processual ou no Programa Paternidade para Todos.	TJMG 27 - Aumento de 5% no número de procedimentos pré - processuais de reconhecimento de paternidade apurados no segundo semestre do ano vigente em relação ao segundo semestre do ano anterior.	+ 2,58% (Revisão da meta aprovada durante a RAE de dezembro, aguardando publicação do normativo correspondente)
	5.9 - Percentual de sessões agendadas nos CEJUSCs.	TJMG 97 - Aumentar, em 2023, uma média de pelo menos 5% (cinco por cento) no número de sessões agendadas nos CEJUSCs em relação ao ano anterior.	5,21%
	5.10 - Número de comarcas atendidas com a Justiça Restaurativa.	TJMG 98 - Disseminar, em pelo menos 20% (vinte por cento) das comarcas, iniciativas de Justiça Restaurativa no ano de 2023.	71,5%
6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	6.1 - Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade em até 100 (cem) dias.	TJMG 29 - Julgar, em 2023, em até 100 (cem) dias, 70% (setenta por cento) dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema - 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos Advogados e aos Órgãos Externos - 25 dias).	76,4%
	6.2 - Taxa de julgamento de IRDR/IAC em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.	TJMG 30 - Julgar, em 2023, 70% (setenta por cento) dos IRDRs/IACS em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a distribuição, (desconsiderado o tempo médio de permanência em carga a Advogados ou Órgãos Externos - 25 dias).	62,3%
	6.3 - Índice de priorização de ações coletivas.	TJMG 59 - Julgar, até 31/12/2023, 80% (oitenta por cento) das ações coletivas distribuídas até 31/12/2021 no 2º Grau.	89,6%
7 - Promoção da Sustentabilidade.	7.1 - Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável.	TJMG 31 - Executar, até dezembro de 2023, 80% (oitenta por cento) das ações propostas para o Plano de Logística Sustentável.	81,25%
8- Aperfeiçoamento da Administração do Sistema de Justiça.	8.1 - Taxa de execução das atividades previstas para o ano de 2023, da iniciativa Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo.	TJMG 32 - Executar 70% (setenta por cento) das atividades previstas no cronograma da iniciativa Fortalecimento das políticas judiciárias de melhoria do sistema prisional e do sistema socioeducativo até 31 de dezembro de 2023.	93%
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	9.1 - Número de Unidades Judiciárias de 1º Grau que implantaram o Desdobramento do Planejamento Estratégico.	TJMG 40 - Implantar o Desdobramento do Planejamento Estratégico - DPE em 45 (quarenta e cinco) Unidades Judiciárias de 1º Grau até 31/12/2023.	67 unidades
	9.3 - Taxa de Execução do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos.	TJMG 42 - Cumprir 60% (sessenta por cento) das atividades do Plano de Gestão de Documentos Eletrônicos previstas até 31/12/2023.	64%
	9.4 - Taxa de execução de obras.	TJMG 43 - Executar 70% (setenta por cento) das obras previstas na iniciativa "Plano de Aceleração de Obras" até 31/12/2023 (universo de 25 obras).	48%
	9.5 - Taxa de execução das ações previstas no Programa de Evolução de Demandas SEI - PED.	TJMG 44 - Executar 70 % (setenta por cento) das ações previstas para o ano de 2023 no Programa de Evolução de Demandas do SEI - PED.	57,75%
	9.13 - Taxa de entregas realizadas pelo UaiLab previstas no Programa Inova TJMG.	TJMG 62 - Cumprir, até dezembro de 2023, 100% (cem por cento) das entregas previstas no Programa Inova TJMG.	100%
	9.15 - Taxa de execução das ações previstas no projeto de Integração de Informações Administrativas por meio de Indicadores no Qlik Sense.	TJMG 64 - Executar 90% (noventa por cento) das ações previstas do projeto de Integração de informações administrativas por meio de indicadores no Qlik Sense para o ano de 2023.	58%
	9.17 - Taxa de implantação de Salas de Depoimento Especial nas Comarcas de Minas Gerais.	TJMG 66 - Implantação das Salas de Depoimento Especial em 100% (cem por cento) das Comarcas previstas para o ano de 2023.	103%
	9.20 - Percentual de contratos ativos da DIRSEP cadastrados com o piloto do IMGC.	TJMG 82 - Cadastrar 100% (cem por cento) dos contratos vigentes do Tribunal no formulário IMGC até dezembro de 2023.	74%
	9.21 - Taxa de execução do Plano de implantação do sistema de concessão de diárias e passagens – SCDP.	TJMG 84 - Executar até dezembro de 2023 100% (cem por cento) das atividades do Plano de implantação do sistema de concessão de diárias e passagens – SCDP	61%

	9.22 - Taxa de execução do Projeto de Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	TJMG 95 - Executar, no ano de 2023, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Projeto de Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.	67%
	9.23 - Taxa de cumprimento das atividades previstas no Programa de Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.	TJMG 96 - Executar, em 2023, 100% (cem por cento) das ações previstas no Programa de Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.	78%
	9.24 - Taxa de execução das etapas previstas para integração do ORW ao SGP.	TJMG 102 - Integrar, em 2023, o ORW ao SGP.	69,23%
10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	10.1 - Índice de cumprimento das metas definidas nos Planos Anuais de Desenvolvimento – PAD.	TJMG 48 - Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) com relação às metas previstas no PDA 2023 até o final do ano.	74%
	10.2 - Taxa de cumprimento das atividades do Programa de Gestão por Competências previstas para o ano de 2023.	TJMG 49 - Efetivar, até o final de 2023, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das atividades do Programa de Gestão por Competências previstas para o ano.	42%
	10.5 - Taxa de consolidação do Programa de Pós-Graduação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.	TJMG 67 - Cumprir, até o final de 2023, 69% (sessenta e nove por cento) das etapas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEF previstas para o período de 2021- 2026.	58%
	10.6 - Taxa de cumprimento das ações previstas para implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no âmbito da justiça de Primeira e Segunda Instâncias.	TJMG 104 - Executar 100% (cem por cento) das ações previstas, em 2023, para a implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no âmbito da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias.	69,2%
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira	11.2 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao "Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD".	TJMG 68 - Cumprir, até 31/12/2023, 100% (cem por cento) das entregas relacionadas ao "Projeto de Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD".	63%
	11.3 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG.	TJMG 69 - Cumprir, até 31/12/2023, 100% (cem por cento) das entregas relacionadas ao Projeto de Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG.	56%
	11.4 - Taxa de cumprimento das atividades relacionadas ao Projeto de Implantação da Gestão dos Créditos.	TJMG 70 - Cumprir, até 31/12/2023, 100% (cem por cento) das etapas previstas no âmbito do Projeto de Implantação da Gestão dos Créditos.	18%
12 - Fortalecimento da Estratégia de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e de Proteção de Dados.	12.3 - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - iGovTIC-JUD.	TJMG 54 - Atingir no mínimo 95 (noventa e cinco) pontos, visando posicionar o TJMG entre os 5 (cinco) órgãos com maior pontuação no Ranking do iGovTICJUD de 2023.	97,06%
	12.5 - Taxa de implementação das ações previstas no Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG em 2023.	TJMG 46 - Implementar, até dezembro de 2023, 60% (sessenta por cento) das ações previstas para o Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG.	86%

[2] Fonte: "Relatório de monitoramento de metas estratégicas", produzido pela ASPLAG com informações fornecidas pelas áreas.

5. ATOS DE GESTÃO

Nesta seção são destacados os atos de gestão realizados pela instituição ao longo de 2023. São atuações diversas que invariavelmente almejam o aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a materialização do compromisso do TJMG com a sociedade, tendo como norte a missão, a visão e os valores institucionais.

As informações apresentadas têm como fontes o Processo SEI nº 1034398- 16.2023.8.13.0000, por meio do qual o Exmo. Senhor Presidente do TJMG, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, solicita às áreas administrativas que relacionem os projetos e ações desenvolvidos no ano, bem como o apurado quando do monitoramento do Plano Estratégico do TJMG.

1ª Vice-Presidência - Área Judiciária

Estão aqui demonstradas diversas ações empreendidas ao longo de 2023, afetas à área judiciária do TJMG, conforme informações obtidas junto à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional – DIRSUP e à Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.

DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

- Ajustes das regras da compensação semestral. Adequação da compensação semestral conforme regras regimentais vigentes de forma a restabelecer mais transparência nos dados da compensação e equidade na distribuição e redistribuição de processos. Resultados alcançados: Ajustes implementados em janeiro de 2023.

- Plantão eletrônico noturno na 2ª Instância. Tramitação eletrônica de todas as medidas urgentes peticionadas durante o plantão noturno do mesmo modo como ocorre no plantão diurno. Resultados alcançados: Em andamento, com previsão para implantação prevista para o primeiro semestre de 2024.

- Recebimento da solicitação de certidões positivas referentes à 2ª instância e disponibilização pelo Sistema JPe. Aprimorar a emissão de certidões positivas on- line pela 2ª instância, com redução de atendimento presencial, maior organização do recebimento de solicitações e do tempo de espera. A iniciativa está em andamento, com expectativa de disponibilização no primeiro semestre de 2024, antes do início do período eleitoral, portanto.

- Reestruturação da DIRSUP, conforme Resolução TJMG n.º 1.053/2023, que "dispõe sobre a Superintendência Judiciária e dá outras providências". A reestruturação foi idealizada, tendo em vista, especialmente, o aumento das remessas de processos oriundos da primeira instância. Busca-se, dessa forma, mais eficiência no cadastro e distribuição de processos com foco na máxima agilidade da prestação jurisdicional.

- Gestão de processos distribuídos em regime de plantão por meio de relatórios emitidos pelo sistema. Atendimento ao CNJ, que solicita que sejam lançados dados referentes ao plantão judicial, notadamente nome do relator, número do processo, período, data da distribuição e resultado da decisão em regime de plantão. Resultados alcançados: Homologação concluída e em fase de implantação.

- Aperfeiçoamento de relatório de peticionamento originário. O relatório servirá de fonte de dados para gestão de processos que aportam no TJMG, com adequação de fluxos internos de cadastramento. Resultados alcançados: projeto em andamento.

- Atuação colaborativa com a CGJ para aprimoramento do fluxo de remessa de processos da 1ª para a 2ª instância e enfrentamento de erros. Disponibilização de avisos no Sistema PJe e no *ComuniCor* com orientações sobre remessa, declínio de competência e outras providências.

- Obtenção de usuário de consulta no PJe para os servidores das equipes que trabalham com o cadastro e distribuição de feitos, com vistas à redução de erros e constatação de processos enviados em duplicidade ou indevidamente.

- Implantação de metas de cadastro e distribuição, observadas prioridades processuais e datas de recebimento nos setores. Resultados alcançados: redução do prazo de cadastramento dos processos criminais para até 5 (cinco) dias úteis e dos cíveis para 70 (setenta) dias úteis, cadastramento de todos os processos cíveis recebidos em 2022, cadastramento e distribuição de todos os processos paralisados por erro de protocolização.

- Realização de mutirão com servidores da SEJUD para aumento de produtividade, com redução muito significativa do pagamento de horas extras. Aumento de volume de processos cadastrados e distribuídos e grande economia de recursos.

- Aprimoramento do módulo de lançamento judicial de custas e Contadoria. Análises e esclarecimentos relativos aos fatos geradores de cobrança de custas judiciais, taxa judiciária e despesas processuais arrecadadas pelo TJMG no âmbito da Primeira e Segunda Instâncias a fim de garantir maior efetividade ao processo de arrecadação e evitar cobranças indevidas e evasão de receitas. Em fase de estudos e planejamento, com reuniões semanais realizadas presencialmente para discussão com as diversas áreas envolvidas.

- Virtualização dos recursos cíveis e criminais – Necessidade de redução, em termos quantitativos, do acervo de processos físicos, viabilizando a integração dos diversos sistemas utilizados no TJMG. Necessidade de redução da utilização de materiais de consumo necessários para autuação de processos, contribuindo para a sustentabilidade e para a redução de despesas. Resultados alcançados: Digitalização 100% concluída.

- Digitalização/virtualização do acervo relativo a processos sobrestados que aguardam o julgamento de temas de repercussão geral nos tribunais superiores. Resultados alcançados: Em andamento, com previsão de término em junho de 2024.

- Monitoramento constante dos processos eletrônicos e formulação de propostas para aperfeiçoamento da gestão dos processos judiciais e elevação dos níveis de eficiência e eficácia dos processos de trabalho das áreas da DIRSUP. Resultados alcançados: em desenvolvimento.

- Implementação de rotina de gerenciamento de problemas nas remessas da 1ª à 2ª instância. Resultados alcançados: em andamento.

- Disponibilização de Cartilha de Pesquisa Processual aos magistrados atuantes na Segunda Instância e suas assessorias, com o objetivo de apresentar ferramentas que poderão auxiliar os gabinetes na análise de eventual prevenção, uma vez que possibilitam a localização de recursos, incidentes ou processos ligados ao feito em exame. O documento é colaborativo e está em constante atualização. Resultados alcançados: cartilha encaminhada a todos os gabinetes de Segunda Instância.

SEPAD – Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

- Criação, disponibilização e acompanhamento de painéis (*dashboards*) estratégicos e estatísticos – desenvolvidos pela Primeira Vice-Presidência em parceria com a SEPAD e o CEINJUR, com o objetivo de possibilitar a disponibilização de dados gerenciais com atualização diária e aplicação de filtros dinâmicos. Resultados alcançados: Foram disponibilizados 18 (dezoito) painéis no total: Painéis Táticos dos Gabinetes (apresenta, por meio de gráficos, uma visão geral do gabinete); Painéis Táticos dos Cartórios Judiciais (apresenta, por meio de gráficos, uma visão geral do cartório); Distribuição de feitos originários, recursais de Primeira Instância e recursais internos (abarca todas as distribuições/redistribuições a partir de 2019, podendo ser utilizado para apuração da meta 1 do CNJ – originários e recursais de Primeira Instância distribuídos do mês); Julgamento de feitos originários, recursais de Primeira Instância e recursais internos (abarca todos os julgamentos realizados a partir de 2019, podendo ser utilizado para apuração da meta 1 do CNJ – originários e recursais de Primeira Instância julgados no mês); Gerenciamento de Precedentes Qualificados (demonstra os feitos que se encontram vinculados a temas, repercussão geral ou repetitividade de recursos, os processos podem se repetir caso estejam vinculados a mais de um tema); Feitos em Tramitação nos Cartórios Cíveis, Criminais e de Feitos Especiais (acervo de feitos em tramitação nos cartórios cíveis, criminais e de feitos especiais); Feitos em Tramitação nos Cartórios de Recursos aos Tribunais Superiores (acervo de feitos em tramitação nos Cartórios de Recursos a Outros Tribunais); Improbidade Administrativa (feitos que dizem respeito à meta 4 do CNJ); Violência doméstica contra a Mulher e Feminicídio (feitos que dizem respeito à meta 8 do CNJ); Estatuto da Criança e do Adolescente (feitos que dizem respeito à meta 11 do CNJ); Crimes Ambientais (feitos que dizem respeito à meta 10 do CNJ); Ações Coletivas de Primeira e Segunda Instâncias (apresenta as ações coletivas distribuídas na Primeira e na Segunda instância); Tramitação das Ações Penais (apresenta todas as ações penais distribuídas em Segunda Instância); Produtividade dos Servidores de Segunda Instância (quantitativo de movimentações realizadas pelos servidores com atualização mensal); Feitos sobrestados (demonstra, além dos sobrestados aguardando julgamento de temas, os feitos sobrestados por outro motivo legal); Julgamento de feitos vinculados a Temas (diz respeito a feitos que se encontravam vinculados a temas já decididos, apurando o tempo de julgamento entre a conclusão após o dessobrestamento e a primeira inclusão em pauta); Tramitação dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDRs e Incidentes de Assunção de Competência – IACs (acompanha a tramitação e o tempo de julgamento dos incidentes); Tramitação dos Processos Administrativos (apresenta todos os feitos de natureza administrativa já distribuídos em Segunda Instância).

- Atualização permanente dos manuais cartorários para padronização dos fluxos de trabalho referentes aos procedimentos cartorários, fundamental à normatização e à organização das atividades.

- Disponibilização de atendimento imediato, ágil e multifocado, por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, especialmente dirigido aos

cartórios, auxiliando no cumprimento das decisões e esclarecendo dúvidas relacionadas aos processos eletrônicos e físicos. Garantia da padronização dos procedimentos com regular tramitação dos processos.

- Desenvolvimento e homologação de diversas demandas e melhorias no Sistema de Acompanhamento Processual. Implementação de melhorias no sistema objetivando a otimização das rotinas cartorárias. Resultados alcançados: Agilidade e otimização dos procedimentos cartorários.

- Colaboração na virtualização do acervo físico recursal, inclusive por meio do fornecimento de dados e da adoção de procedimentos e controle de envio dos processos pelos cartórios para digitalização. Justificativa: Conversão do acervo de autos físicos em eletrônicos. Resultados alcançados: Alcance do cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ. Projeto em andamento.

- Aprimoramento de processos de trabalho relativos à intimação do Ministério Público, por meio da integração do JPe com o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). Com a referida integração, os promotores passaram a ser intimados com o envio de comunicação eletrônica, não sendo mais necessária a expedição de carta de ordem.

- Criação de campo "Nº Pessoa" na tela "Pesquisa processo por Nome" . Justificativa: Facilitar a pesquisa de parte, pelo número da pessoa, trazendo agilidade no trabalho de emissão de certidões.

- Automatização do cadastro de membros da Defensoria Pública na tela de cadastro de advogado de partes. Justificativa: Minimizar erros de cadastro.

- Implementação da nova tela "Manutenção de Assuntos" no Sistema de Acompanhamento Processual. Justificativa: Possibilidade de criação/atualização de assuntos da tabela do CNJ sem a necessidade de acionar o setor de informática.

- Governança do SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário em Segunda Instância. Envio eletrônico de ordens de bloqueio e requisições de informações básicas de cadastro e saldo às instituições financeiras. Resultados alcançados: Em andamento.

- Governança do sistema Auxiliares da Justiça em Segunda Instância – AJ , estabelecendo-o como único meio para nomeação de peritos e demais auxiliares da justiça. Resultados alcançados: Em andamento.

- Implantação do BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões em Segunda Instância, viabilizando a expedição de alvarás de soltura, mandados de prisão e outros. Resultados alcançados: Projeto concluído.

- Concessão de acesso para consulta ao SIGPRI – Sistema Integrado de Gestão Prisional pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, de modo a complementar informações quando da expedição de alvarás de soltura, em especial quanto ao local de custódia. Resultados alcançados: Projeto concluído.

- Alteração das regras para visualização de documentos de processos em segredo de justiça no JPe. Restrição, para alguns perfis no JPe, de documentos de processos que tramitam em segredo de justiça, resguardando, assim, a privacidade e intimidade das partes. Resultados alcançados: Projeto concluído.

- Integração JPe – MNI, possibilitando que os entes públicos externos consultem e peticionem por intermédio de seus sistemas próprios, sem a necessidade de utilizar o JPe, conforme determina o CNJ. Projeto concluído.

- Composição de acórdãos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR, Incidentes de Assunção de Competência – IAC e processos paradigma. Com a instituição do IRDR e do IAC), demonstrou-se necessária a adequação de regras internas e de rotinas de composição dos acórdãos, bem como o estabelecimento de novas orientações, devido às particularidades estruturais e de trâmite previstas nos artigos 947 e 976 a 987 do Código de Processo Civil e nos art. 368-A a 368-P do Regimento Interno deste Tribunal. Foi realizada a composição de 08 (oito) acórdãos de IRDR, 02 (dois) acórdãos de processo paradigma e um acórdão de embargo de declaração em IRDR.

- Oferecimento de treinamentos e de ações formativas. O Núcleo de Apoio à Gestão de Gabinetes ofertou duas ações de treinamento aos gabinetes dos desembargadores: “Formatação e estruturação de acórdãos” e “Elaboração de ementas jurisprudenciais” (quatro gabinetes contemplados). O NUGEPNAC, por seu turno, realizou 19 (dezenove) webinários ao longo de 2023, além do evento “Contribuições para o aperfeiçoamento da formação de precedentes” no Plenário do TJMG, em 09/08/2023, com transmissão por meio do canal de YouTube do TJMG, bem como formou duas turmas, cada qual com 80 (oitenta) alunos, para o curso “O sistema brasileiro de precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG”. A SEJUD contou com a parceria da EJEF para a operacionalização das ações formativas.

- Programa de aperfeiçoamento em língua portuguesa. Série de aulas de língua portuguesa, com ênfase na produção de texto, abordando-se conteúdos indicados pelos magistrados e assessorias atendidos. Foram ministrados quatro módulos, com duas turmas cada um, com atendimento a 11 (onze) gabinetes.

- Disponibilização de Manual de Boas Práticas de Gestão de Gabinetes . Para magistrados que começam a atuar na Segunda Instância, juntamente com outros materiais instrucionais, via ofício no SEI, contendo orientações sobre o planejamento e a organização de atividades cotidianas realizadas nos gabinetes, como controle de acervo processual e criação de fluxos de trabalho, além de outras informações.

- Edição do Boletim Gestão Judiciária em Dia . Engloba notícias e informações da Secretaria Judiciária, além de apresentar tutoriais em vídeo sobre o Themis e dados dos painéis táticos do Tribunal. O Boletim é enviado aos gabinetes e outros setores do Tribunal via e-mail e disponibilizado na página da Primeira Vice-Presidência no Portal e na Rede TJMG. Foram produzidas doze edições em 2023.

- Edição do Boletim PJe. Notícias e informações sobre a implantação do PJe em Segunda Instância. Produzidas três edições no ano.

- Publicação da Cartilha de Pesquisa Processual para apresentação de ferramentas para auxiliar os gabinetes na análise de eventual prevenção, uma vez que possibilitam a localização de recursos, incidentes ou processos ligados ao feito em exame. Encaminhada a todos os gabinetes de Segunda Instância.

- Projeto de modernização dos plenários. Em fase de instalações de equipamentos, diálogos e testes multissetoriais.

- Projeto Promovendo a Gestão da Litigância. Criada a Gerência de Acompanhamento da Litigância em 2ª Instância, de Apoio à Gestão de Gabinetes e de Registro de Julgamentos. Nesse sentido, foram desenvolvidas estratégias iniciais de fomento à adequada gestão da litigância em Segunda Instância, como o material de nivelamento sobre gestão da litigância

- Edição do Boletim Gestão da Litigância. Engloba notícias e informações relacionadas ao aprimoramento da gestão da litigância e as estratégias utilizadas pelos tribunais brasileiros para o enfrentamento da explosão da litigância dos últimos anos e do tratamento atomizado dos conflitos. Produzida uma edição em 2023.

- Atualização do cadastro de temas repetitivos nos bancos de dados. O NUGEPNAC acompanha os diversos processos submetidos ao rito de formação dos precedentes qualificados, possibilitando ampla divulgação de informações, publicação de acórdãos de mérito ou o trânsito em julgado do processo que gerou o precedente. Resultados: divulgação de 416 (quatrocentos e dezesseis) informativos relativos às atualizações na tramitação de precedentes qualificados, além da disponibilização de 41 (quarenta e uma) edições do “Informativo Semanal NUGEPNAC”.

- Implantação do BNP – Banco Nacional de Precedentes no TJMG, criado por intermédio da Resolução CNJ nº 444/2022, que propõe a

ampliação quantitativa e qualitativa dos dados de precedentes qualificados existentes para consulta. Do ponto de vista quantitativo, o BNP abrangerá todos os precedentes qualificados dispostos no art. 927 do CPC. Do ponto de vista qualitativo, o banco de dados possibilitará que os usuários possam fazer pesquisas textuais e de dados estatísticos. Resultados: integração do banco de dados do TJMG, por meio do webservice do BNP em 17/12/2023.

- Edição da Enciclopédia de Precedentes. Disponibilização da ferramenta, atualizada semanalmente, com os precedentes qualificados já julgados e a respectiva tese firmada.

- Manual de Tramitação de IRDR e de IAC. Disponibilização do manual em 09/08/2023, com atualização permanente.

- Manual de Gestão Processual de Ações Coletivas. Padronização dos processos de trabalho com a finalidade de nivelamento de conhecimento de magistrados, equipes de assessoria, servidores e estagiários lotados nas unidades judiciárias nas quais tramitam ações coletivas, indicação de boas práticas na condução e impulsionamento de processos coletivos com gestão de conflitos judicializados e os judicializáveis.

- Disponibilização de banco de minutas de sentenças, decisões e despachos relativos a ações coletivas. Total de 63 (sessenta e três) modelos, sendo uma minuta de despacho que determina emenda à inicial, 23 (vinte e três) minutas de decisão que defere/indefere a tutela, 09 (nove) modelos de decisão saneadora e 30 (trinta) minutas de sentença.

- Disponibilização de cartilha veiculadora de informações relevantes concernentes à tutela coletiva de direitos, dirigida ao público em geral, por meio da qual foram disponibilizadas informações relevantes, claras e objetivas à população, tendo em vista sua relevância como instrumento de gestão adequada de litigância.

- Disponibilização de painel tático referente às ações coletivas em tramitação no TJMG.

- Disponibilização de painel tático com dados qualitativos relativos a "Ações Coletivas de Especial Repercussão".

- Atuação estratégica para Gestão de litigância repetitiva, por meio de cooperação judiciária entre diversos tribunais – Caso 123 Milhas. Atuação em rede para localizar ações coletivas em tramitação em outros tribunais com objetivo de manter em tramitação apenas uma ação coletiva, nos termos do Tema 1.075 do STJ.

2ª Vice-Presidência - EJEF

Seguem relacionados as ações e projetos desenvolvidos pela 2ª Vice-Presidência do TJMG – Escola Desembargador Edésio Fernandes ao longo do exercício de 2023, conforme informado pela Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP e pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental – DIRGED.

DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

CONCURSOS

No ano de 2023, tiveram andamento quatro concursos públicos, tanto para outorga de delegações de notas e registros (extrajudicial), quanto para composição de cargos da magistratura e do quadro de pessoal dos servidores do Poder Judiciário:

- Extrajudicial – Editais 01/2018 (realização de sessão de reescolha de serventias em março de 2024) e 01/2019 (realização de sessão de escolha para os aprovados em janeiro de 2024);

- Magistratura – Edital 01/2021 (previsão de encerramento do certame em abril de 2024);

- Servidores – Edital 01/2022 (finalização de todas as etapas, divulgação da classificação final aguardando decisão no Procedimento de Controle Administrativo do CNJ).

Ademais, foram iniciados os preparativos de mais três concursos públicos de mesma natureza, previstos para o ano de 2024: extrajudicial, magistrados e servidores.

No tocante à temática concursos, cumpre ainda destacar:

- Instituída, em junho, a Comissão de Heteroidentificação para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos inscritos como negros no Concurso Público de Servidores – Edital nº 1/2022. Ato contínuo, a EJEF promoveu a "Oficina para Capacitação em Heteroidentificação Racial com base no conjunto das características fenotípicas".

- Prestação de apoio técnico ao TJMMG na realização do concurso público para ingresso na carreira da magistratura daquele órgão.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

Número de vagas autorizadas para todo o Estado			
Tipo de estágio	**Vagas autorizadas em dez/2022**	**Vagas autorizadas em dez/2023**	**Variação**
Graduação	6.059	5.994	- 65 (↓ 1%)
Pós-graduação	1.594	1.683	89 (↑ 6%)
TOTAL	**7.653**	**7.677**	**24 (↑ 0,3%)**

A alteração observada no número de vagas ofertadas de graduação e pós- graduação encontra explicação, em especial, na publicação da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.507/PR/2023, que, dentre outras disposições, passou a possibilitar a substituição de vagas de estágio de graduação por vagas de pós-graduação, na proporção de 2 (duas) vagas para cada 1 (uma) nova vaga criada, por meio de solicitação assinada pelo responsável pela unidade organizacional onde é realizado o estágio.

No ano em evidência, foi realizada seleção pública para estágios de pós-graduação em Direito, Psicologia e Serviço Social (Edital nº 2/2023) a serem cumpridos na Capital e em mais 19 (dezenove) comarcas do interior do estado, totalizando 3.000 (três mil) inscritos e 1657 (mil seiscentos e cinquenta e sete) aprovados.

Além disso houve três seleções públicas para estágios de graduação na Capital, atendendo à MEJUD e DIRGED (Edital 1/2023), DIRCOM (Edital 3/2023) e DENGEP e DIRCOM (Edital 4/2023), além de 611 (seiscentas e onze) seleções registradas no interior.

Adicionalmente sobre o tema, importa frisar a inauguração do Portal do Estágio, sistema na Rede TJMG, importante ferramenta administrativa para o relacionamento dos estagiários e supervisores de estágio com a área gestora do Programa de Estágio, bem como

para a gestão do programa orientada por dados, a partir do registro de informações e possibilidade de tratamento por meio de ferramentas de Business Intelligence – BI, melhorando, com isso, a definição de estratégias e o processo de tomada de decisões.

Finalmente, elencados estão abaixo outros projetos e melhorias do Programa de Estágio:

- Inauguração do curso preparatório para estágio junto ao TJMG;

- Mudança no fluxo de cobrança de pagamento indevido – envio de AR aos estagiários(as) desligados(as);

- Alteração do controle das vagas de estágio;

- Disponibilização de acesso a todos usuários da Rede TJMG ao painel de vagas de estágio do Estado;

- Aprimoramento das funcionalidades do Portal do Estágio;

- Aprimoramento da FAQ a partir da criação de perfis de acesso: Equipe de apoio a administração, Candidato à vaga, Estagiário, Supervisor de estágio e Instituição de ensino;

- Avanço na elaboração do curso preparatório para o supervisor de estágio;

- Início dos estudos para ampliação do seguro dos estagiários ao nível de assistência psicológica;

- Expansão da seleção pública de pós-graduação para comarcas do interior;

- Redução do número de recursos para tornar os certames mais céleres;

- Aprimoramento das listas de divulgação, tornando-as mais simples e didáticas;

- Aprimoramento do edital para torná-lo mais simples (linguagem) e mais compatível com as regras do TJMG;

- Expansão da seleção para englobar novos cursos, como Engenharia Civil, Rádio e TV, Museologia;

- Início dos estudos para o desenvolvimento de um módulo de vagas em web;

- Melhorias nos relatórios de pagamento e frequência.

ACOMPANHAMENTO DE CARREIRAS

O ano de 2023 caracterizou-se pela consolidação da avaliação de desempenho por competências (ADCs) implantada nos anos anteriores, assentando, enquanto processos, dois produtos fundamentais da avaliação:

- Relatório de Lacunas de Competências, apresentado pela segunda vez em 2023, contendo as lacunas (gaps) de competências apontadas nas ADCs realizadas no ano anterior, quando há avaliação de servidores com nota inferior à média em quaisquer dos indicadores de comportamento das competências previstas para cada perfil de avaliação. Essas lacunas são apresentadas à área de formação da EJEF e servem de importante ferramenta diagnóstica de necessidades educacionais institucionais, as quais, em conjunto com os demais levantamentos realizados pela Escola, embasam a elaboração do planejamento educacional dos anos seguintes;

- Relatório de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, apresentado pela quarta vez em 2023, contendo a análise das respostas individuais às Dimensões de Qualidade de Vida no Trabalho constantes dos Questionários de QVT respondidos pelos avaliados no ano anterior, como complemento à ADC realizada. Tais respostas são compiladas, analisadas e encaminhadas às respectivas unidades, de forma a embasar as políticas e projetos dessas áreas, visando à melhoria das condições de trabalho necessárias ao devido desenvolvimento das competências profissionais.

Da mesma forma, também foi consolidado o trabalho de orientação no que concerne à realização da Avaliação de Desempenho por Competências, tendo sido atendidos 106 (cento e seis) gestores ao longo do ano, por meio de reuniões presenciais e virtuais.

AÇÕES EDUCACIONAIS

Foram realizadas 386 (trezentas e oitenta e seis) ações educacionais, desenvolvidas nas seguintes modalidades:

Ações educacionais promovidas pela EJEF em 2023 por modalidade	
Educação a distância – EaD	220
Presencial	146
Semipresencial	20
TOTAL	386

Em resumo, foram 5.106 (cinco mil cento e seis) horas-aula de capacitação, 112.434 (cento e doze mil quatrocentos e trinta e quatro) vagas ofertadas, 99.239 (noventa e nove mil duzentos e trinta e nove) matrículas realizadas e 64.245 (sessenta e quatro mil duzentas e quarenta e cinco) aprovações, isso contando apenas as ações educacionais iniciadas e finalizadas em 2023.

No ano considerado, destacam-se, seja em razão do alcance, resultados e/ou importância das temáticas abordadas, as seguintes atividades formativas:

- PDA 2023 – Eixo: Direitos Fundamentais, das minorias, inclusão e acessibilidade – Tema: Etnias e combate ao racismo :

- Direitos indígenas sob o Enfoque da Justiça Estadual: voltado a magistrados e credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, com o objetivo de capacitar para a condução de ações judiciais e atividades de justiça que envolvam povos indígenas do território mineiro e para a construção de estratégias de ampliação do acesso à justiça dessas comunidades. Foi ofertada uma turma de 25 horas, com 31 magistrados aprovados. Cumpre ressaltar que, em complemento a esta ação, foram realizadas ações de sensibilização de magistrados e servidores na temática, tais como o Seminário “Acesso à justiça e povos indígenas: perspectivas práticas e institucionais” e o “Mutirão de Justiça Itinerante – Comunidades indígenas”, que levaram os magistrados capacitados no curso às comunidades do povo Maxakali, situadas nos municípios de Água Boa e Pradinho, onde foram realizadas ações para reconhecimento de união estável, de forma a garantir direitos derivados de tal oficialização.
- Direitos Indígenas e a Atuação da Justiça Estadual: curso a distância, voltado à capacitação de magistrados e servidores, em especial das comarcas onde se localizam comunidades indígenas, em métodos e conceitos relacionados aos direitos das pessoas e povos indígenas e à ampliação de seu acesso à justiça. Foi ofertada uma turma de 20 horas, com um total de 345 aprovados, sendo, pelo

menos, 1 magistrado e 1 servidor de cada uma das 20 comarcas onde foram identificadas comunidades indígenas, cumprindo, com isso, meta definida no PDA 2023.

- PDA 2023 – Eixo: Direitos Fundamentais, das minorias, inclusão e acessibilidade – Tema: Gênero:

- Mulheres juízas: reflexos na carreira e nas relações: curso de 8 horas, em parceria com a Associação dos Magistrados Mineiros – AMAGIS, voltado à capacitação das magistradas que participaram do curso "Medidas de Autoproteção" para o reconhecimento de estereótipos de gênero e o reflexo desses nas experiências pessoais e profissionais de magistradas de todos os ramos do Poder Judiciário, com 19 magistradas aprovadas.
- Igualdade de Gênero: julgar com perspectiva de gênero: curso a distância, certificado e compartilhado pela ENFAM, com 30 horas e voltado à capacitação de magistrados que atuam em varas de família e de violência doméstica na compreensão da perspectiva de gênero em sua relação com a justiça, bem como na aplicação de mecanismos regionais e internacionais para a proteção dos direitos das mulheres, das mulheres negras, indígenas, deficientes e da população LGBTI. Foi ofertada uma turma, com 97 aprovados.
- Sistema de Justiça e Direito da Antidiscriminação: curso a distância, também certificado e compartilhado pela ENFAM, com 40 horas e voltado à capacitação de magistrados para a análise de situações de discriminação e para a compreensão dos conceitos jurídicos e do debate contemporâneo sobre o tema, bem como sobre identidades e alteridade, para aplicação na atividade jurisdicional. Foi ofertada uma turma, com 17 aprovados.
- Além disso, como sensibilização sobre a temática, foram realizadas, também, as palestras "Um olhar para as questões de gênero na gestão" e "Violência de gênero no Brasil e em Portugal: dilemas e soluções", das quais participaram 183 pessoas, entre magistrados e servidores da 1ª e 2ª instâncias.

- PDA 2023 – Eixo: Direitos Fundamentais, das minorias, inclusão e acessibilidade – Tema: Acessibilidade / Inclusão:

- Curso Prático de Libras – Módulo I: curso a distância compartilhado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, com carga horária de 11 horas, voltado à capacitação de magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores para a comunicação básica por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, de modo a ampliar o acesso de pessoas surdas ao Poder Judiciário. Foi ofertada uma turma em 2023, com um total de 750 pessoas aprovadas.
- Inclusão Social e no Trabalho de Pessoas com Deficiência: ofertadas três turmas deste curso desenvolvido pela EJEF em anos anteriores e voltado à capacitação de magistrados, servidores e demais colaboradores do Tribunal na identificação das perspectivas históricas e concepções teóricas que auxiliam na compreensão de atitudes e comportamentos das pessoas frente à inclusão de pessoas com deficiência, com foco na identificação do capacitismo e de seus impactos, de forma a auxiliar os processos de inclusão no trabalho. Juntas, as turmas obtiveram um total de 1.619 pessoas aprovadas no ano considerado.

- PDA 2023 – Eixo: Direitos Fundamentais, das minorias, inclusão e acessibilidade – Tema: Atenção a pessoas em situações de rua:

- Atendimento humanizado no judiciário mineiro às pessoas em situação de rua: curso a distância voltado à capacitação dos participantes no atendimento humanizado e efetivo de pessoas em situação de rua nas unidades do judiciário, com atenção ao acolhimento das demandas específicas desta população. Foram ofertadas duas turmas, totalizando 693 aprovados.
- 1º Encontro Nacional de Comitês Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua: curso presencial, com transmissão ao vivo para público a distância, voltado à capacitação dos participantes na identificação das boas práticas de implementação da Política Nacional instituída pela Resolução CNJ nº 425/2021. Obteve a aprovação de um total de 375 pessoas.

- PDA 2023 – Eixo: Governança, gestão administrativa e inovação – Temas: Inovação, Transformação Digital e E-Gov; e Metodologias de design e solução de problemas:

- Curso Introdução ao Design Thinking: curso a distância, com carga horária de 30 horas, voltado à capacitação dos participantes na identificação do conceito, suas etapas e aplicação em situações problema da realidade laboral do Tribunal. Foram ofertadas cinco turmas, com um total de 97 aprovados.
- Oficina de Formação de Laboratoristas – Abordagem Design Thinking: curso a distância (aulas síncronas) com 15 horas, voltado à capacitação de laboratoristas facilitadores do UAILab para atuação nas oficinas de inovação, com a utilização da abordagem do design thinking. Foram ofertadas duas turmas, com 19 aprovados.
- Oficina Design Thinking na prática: curso presencial de 6 horas, voltado à capacitação de magistrados e servidores indicados pelo UAILab para aplicação de ferramentas e metodologias adequadas à solução de problemas no setor público. Foi ofertada uma turma, com 29 aprovados.
- Imersão em Design Sprint: curso presencial de 16 horas, voltado à capacitação de magistrados, servidores e estagiários indicados pelo UAILab e pela EJEF para a análise de problemas complexos sob a perspectiva do design sprint, de forma inovadora e cocriadora com foco no usuário. Foi ofertada uma turma, com 40 aprovados.
- Introdução à Inovação: foram ofertadas mais duas turmas do curso a distância (autoinstrucional) de 8 horas, desenvolvido em anos anteriores e voltado à capacitação dos magistrados, servidores e demais colaboradores do TJMG para o reconhecimento da inovação no setor público e disseminação de conceitos, técnicas e métodos para estimular a inovação dentro do ambiente de trabalho. Foi obtido um total de 990 aprovações.

- PDA 2023 – Eixo: Governança, gestão administrativa e inovação – Temas: Gestão de planejamento, iniciativas e indicadores estratégicos; Análise e Modelagem de Processos; e Gestão de Projetos:

- Planejamento Estratégico, Gestão de Iniciativas e de Indicadores Estratégicos: curso presencial, contratado e personalizado às necessidades do TJMG junto à Faculdade Dom Cabral, com carga horária de 56 horas, voltado à capacitação de gestores, assessores e demais servidores responsáveis pela gestão de iniciativas e indicadores estratégicos do Tribunal, indicados pela DEPLAG, para utilização de modernas metodologias de gestão, no planejamento e gestão das iniciativas estratégicas do Tribunal. Foi ofertada uma turma, com 21 aprovados.
- Gerenciamento de Processos – Módulo I: curso a distância (aulas síncronas), com carga horária de 9 horas, voltado à capacitação de servidores na modelagem de processos de trabalho das unidades do Tribunal. Foram ofertadas duas turmas, com um total de 53 aprovados.
- Alinhamento dos Processos a partir da Estratégia: curso a distância (aulas síncronas), com carga horária de 9 horas, em complemento ao curso anterior, voltado à capacitação de servidores na promoção do alinhamento dos processos de trabalho de suas unidades às necessidades definidas no planejamento estratégico do TJMG. Foi ofertada uma turma, com 27 aprovados.
- Curso Alcance seus objetivos com eficácia utilizando OKR: curso a distância (aulas síncronas), com carga horária de 15 horas, voltado à capacitação de magistrados e servidores na aplicação da metodologia do framework OKR para melhor definição e rastreamento de objetivos dos projetos, promovendo uma entrega de resultados com maior eficiência, rapidez e menor custo. Foram ofertadas duas

turmas, totalizando 83 aprovados.
- Encontro de Gestão de Projetos nos Tribunais de Justiça: evento educacional presencial, com carga horária de 14 horas, voltado à sensibilização e capacitação de magistrados, servidores e demais colaboradores do TJMG, bem como representantes de outros tribunais de justiça do Brasil, para o reconhecimento da importância do gerenciamento de projetos e suas metodologias no judiciário, complementado com oficinas onde foram tratadas, de forma prática, diversas metodologias e temas de gestão de projetos. Foi obtido um total de 157 aprovados.

- PDA 2023 – Eixo: Proteção de dados pessoais – Tema: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais:

- Introdução à Proteção e Privacidade de Dados Pessoais: curso a distância de 8 horas, voltado à capacitação dos participantes no reconhecimento dos principais conceitos de privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação com foco na Lei Geral de Proteção de Dados no exercício de sua atividade profissional, notadamente a necessidade de observância das diretrizes acerca do tratamento de dados pessoais na prestação jurisdicional. Foram ofertadas três turmas, com um total de 206 aprovados.
- Adequação da Organização à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: curso a distância (aulas síncronas), com carga horária de 8 horas, voltado à capacitação da equipe do Centro de Governança de Dados e Segurança da Informação Pessoal – CEGINP, bem como demais indicados pela unidade, para a aplicação dos conhecimentos acerca da estrutura processual, jurídica e tecnológica necessária para se implementar a LGPD no TJMG. Foi ofertada uma turma, com 20 aprovados.
- Auditoria e Avaliação de Riscos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: curso a distância (aulas síncronas), com carga horária de 8 horas, voltado à capacitação da equipe do CEGINP, bem como demais indicados pela unidade, para a aplicação dos conhecimentos necessários aos processos de auditoria e às práticas de verificação de conformidade com a LGPD, identificando oportunidades de melhoria e constante adequação da organização. Foi ofertada uma turma, com 19 aprovados.

- PDA 2023 – Eixo: Direito da Criança e do Adolescente :

- O Sistema de Justiça em Face do Acolhimento de Crianças e Adolescentes: curso a distância (com tutoria e aulas síncronas), certificado e compartilhado pela ENFAM, com carga horária de 40 horas, voltado à capacitação de magistrados e assessores na aplicação de princípios e direitos de crianças e adolescentes para a observância da primazia do direito à convivência familiar e comunitária e a promoção de sua autonomia quando envolva a medida de proteção de acolhimento, familiar ou institucional. Foi realizada uma turma no ano considerado, com 13 aprovados.
- Programa Entrega Legal no TJMG – diálogos a partir da Resolução CNJ nº 485/2023: curso presencial, com carga horária de 6,5 horas, voltado à capacitação dos participantes na identificação dos aspectos técnicos, psicológicos, sociais e jurídicos sobre o Programa Entrega Legal do TJMG, a partir da Resolução do CNJ. Foi ofertada uma turma, com 245 aprovados.
- O Programa Entrega Legal e a rede socioassistencial: curso presencial, com turmas realizadas nas comarcas de Pirapora e Pouso Alegre, para capacitação dos participantes no reconhecimento da importância dos direitos da mãe/gestora no processo de entrega legal, com respeito ao sigilo e a partir de um atendimento humanizado. Foi obtido um total de 152 aprovados.
- O Serviço de Família Acolhedora e o Programa Entrega Legal: curso presencial de 4 horas, com turma realizadas em Montes Claros e Patos de Minas, voltadas à capacitação dos participantes no reconhecimento da importância da garantia do direito à convivência familiar nos serviços de acolhimento e atendimento humanizado para a mãe/gestante que manifeste o desejo de entrega de filho para adoção. Foi obtido um total de 211 aprovados.
- Seminário sobre Temas Sensíveis Afetos à Infância e Juventude – Entrega legal, Família Acolhedora e Apadrinhamento Afetivo: ação educacional de sensibilização para a importância do fortalecimento e disseminação dos programas em comento, realizada presencialmente no Núcleo Regional de Muriaé, com transmissão simultânea para as demais comarcas, com 125 aprovados.

- PDA 2023 – Eixo: Efetividade da Justiça Criminal – Tema: Enfrentamento em rede da Violência Doméstica e Familiar:

- Encontro da Justiça em rede contra a violência doméstica e familiar: em duas edições realizadas no ano de 2023, nas comarcas de Juiz de Fora e Teófilo Otoni, o evento educacional presencial, de carga horária de 10 horas, é voltado à capacitação de magistrados e servidores no reconhecimento do Programa Justiça em Rede como forma de prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher, através do enfoque humanístico e multidisciplinar das demandas ligadas à Lei Maria da Penha, buscando promover a interiorização do Programa e o fortalecimento das Redes de Atendimento. Com as duas edições, foi obtido um total de 261 aprovações.

- PDA 2023 – Eixo: Licitações e Contratações Públicas – Tema: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- Curso Aplicação da Nova Lei de Licitações no TJMG: desenvolvido em atenção à Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), à Resolução CNJ nº 347/2020 e aos trabalhos da DIRSEP, o curso presencial, com carga horária de 20 horas, visa à capacitação de servidores que atuam no macroprocesso de contratação do TJMG para a aplicação dos novos normativos e procedimentos adotados pelo Tribunal para atendimento à nova legislação. Foi ofertada uma turma, dividida em grupos de servidores, com um total de 166 aprovações.

- Outras ações de destaque:

- Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais – ENCOR: foram realizadas a 32ª, 33ª e 34ª edições do Encontro, nas comarcas de Montes Claros, Tiradentes e Santa Rita do Sapucaí, voltado à capacitação dos magistrados da Primeira instância para a realização da judicatura e da gestão da unidade jurisdicional, reconhecendo seus aspectos práticos, controversos e as possibilidades de inovação, tendo, no ano de 2023, os temas: infância e juventude e garantia de direitos, violência doméstica e familiar e crimes de perseguição e violência psicológica, julgamento com perspectiva de gênero, saúde da mulher, atividade fiscalizatória da CGJ e justiça criminal. Com todas as edições consideradas, foi obtido um total de 152 aprovados. Em complemento à edição do ENCOR foram realizados também a 3ª e 4ª edições do Encontro da Corregedoria- Geral de Justiça com Gestoras e Gestores - ENCORGES, que visa à capacitação de servidores gestores da Primeira Instância na identificação de ações e atuações da CGJ e seus desdobramentos para o gerenciamento da unidade judiciária. Totalizaram 164 aprovações.
- Capacitação de Auxiliares de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro – CAFIS: o curso, na sua 8ª edição, após reformulação da ação educacional, é voltado à capacitação de servidores responsáveis pela fiscalização dos serviços notariais e de registro para a realização dos processos de orientação e fiscalização com maior segurança, em especial o atendimento às consultas realizadas pelos notários, registradores e usuários dos serviços e a realização da Correição Ordinária dos Serviços Extrajudiciais. Com a divisão dos participantes em três grupos, o curso obteve um total de 312 aprovados.
- Programa Reflexões e Debates: ação educacional realizada em conjunto com o Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos da EJEF, voltada à sensibilização e fomento à reflexão de magistrados e servidores de forma a fomentar debates sobre temas jurídicos relevantes da atualidade. No ano de 2023, foi obtido um total de 1.371 aprovações, destacando-se os seguintes temas: direito processual penal; mudanças climáticas e direitos fundamentais; lei da improbidade administrativa; constitucionalismo digital; negócios

jurídicos do universo tecnológico, proteção de dados coletiva e individual e o entendimento jurisprudencial.
- Curso Dano Existencial e Fracionamento de Demandas: curso presencial com transmissão ao vivo para participantes a distância, com carga horária de 4,5 horas, voltado à capacitação de magistrados e assessores para o reconhecimento de questões atuais relacionadas à temática em comento. Foi obtido um total de 458 aprovados.
- Café com Inovação: evento educacional presencial, com carga horária de 2 horas, voltado à capacitação dos magistrados da alta gestão do Tribunal na importância da inovação no Poder Judiciário, com o desenvolvimento de projetos inovadores. Foram realizados quatro encontros, com diversas temáticas relacionadas à inovação, obtendo-se um total de 75 aprovações.

No ano de 2023, a EJEF ampliou o seu Programa de Pós-Graduação, com a oferta de mais um curso de pós-graduação lato sensu de desenvolvimento próprio, bem como o desenvolvimento de mais um curso, com previsão de oferta no início de 2024. Na sequência, os cursos iniciados e concluídos no ano considerado:

- Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial com ênfase em falências e recuperação de empresas

Iniciado em março/2022 e motivado pela criação das Câmaras Cíveis especializadas em Direito Empresarial no âmbito do TJMG, foi concluído em setembro/2023, com a certificação de 37 (trinta e sete) alunos, dentre magistrados e assessores do TJMG.

Pedagogicamente, o curso, de desenvolvimento próprio da EJEF, tomou a prática laboral como ponto de partida, seguindo o princípio da relação teoria e prática definido no Projeto Pedagógico Institucional – PPI da EJEF, com aulas presenciais, desenvolvidas por meio de exposições dialogadas e atividades com foco no protagonismo do aluno, alternando momentos de aprofundamento teórico com a intervenção prática. No decorrer do curso, também foram promovidos espaços de intercâmbio de experiências, mediante a proposição de estratégias, trabalhos em grupo, oficinas, painéis, estudos de caso, entre outras metodologias. O curso foi estruturado em torno de 18 disciplinas, contando ainda com seminários, workshops e demais atividades complementares. O seu encerramento, nos dias 28 e 29 de setembro de 2023, foi oficializado por meio de um seminário realizado no Auditório da Corregedoria-Geral de Justiça, ocasião em que os alunos tiveram a oportunidade de apresentar seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

- Especialização em Design de Sistemas aplicado à resolução de conflitos e gestão processual

Fruto de construção conjunta da EJEF com a Faculdade de Direito da UFMG, a partir de diagnósticos realizados no âmbito do Observatório do Judiciário, mantido por aquela instituição, o curso, iniciado em 2019 e bastante impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs, entre outras coisas, a alteração de sua modalidade de oferta (de presencial para a distância), foi concluído em setembro de 2023, com a certificação de 33 (trinta e três) alunos, dentre magistrados e servidores do Tribunal.

- Pós-Graduação lato sensu em Jurisdição Penal e Criminologia Contemporânea

Curso construído a partir do levantamento de demandas de aperfeiçoamento jurídico junto aos magistrados e servidores da área judiciária do Tribunal na capital e no interior, foi desenvolvido pela área pedagógica da Escola a partir do ano de 2022 e autorizado pelo Conselho Estadual de Educação da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, por meio do Parecer nº 630/SEE/CEE/2023. De forma inédita no Programa de Pós-Graduação da EJEF, o curso foi desenvolvido em modalidade semipresencial, de forma a aumentar sua abrangência territorial com uso de metodologias e ferramentas que permitam e favoreçam atividades colaborativas de forma assíncrona e síncrona, utilizando tecnologias da informação e da comunicação. Com duração de dois anos, o curso conta com a participação de 50 (cinquenta) alunos, dentre magistrados, servidores e assessores do TJMG, selecionados por processo seletivo regrado em edital.

Ainda em 2023, foram iniciados processos para aquisições de softwares e equipamentos audiovisuais, buscando aprimorar a atuação da equipe técnica nas ações educacionais e comunicacionais do Tribunal. Ademais, seguindo o Objetivo Estratégico OE4 do PDI EJEF 2021-2026, diversas atividades foram desenvolvidas, tais como o "Acontece na EJEF", vídeo semanal da agenda de cursos e lives promovidos pela Escola. Ainda procurando melhorar o engajamento dos usuários aos produtos ofertados pela Escola, foram ampliadas as divulgações no sítio eletrônico da EJEF e em seus canais nas diversas plataformas e redes sociais: WhatsApp, Instagram, Facebook e YouTube.

Em adição, convém mencionar a modernização do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA EJEF, em atuação conjunta da área de tecnologia educacional da DIRDEP/EJEF com a Fábrica de Software contratada pelo TJMG. Os trabalhos realizados envolveram a elaboração de documentação técnica interna do SIGA, bem como a refatoração (atualização/reorganização) do código fonte do sistema, de modo a inseri-lo nos moldes da arquitetura de software mais moderna.

Finalizando, seguem outras ações empreendidas no âmbito da EJEF:

- Programa EJEF vai à Escola – iniciado em 2022, com execução vinculada às Oficinas Jurídicas e Gerenciais, aproveitando a presença física da alta gestão da Escola nas Comarcas-sede dos Núcleos Regionais da EJEF, o projeto teve ampliação no ano seguinte. Busca levar, aos alunos do ensino fundamental, médio, superior e de Educação de Jovens Adultos – EJA, vislumbre da realidade do trabalho no Poder Judiciário e da trajetória profissional e de vida dos magistrados palestrantes. No ano de 2023, foram visitadas 37 (trinta e sete) escola e 10 (dez) universidades.

- Programa EJEF Internacional – iniciado em 2023, tem como objetivo promover, por meio de diversas iniciativas, o intercâmbio acadêmico entre docentes e discentes e contribuir para a difusão de conhecimentos entre instituições internacionais de renome, indo ao encontro da Resolução CNJ nº 411/2021, que instituiu o “Programa Internacional ‘Visão Global do Poder Judiciário’”.

- Projeto Vozes Poéticas de Minas – fruto de parceria entre a EJEF e a Academia Mineira de Letras – AML, o projeto teve continuidade em 2023, homenageando grandes poetas mineiros, por meio da produção e disponibilização de podcasts com a curadoria da AML. No ano de 2023, foram realizados 3 (três) episódios.

DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

- Publicação da apostila para estagiários – cível e criminal. Tem a finalidade de facilitar as atividades desenvolvidas por estagiários das áreas cível e criminal, notadamente quando do ingresso no TJMG. Desenvolvida por servidores de secretarias da 1ª instância, oferece um guia prático para o desenvolvimento de competências fundamentais na rotina das Secretarias dos Juízos. Trata-se de material colaborativo, constantemente aperfeiçoado a partir de sugestões recebidas.

- Lançamento da Biblioteca Digital 2.0. Atualizado o sistema da Biblioteca Digital do TJMG (*DSpace*), tornando-o mais intuitivo e com mais recursos. Dentre as novidades, coleções de destaque, acesso a bases externas, últimas inclusões no acervo geral e estatísticas de itens mais acessados.

- Lançamento do guia prático da EJEF para padronização de textos: formatação, normalização e redação. Apresenta, em resumo, os principais elementos abordados na Portaria TJMG nº 164/2VP/2022 e nas normas da ABNT NBR 6022 (Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação) e NBR 6023 (Informação e documentação – Referências – Elaboração) para a produção de textos de artigos técnico-científicos.

- Lançamento da Revista EJEF. Publicação destinada à divulgação de artigos científicos, técnicos e jurídicos que contribuam para a

reflexão interdisciplinar, com foco na inovação, qualidade acadêmica e prática do Direito, com artigos elaborados com estrita observância à qualidade técnica e acadêmica.

- Lançamento da Cartilha do Plantão Regional. Produção colaborativa de servidores que descreve e orienta sobre atos e procedimentos realizados nos plantões regionais do TJMG. O produto tem origem em demanda reiterada por diversos servidores no interior do Estado, quando das visitas técnicas realizadas nos Encontros Regionais durante a gestão 2022-2024 da EJEF.

- Publicação da obra "EJEF 45 anos". Elaborada em comemoração aos 45 anos da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. A obra, disponível na versão digital, composta de registros históricos, imagens e depoimentos, resgata o rico percurso da EJEF, ao mesmo tempo que aponta para o futuro ao revelar as perspectivas para a Instituição, que mira um novo horizonte como escola de governo.

- Publicação da obra "20 anos do Código Civil". Os artigos jurídicos que compõem essa obra memorável foram escritos por renomados doutrinadores e conceituados autores: um marco irretocável para o mundo jurídico, que aborda todos os assuntos do nosso atual Código Civil.

- Eliminação de processos judiciais. Foram eliminados 1.219.743 (um milhão duzentos e dezenove mil setecentos e quarenta e três) processos judiciais. Com expressivo impacto nas iniciativas dos Núcleos Socioambiental e Voluntariado do TJMG, a eliminação documental possibilitou a doação de 337 (trezentas e trinta e sete) toneladas de papel à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis – ASMARE de Belo Horizonte.

- Campanha de prevenção aos danos provocados pelas chuvas. Iniciada em outubro, com o encaminhamento de comunicação e orientações às regiões com indicativo de chuvas fortes, com foco nas comarcas com ocorrências em anos anteriores. Efetivada via e-mail enviado às comarcas, peças veiculadas no Portal e Rede TJMG, além do envio de boletins meteorológicos e de contatos telefônicos realizados diretamente pela equipe junto aos administradores das comarcas que apresentam maior risco de inundação. Em 2023, apesar do grande volume de chuvas que atingiu o Estado, não foram registradas ocorrências de danos significativos. Reflexo dessa ação ainda está sendo observado no início de 2024.

- DIRGED em números:

· Publicações e biblioteca:

- Boletim de Legislação (semanal) – 46 edições;
- Boletim de Jurisprudência (quinzenal) – 23 edições;
- Boletim Plantão EJEF (diário) – 228 edições (225 ordinárias e 3 extraordinárias);
- Revista Jurisprudência Mineira – 1 edição;
- Gotas da Língua Portuguesa (quinzenal) – 23 edições;
- Julgados em Números – 1 edição;
- Empréstimo de livros pela biblioteca: 2.712;
- Pesquisas jurídicas: 938;
- Revisão ortográfica e gramatical: 50.978 páginas;
- Acervo físico bibliográfico: 51.733 livros e periódicos.

· Gestão Documental:

- Processos armazenados no Arquivo Central: 8.911.776;
- Processos e documentos administrativos armazenados na COARQ: 541.074;
- Processos históricos armazenados no Arquivo Permanente (estimativa): 476.036;
- Viagens para transferência de processos armazenados no interior para Arquivo Central: 74;
- Editais de Eliminação publicados: 23 (17 judiciais e 6 administrativos);
- Processos judiciais eliminados: 1.219.743;
- Caixas-arquivo de documentos administrativos eliminados: 4.715;
- Precatórios eliminados: 140;
- Viagens para coletas de processos em comarcas do interior para eliminação: 103;
- Caixas-arquivo coletadas nas comarcas do interior para eliminação de processos: 56.301;
- Comarcas atendidas pelo Arquivo Central: 51;
- Visitas técnicas às comarcas do interior: 27;
- Serviço de Arquivo Corrente: 99 atendimentos a setores diversos da Secretaria do TJMG;
- Caixas-arquivo coletadas nas comarcas do interior para armazenamento no Arquivo Central: 66.620;
- Desarquivamentos de processos atendidos pelo Arquivo Central: 46.347;
- Desarquivamentos atendidos pela COARQ: 1.963;
- Pedidos de acesso a processos históricos atendidos pelo Arquivo Permanente: 10.663;
- Documentos de guarda permanente cadastrados: 154.244;
- Comarcas recolhidas pelo Arquivo Permanente: 9 (totalizando 114 comarcas).

3ª Vice-Presidência

A presente seção destaca sobre os projetos e ações desenvolvidos, no âmbito da Terceira Vice-Presidência do TJMG, no ano de 2023.

- Projeto PAPRE (Posto de Atendimento Pré-processual) – publicados 50 (cinquenta) convênios para instalação de novos PAPREs. Presentemente, há 126 (cento e vinte e seis) unidades instaladas (convênios vigentes). Nos Postos foram agendadas 10.125 audiências, sendo realizadas 5.629, resultando em 4.639 acordos.

- Projeto Justiça Itinerante – tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando serviços do Poder Judiciário à população de municípios que não são sedes de comarca. Formalizado, em 2023, 01 convênio de Justiça Itinerante, totalizando, dessa forma, 13 (treze) vigentes. No ano em análise, foram realizadas 460 (quatrocentos e sessenta) audiências com 216 (duzentos e dezesseis) acordos.

- Projeto CEJUSC Itinerante – realizado por meio de eventos itinerantes nos quais são prestados à população os serviços do CEJUSC. O TJMG, em 2023, em parceria com o MPMG, participou de 68 (sessenta e oito) itinerâncias preparatórias e de execução de serviços em diversos municípios. Durante essas ações, foram realizadas 295 (duzentas e noventa e cinco) audiências e firmados 193 (cento e noventa e três) acordos, tendo sido atendidos 34 (trinta e quatro) municípios e 18 (dezoito) comarcas.

- Projeto Regularização Fundiária – REURB – em 2023 foram realizadas 02 reuniões do Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária. Foi também firmado Acordo de Cooperação Técnica 249/2023 com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e AGE/MG para o tratamento autocompositivo processual e pré- processual de conflitos envolvendo casos de Regularização Fundiária Rural

e Urbana, nos moldes da Lei Federal nº 13.465/2017.

- Projeto Paternidade para Todos – resultados de 2023: realização de 557 (quinhentos e cinquenta e sete) exames de reconhecimento de paternidade pelos CEJUSCs de Belo Horizonte, Santa Luzia e interior do Estado; 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) procedimentos instaurados; realização de 02 Mutirões de Reconhecimento de Paternidade, um em Belo Horizonte (18/08) e outro em Santa Luzia (27/09).

- Projeto Experimental Convivência – tem como objetivo implantar nova dinâmica para atender as demandas de convivência assistida oriundas de processos em curso nas Varas de Família da Comarca de Belo Horizonte. Foram 18 (dezoito) casos atendidos em 2023.

- Boletim Informativo "Conciliação e Inovação em Foco" – divulgação de 06 edições em formato digital via e-mail interno.

- Inclusão Verde Mundo – o projeto visa instituir política pública permanente de trabalho e articulação em rede, almejando ações conjuntas na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Resultados: participação do TJMG na Rede de Proteção; apoio, juntamente com a DPMG, à Campanha "Todos Nós Temos Direitos

– Segurança e Acolhimento"; publicação, no sítio eletrônico do TJMG, do Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

- Mediação Empresarial – o projeto tem atuação nos setores pré-processual e processual dos CEJUSCs, com o principal objetivo de qualificar o tratamento adequado das demandas empresariais, ampliando o sistema multiportas. Atualmente há 28 (vinte e oito) PAPREs Empresariais instalados no estado (convênios vigentes). Foram agendadas 718 (setecentos e dezoito) audiências em 2023, com a celebração de 178 (cento e setenta e oito) acordos, que totalizaram R$ 444.072,92 (quatrocentos e quarenta e quatro mil setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

- Saúde em Consenso – o projeto, implantado por meio da Portaria Conjunta 1423/PR/2022, tem como objetivo promover ações de especialização dos métodos adequados de solução de conflitos com foco no tratamento de demandas envolvendo o direito à saúde, especialmente decorrentes da pandemia de Covid-19. Em 2023, foram realizadas sessões de diálogo com médicos anestesiologistas da rede FHEMIG.

- Projeto Conciliação em Domicílio – tem como objetivo aprimorar a autocomposição por meio da atuação do Oficial de Justiça como parceiro da conciliação e da mediação. Resultados: vencedor, no eixo Boas Práticas, do "XIII Prêmio Conciliar é Legal"; realização do curso "Ferramentas autocompositivas para Oficialas e Oficiais de Justiça", com 154 (cento e cinquenta e quatro) aprovados no curso; realização de quatro reuniões com a participação de 40 (quarenta) Oficiais de Justiça aprovados no referido curso para orientações e esclarecimentos a respeito do Projeto; 10 (dez) Oficiais de Justiça inscritos no projeto; realizados 05 (cinco) acordos.

- Projeto "Cidadania, Democracia e Justiça aos Povos Originários em Minas Gerais" – almeja desenvolver ações próprias e parcerias com as diversas esferas do poder público e da iniciativa privada, para assegurar e promover os direitos dos indígenas. O projeto é gerido pela Terceira Vice-Presidência com o apoio do CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais. Resultados estatísticos: realizadas 2 (duas) itinerâncias ao povo Maxakali (aldeias de Água Boa e Pradinho), comarca de Águas Formosas, com o reconhecimento da união estável de 73 (setenta e três) casais; realizadas 2 (duas) itinerâncias ao povo Xacriabá (aldeia Brejo Mata Fome), comarca de Manga, com a realização de 153 (cento e cinquenta e três) atendimentos e 212 (duzentos e doze) encaminhamentos. O projeto está concorrendo aos prêmios "Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade" e "XIV Conciliar é Legal", ambos conduzidos pelo CNJ.

- Pacto Interinstitucional pela Cultura da Paz e Resolução Consensual de Conflitos – iniciativa que envolve o TJMG, o MPMG, a DPMG, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e a OAB/MG, pactuada na solenidade de abertura da 17ª Semana Nacional de Conciliação. O instrumento firmado pelos órgãos citados busca fomentar a utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos, em especial a negociação, a conciliação, a mediação e as práticas restaurativas, com a implementação de ações, projetos e estratégias contribuindo efetivamente para a consolidação e o fortalecimento da Política de Tratamento Adequado dos Conflitos. Resultados: Realizada pela Terceira Vice-Presidência, no dia 13/04, a 13ª Edição do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação – FONAMEC com o tema Cultura da Paz e Diálogo Interinstitucional. Ademais, foi publicado o Acordo de Cooperação Técnica nº 249/2023 celebrado entre o TJMG, o Estado de Minas Gerais e a AGE/MG, com a finalidade de prover ações conjuntas que permitam a ampliação dos meios autocompositivos na promoção da regularização fundiária rural e urbana, bem como na promoção do acesso dos povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais a direitos diversos.

- Projeto Atuação Conjunta da 3ª Vice-Presidência e do JESP de Belo Horizonte – consiste na oferta de atendimento pré-processual do CEJUSC BH em estrutura física no prédio do JESP Cível. Após 3 meses de implementação, o projeto conta com 3 empresas parceiras: Itaú, Cemig e Mercantil. Em 2023 foram 472 (quatrocentos e setenta e duas) audiências realizadas, com 322 (trezentos e vinte e dois) acordos.

- Projeto Mediação do CEJUSC BH nos Juizados Especiais Cíveis de Belo Horizonte

– o objetivo principal é ampliar o acesso à justiça ao proporcionar o uso da mediação do CEJUSC nos processos judiciais dos JESPs Cíveis de Belo Horizonte. Resultados: encaminhamento de 25 (vinte e cinco) processos judiciais para o CEJUSC.

- Núcleo Integrado de Justiça Multiportas – NUCLEOMULTI – a iniciativa visa ao aprimoramento do Projeto de atuação conjunta da 3ª Vice-Presidência e do JESP Cível de Belo Horizonte, anteriormente mencionado. O Núcleo, além de gerenciar as parcerias, também faz a gestão das rotinas de condução da oferta dos serviços pré- processuais de conciliação e mediação no ambiente físico dos JESPs de Belo Horizonte. Resultado: publicação da Portaria Conjunta nº 1.514/PR/2023.

- Mutirões realizados nos CEJUSCs – realizados 79 (setenta e nove) mutirões, dentre os quais, de reconhecimento de paternidade, emissão de documentos, conversão de união estável em casamento, audiências preliminares dos JESPs, divórcio e alimentos. 2.769 (dois mil setecentos e sessenta e nove) acordos realizados, total de R$ 3.005.943,65 (três milhões cinco mil novecentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

- Mutirão de pagamento de honorários para advogados dativos – resultados: em 2023, encaminhados 6.292 (seis mil duzentos e noventa e dois) processos para homologação das transações de pagamento.

- Programa NÓS – política de prevenção, gestão, transformação, orientação, e solução extrajudicial de conflitos verificados no ambiente escolar. Resultados: em 24/04/2023, assinado o Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional que visa dar continuidade ao programa NÓS nas escolas das redes públicas estadual e municipal de Belo Horizonte.

- Visitas de apoiamento em Justiça Restaurativa – em 2023 foram realizadas visitas em 41 (quarenta e uma) Comarcas.

- Rede Multinível, Multissetorial e Interinstitucional Judiciária de Justiça Restaurativa (RESTAURA JR TJMG) – instituída pela Portaria Conjunta nº 1.446/2023 com o objetivo de aprimorar a identificação, gestão, ampliação e consolidação dos projetos e ações de justiça restaurativa no âmbito do TJMG. A Rede é composta por 5 (cinco) sub-redes: Violência Doméstica e Conflitos Familiares (FAMÍLIA JR TJMG), Infância e Juventude (JUVENTUDE JR TJMG), Recuperação e Sistema Penal (RECUPERA JR TJMG), Conflitos Organizacionais e Laborais (PACIFICA JR TJMG) e Colaboração (COLABORA JR TJMG). A designação dos integrantes das sub-redes ocorreu por meio da Portaria TJMG nº 6.115/2023.

- Processos Circulares para Grupos do TJMG – os encontros visam promover espaço seguro para troca de experiências, seguindo os princípios e as diretrizes fundamentais da Justiça Restaurativa. Em 2023, foram realizados 19 (dezenove) círculos, com a participação de 99 (noventa e nove) trabalhadores do TJMG e de 23 (vinte e três) facilitadores de círculos.

- Reunião de supervisão de facilitadores de círculos do TJMG – em 2023 foram realizadas duas reuniões de supervisão para facilitadores de círculos, com os temas violência doméstica e violência nas escolas/bullying.

- Ações Educacionais – Cursos – a 3ª Vice-Presidência oferta regularmente um calendário de cursos em parceria com a EJEF, com o objetivo de capacitar pessoas interessadas em aprofundar o conhecimento ou atuar em práticas autocompositivas de resolução de conflitos e, ainda, em Justiça Restaurativa.

- CONCILIAJUD – gestão do Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira, do Cadastro Nacional de Mediadores e Conciliadores Judiciais, do Cadastro Nacional de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade. Resultados: Até 12/12/2023, foram atestados e liberados os certificados de 98 (noventa e oito) mediadores judiciais e de 265 (duzentos e sessenta e cinco) conciliadores judiciais.

- Semana Mineira de Justiça Restaurativa – realizada no período de 17 a 19/04/2023.

- Semana Internacional de Justiça Restaurativa – promovida pelo Fórum Europeu para a Justiça Restaurativa, o evento ocorreu na terceira semana de novembro e contou com a participação de diversos países, incluindo comunidades e instituições brasileiras.

- Cadastro Estadual de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação – em 2023 foi credenciada uma câmara privada e foram renovados os cadastros de 9 (nove), perfazendo o total de 23 (vinte e três) unidades cadastradas. No dia 25/09/2023, houve encontro que contou com representantes de 18 (dezoito) câmaras privadas.

- CEJUSCs – visitas presenciais – em 2023, foram visitados 41 (quarenta e um) CEJUSCs e 33 (trinta e três) PAPREs conveniados em 19 (dezenove) municípios. Adicionalmente, foram realizadas 7 (sete) videoconferências para acompanhamento das Comarcas visitadas.

- CEJUSC Virtual – realizadas 1.565 (mil quinhentas e sessenta e cinco) audiências de conciliação processual, 03 (três) audiências de conciliação pré-processual, 30 (trinta) sessões de mediação processual referentes a 10 (dez) processos, com 60 (sessenta) acordos efetivados.

- Rua de Direitos – resultados: no dia 08/03/2023, foi realizada a Rua de Direitos no Dia Internacional da Mulher, ação promovida pelo Núcleo de Voluntariado e do Comitê PopRua/JUS. No dia 28/10/2023, houve participação na “Rua de Direitos” no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), voltada à população de rua.

Estatísticas:

TIPO DE AUDIÊNCIA	AGENDADAS	REALIZADAS	% REALIZAÇÃO	ACORDADAS	% ACORDOS
Conciliação Pré-Processual	56.070	42.726	76,20%	23.430	54,84%
Conciliação Processual	191.126	152.907	80,00%	24.663	16,13%
Mediação Pré-Processual	4.551	3.504	76,99%	2.213	63,16%
Mediação Processual	2.191	1.472	67,18%	417	28,33%

- Oficinas de Parentalidade e Divórcio – em 2023 foram realizadas 66 (sessenta e seis) oficinas de parentalidade e divórcio, atendendo 863 (oitocentos e sessenta e três) pais e 129 (cento e vinte e nove) crianças e adolescentes.

- Painel Audiências – CEJUSC e varas – em colaboração com o CEJUR, foi criado o citado painel com o propósito de apresentar os dados registrados abrangendo todas as audiências conduzidas no CEJUSC por meio do PJe.

- FONAMEC – a 3ª Vice-Presidência do TJMG promoveu, no dia 13/04/2023, no Salão Minas Gerais da Faculdade de Direito da UFMG, a 13ª Edição do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), com foco no tema central: “A Cultura da Paz e o Diálogo Interinstitucional”. O evento contou com 536 (quinhentas e trinta e seis) pessoas inscritas entre magistrados e servidores de todo o país, além de colaboradores da justiça, professores e estudantes.

- XVIII Semana Nacional da Conciliação – durante a semana, foram contabilizadas 31.396 (trinta e uma mil trezentas e noventa e seis) audiências agendadas, 25.607 (vinte e cinco mil seiscentas e sete) audiências realizadas, 7.132 (sete mil cento e trinta e dois) acordos homologados, que envolveram o valor de R$46.066.407,85 (quarenta e seis milhões sessenta e seis mil quatrocentos e sete reais e oitenta e cinco reais). O índice de conciliação alcançou 81,56% e o de acordo chegou a 27,85%.

- “Quero Conciliar” – em 2023, por meio do canal, foram recebidos e encaminhados para providências 1.523 (mil quinhentos e vinte e três) formulários.

- CEJUSC de 2º Grau – de janeiro a novembro de 2023, foram realizadas 1.104 (mil cento e quatro) audiências, totalizando R$539.698.492,09 (quinhentos e trinta e nove milhões seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e nove centavos) em valores obtidos por acordo.

- CEJUSC Família – de janeiro a novembro de 2023, foram marcadas 726 (setecentas e vinte e seis) audiências, alcançando o índice de 27,69% de acordos e a extinção de 94 (noventa e quatro) processos.

- CEJUSC Social – realizadas 21 (vinte e uma) audiências, inclusive em observância às novas diretrizes impostas pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, para a realização de audiências de conciliação dos processos em trâmite na Comissão de Conflitos Fundiários do TJMG, instituída pela Portaria Conjunta nº 1.428/PR/2022.

- CEJUSC Ambiental – em 2023 homologados 02 (dois) Termos de Resolução Extrajudicial para pagamentos de indenização por danos.

- CEJUSC Empresarial – foram agendadas 23 (vinte e três) audiências de conciliação.

- CEJUSC Tributário – foram realizadas sessões homologatórias de acordo para recuperação de créditos tributários. Adicionalmente, foram promovidas ações para a 1ª Semana Nacional da Regularização Tributária do CNJ.

- CEJUSC Saúde – realização de audiências de desjudicialização de conflitos envolvendo o tema da saúde.

- CEJUSC Povos e Comunidades Tradicionais – realizada audiência de conciliação, no dia 25 de maio de 2023, com a presença do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública da União, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), da SESAI SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde SMSA/SUS-BH, da Secretaria de Saúde Indígena – MG/ES, da Secretaria

de Saúde Indígena Polo Maxakali, do CAO-Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Helena de Minas, da Secretaria Municipal de Saúde de Bertópolis, de SES/SUBPAS/SAPS/DPS, da UFMG, do Hospital das Clínicas da UFMG, da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), de antropólogos, do Polo Maxakali e de representantes do Povo Maxakali de Água Boa, com o objetivo de promover o acesso à justiça aos povos Maxakali de Santa Helena, Bertópolis, Teófilo Otoni e Ladainha.

- Admissibilidade Recursal – realização de juízo de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário, promovendo o processamento dos recursos constitucionais, especial e extraordinário, e dos agravos contra suas decisões, oriundos das 9ª a 18ª, da 20ª a 21ª Câmaras Cíveis, da 2ª Seção Cível, de todos os grupos e Câmaras Criminais e do Conselho da Magistratura, direcionados ao STF e ao STJ. Resultados: Eixo Jurisdicional – Juízo de Admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário: conclusos 35.851 (trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um) processos; remetidos 34.744 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta e quatro) processos; proferidas 27.742 (vinte e sete mil setecentas e quarenta e duas) decisões e; proferidos 8.700 (oito mil e setecentos) despachos ordinatórios.

Acessibilidade

Estão relacionadas, na sequência, as iniciativas e ações planejadas e executadas pelo CESUS no tocante à acessibilidade.

- Contratação, em andamento, de empresa especializada para prestação de serviços de interpretação da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais (Libras), e vice-versa, em modalidade oral (falada), de forma simultânea ou consecutiva, com presença física dos intérpretes, no contexto de eventos institucionais presenciais promovidos pelo TJMG em Belo Horizonte, com possibilidade de gravação e/ou transmissão ao vivo (projeto-piloto, com previsão de duração de seis meses).

- Contratação para inserção de legenda oculta – planejamento para nova contratação, no início de 2024, em substituição ao Contrato nº 035/2019, de forma a expandir a acessibilidade comunicacional, no âmbito deste TJMG, reforçando o compromisso com a transparência e melhoria da comunicação institucional. Em relação ao serviço de legendagem dos produtos produzidos pela EJEF, a atividade será realizada internamente pela equipe do CETED.

- Solicitação de implementação de acessibilidade no Auditório do Anexo I, considerando a importância do acesso universal aos espaços físicos do Tribunal. Essas modificações visam garantir que todos possam participar plenamente de eventos e atividades realizadas no local.

- Capacitação em Libras – a Comissão de Acessibilidade solicitou à EJEF a composição de nova(s) turma(s) nos formatos virtual e presencial. Ademais, será incluído na matriz de cursos autoinstrucionais o “Curso Prático de Libras” disponibilizado à Escola pelo TJSP.

- Efetivação de ações de sensibilização – consciente de que a inclusão vai além das adaptações físicas, o TJMG implantou ações de sensibilização para promover a compreensão e empatia. Nesse sentido, o TJMG desenvolveu campanha de conscientização sobre a importância de se repensar atitudes em face das diferenças como forma de dar o primeiro passo em direção à inclusão. A cor verde foi escolhida para representar o florescimento e frutificação dos direitos, além de representar a esperança por mais inclusão e acolhimento.

- Implantação da Cartilha TEA – o TJMG instituiu, por meio do Aviso nº 118/PR/2023, a utilização do Manual de Atendimento a Pessoas com Transtornos do Espectro Autista – TEA, lançado pelo CNJ, documento que tem o intuito de proporcionar informações e orientações relevantes para lidar de maneira adequada e inclusiva com pessoas diagnosticadas com esse transtorno.

- Acessibilidade do portal institucional (sítio eletrônico) – atualização, no tocante à disponibilização do conteúdo de forma acessível às pessoas com deficiência, em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Digital (eMAG).

Implementação de acessibilidade no Edifício Sede – solicitada a elaboração de projeto de acessibilidade à DENGEP. A vistoria com mapeamento das necessidades de adaptações foi realizada no início de maio com o auxílio de dois integrantes da comissão de acessibilidade.

Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual

A Resolução TJMG nº 1.018/2023, regulamentou, no âmbito institucional, a Resolução CNJ nº 351/2020, que trata da prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e todas as formas de discriminação. Em 25 de maio de 2023, o TJMG editou a Portaria nº 6.177/2023 que designou os integrantes das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Poder Judiciário de Minas Gerais, em Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição. A seguir, estão destacadas as ações realizadas em 2023.

No ano em análise, foram protocoladas 14 (quatorze) notícias de assédio moral/sexual e/ou discriminação na Comissão de Primeiro Grau, das quais 05 (cinco) estão em tramitação, 03 (três) foram encaminhadas para CGJ, em 02 (duas) não houve conciliação entre as partes, mas houve acordo celebrado extrajudicialmente, 01 (uma) não foi configurada como assédio, 01 (uma) arquivada e 01 (uma) encaminhada para Juíza Auxiliar da Presidência. Ademais, foi realizada 01 (uma) oitiva e 06 (seis) reuniões mensais de alinhamento.

Relativamente à Comissão de Segundo Grau, foram recebidas 02 (duas) notícias de assédio moral/sexual e/ou discriminação, sendo 01 (uma) arquivada e 01 (uma) em tramitação. Além disso, foram realizadas 06 (seis) reuniões mensais de alinhamento.

Adicionalmente, releva mencionar que foi proposta a atualização do formulário do SEI de Notícia de Assédio e Discriminação, contemplando as alterações propostas pelo CNJ, bem como foi solicitada a criação de novo formulário do SEI para preenchimento pelas Comissões, conforme Anexo III da Resolução CNJ nº 518/2023.

- Participação em eventos externos: “Reunião da Rede de Presidentes de Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação: fortalecimento da rede e promoção do ambiente de trabalho saudável e seguro”, realizado pelo CNJ, em 26 de abril (virtual); “I Encontro Presencial de Presidentes de Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação ou Subcomitê", realizado também pelo CNJ, em 28 de junho de 2023, em Brasília.

- Realização de *live* com o tema "O Olhar da Justiça acerca das Questões do Assédio Moral, Sexual e Discriminações", no mês de Julho.

- Roda de conversa com os membros da Comissão de Segundo Grau, a Presidente da Comissão de Primeiro Grau e convidados.

- Atualização da cartilha sobre a temática, abrangendo os temas de assédio sexual e discriminação. Em fase de elaboração de identidade visual pela DIRCOM.

- Realização de Visitas preventivas a 03 (três) Comarcas e 01 (um) Cartório.

- Atualização da página sobre a temática na Rede TJMG.

- Inclusão no Planejamento Estratégico de Iniciativa Estratégica “Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação”, conforme art. 18 da Resolução CNJ nº 351/2020.

- Solicitação de alinhamento dos contratos firmados pelo TJMG à política descrita na Resolução CNJ nº 351/2020.

- Solicitação de alinhamento dos contratos de estágio firmados pelos TJMG à Política descrita na Resolução CNJ nº 351/2020. Em adição, a temática foi inserida no Curso Preparatório para o Estágio no TJMG (a partir de 2024).

Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

Destacam-se, nesta seção, os principais projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça – CGJ, conforme informações da Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR e da Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN.

DIRCOR – Diretoria Executiva da Atividade Correicional

- Esforço concentrado para elevar o IPC-JUS – identificados nos sistemas informatizados do TJMG milhares de processos a serem priorizados, a saber: a) feitos em que o representado ou imputado como autor de ato infracional já teria completado 21 (vinte e um) anos de idade, limite para aplicação de medida socioeducativa (extinção obrigatória); b) processos em que é possível o reconhecimento da prescrição da pretensão socioeducativa do menor infrator (Súmula 338 do STJ), em razão do decurso de mais de 4 (quatro) anos da data do fato ou do recebimento da denúncia/representação; c) processos que podem ser extintos em razão do falecimento do acusado ou imputado como autor do fato; d) processos que, segundo as hipóteses identificadas pela CGJ, apresentam movimentações nos sistemas informatizados que, a priori, indicam que já poderiam ter sido baixados; e) Autos de prisão em flagrante, ativos e em tramitação, mesmo após a distribuição do respectivo inquérito policial; f) Processos paralisados sem motivo legal há mais de 100 (cem) dias; e g) Mandados Judiciais em atraso, em poder dos Oficiais de Justiça, há mais de 30 (trinta) dias. Resultados: no período entre 01/09/2023 e 30/11/2023, houve redução de 48,37% no número de processos aptos a serem baixados ou julgados e baixados na Justiça de 1ª Instância.

- Realização de estudos técnicos e jurídicos para a instalação/desinstalação de novas unidades judiciárias ou serventias extrajudiciais e/ou alteração de competência de unidades judiciárias, além de organização de plantões, para fins de aprimoramento da prestação jurisdicional e aumento da eficiência operacional e da criação da Secretaria de Processos Eletrônicos e das Centrais de Processos Eletrônicos na Justiça de Primeira Instância. Resultados: Resoluções 1.022/2023, 1.023/2023,1.024/2023,1.025/2023, 1.026/2023, 1.027/2023, 1.028/2023,1.029/2023, 1.030/2023, 1.034/2023, 1.037/2023, 1.042/2023, 1.043/2023, 1.044/2023, 1.046/2023, 1.048/2023, 1.049/2023, 1.051/2023, 1.054/2023, 1.055/2023, 1.065/2023 e 1.068/2023.

- Projeto Equipes de Apoio – o objetivo é oferecer auxílio às unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeiro Grau para o tratamento e a atualização dos sistemas judiciais informatizados, especificamente quanto ao saneamento de inconsistências envolvendo ausência e/ou registro equivocado de informações no PJe. Resultados: a equipe de apoio (projeto-piloto) atuou no período compreendido entre 14 a 25 agosto de 2023, tendo sido realizados 938 (novecentos e trinta e oito) análises/saneamentos.

- Proposta de Alteração de Ato Normativo – Promoção de Magistrados – a CGJ, a partir dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria da Corregedoria nº 7.255, de 21 de julho de 2022, em atendimento ao Aviso Conjunto nº 68, de 20 de julho de 2022, apresentou proposta de minuta de resolução para a atualização da Resolução da Corte Superior nº 495, de 17 de janeiro de 2006, que "dispõe sobre o provimento de cargos da Magistratura de carreira".

- Proposta de regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta – cuida-se de proposta voltada aos casos que envolverem infrações disciplinares de reduzido potencial de lesividade no âmbito do TJMG. Nessas ocorrências, propõe-se a instituição do ajustamento disciplinar como medida alternativa à eventual instauração de processo administrativo disciplinar. Resultado: publicação da Resolução nº 1.050/2023.

- Correição Ordinária Geral – realizada na Comarca de Belo Horizonte, no período de janeiro a março de 2023, com o objetivo de verificar a regularidade de serviços, apurar denúncias, reclamações e sugestões sobre a execução dos serviços do foro judicial, dos juizados especiais, dos serviços notariais e de registro, dos serviços da justiça de paz, da polícia judiciária e dos presídios das comarcas. 100% das unidades judiciarias responderam os formulários eletrônicos. O saneamento das irregularidades identificadas foram acompanhadas pelas áreas responsáveis pela fiscalização do foro judicial e dos serviços notariais e de registro.

- Plano de Fiscalização das Unidades Judiciárias – 130 (cento e trinta) Unidades Judiciárias fiscalizadas (13,87% do total), o que representa aumento de 20,37% em comparação com o ano anterior, sendo: 93 (noventa e três) correições extraordinárias presenciais (aumento de 36,76% em relação a 2022); 12 (doze) inspeções técnicas presenciais (o dobro do ano predecessor); 25 (vinte e cinco) inspeções técnicas remotas (aumento de 257% em comparação ao ano anterior). Também se realizaram outras 1.657 (mil seiscentos e cinquenta e sete) inspeções remotas (104,06% de acréscimo em relação ao ano de 2022). Quanto à Correição Ordinária Geral, foram enviados, até o dia 06/12/2023, 2.938 (dois mil novecentos e trinta e oito), via SISCOR.

- Monitoramento Permanente de Menores Apreendidos – em maio de 2021, foi zerado o número de adolescentes apreendidos além do prazo legal em todo o Estado. Com o monitoramento permanente, os poucos casos apurados mensalmente são imediatamente corrigidos.

- Banco de Precedentes das decisões administrativas da CGJ sobre o foro judicial – contempla as decisões administrativas mais relevantes sobre o foro judicial, com acesso ao público interno e, em determinados casos, também ao externo.

- Monitoramento permanente das Unidades Judiciárias – em 2023, expedidos 49 (quarenta e nove) ofícios-circulares e iniciadas 12 (doze) ações para monitoramento das unidades judiciárias.

- Esforço concentrado para redução do número de processos paralisados sem motivo legal – no período entre 01/09/2023 e 30/11/2023, houve redução de 48,37% no número de processos aptos para baixa ou julgamento e baixa na Justiça de 1ª Instância.

- Plano de fiscalização dos serviços notariais e de registro – a equipe da CGJ realizou inspeção técnica presencial nos serviços notariais e de registro das comarcas de Pirapora, Belo Horizonte, Conceição do Rio Verde, Cambuí, Ipatinga, São João da Ponte, Belo Vale, Andradas, Ouro Fino, Resende Costa, Governador Valadares, Santos Dumont, Diamantina, Patos de Minas, Serro, Matozinhos, São Francisco, Unaí, Frutal, Sabará, Tiros, Rio Preto, Jaíba, Manga, Bom Despacho, Manhuaçu, Alpinópolis e Arinos, totalizando 284 (duzentas e oitenta e quatro) serventias fiscalizadas.

- Programa de Gestão de Serventias Vagas – foi realizado o acompanhamento remoto das prestações de contas de 128 (cento e vinte e oito) serventias vagas ou sob intervenção que possuem receita acima do teto remuneratórios dos interinos, visando à conferência das despesas realizadas pelas serventias. No ano de 2023, houve aumento de 15% na receita de excedente ao teto remuneratório dos interinos.

- Desdobro de serventias notariais e de registro vagas – a partir da vacância das serventias de comarcas listadas no § 1º do art. 300-Q da Lei Complementar nº 59/2001, foram realizados estudos sobre a média de arrecadação mensal e da quantidade de atos praticados, resultando no desdobro de 3 (três) serventias de grande porte, conforme normativos: Resolução nº 1.043/2023, que dispõe sobre a instalação de serventias extrajudiciais no Município e Comarca de Poços de Caldas e especifica novas linhas divisórias correspondentes às circunscrições geográficas do 1º, 2º e 3º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Poços de Caldas, e dá outras providências;

Resolução nº 1.049/2023, que dispõe sobre a instalação dos 2º e 3º Tabelionatos de Protesto de Títulos da Comarca de Uberlândia e dá outras providências; Resolução nº 1.068/2023, que dispõe sobre a instalação do 11º Tabelionato de Notas da Comarca de Belo Horizonte.

- Desinstalação de serventias notariais e de registro vagas – desinstalação de 14 (quatorze) serventias extrajudiciais, conforme os seguintes normativos: Resolução nº 1022/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Registro de Título e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas do Município de Lagoa Dourada e dá outras providências; Resolução nº 1023/2023, que desinstala o Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências; Resolução nº 1024/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Aimorés e dá outras providências; Resolução nº 1025/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Teófilo Otoni e dá outras providências; Resolução nº 1026/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 2º Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Nova Ponte e dá outras providências; Resolução nº 1027/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 1º Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Itajubá e dá outras providências; Resolução nº 1028/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Barbacena e dá outras providências; Resolução nº 1029/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Registro de Imóveis do Município de Lagoa Dourada e dá outras providências; Resolução nº 1030/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 2º Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Ouro Preto e dá outras providências; Resolução nº 1034/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Tabelionato de Protesto de Títulos do Município de Lagoa Dourada e dá outras providências; Resolução nº 1037/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3° Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Uberaba e dá outras providências; Resolução nº 1044/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 2° Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Ponte Nova e dá outras providências; Resolução nº 1046/2023, que dispõe sobre a desinstalação do 3º Tabelionato de Notas de Machado e dá outras providências; Resolução nº 1048/2023, que dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 1º Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Barbacena e dá outras providências.

- Revisão do Código de Normas dos serviços notariais e de registro do Estado – foram apresentados estudos e aprovadas alterações do Provimento Conjunto nº 93/2020, que resultaram na publicação dos Provimentos Conjuntos nº 115/2023, n° 117/2023, n° 118/2023, n° 119/2023, nº 121/2023, nº 123/2023, nº 124/2023, nº 127/2023 e nº 128/2023. Além das diversas alterações já consolidadas, foi constituída Comissão Especial de Trabalho para atualização do Provimento Conjunto nº 93/2020, conforme Portaria Conjunta nº 1505/PR/2023.

- Estudo e apresentação de minuta de projeto de lei para atualização da Lei estadual nº 15.424/2004 – a partir dos estudos elaboradores pela CGJ, foi encaminhada à ALMG, minuta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.000/2022, visando à adequação da legislação estadual à federal.

- Provimento de serventias extrajudiciais por candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos – no ano de 2023 foram providas 43 (quarenta e três) serventias extrajudiciais pelo concurso público regido pelo Edital nº 01/2018.

- Semana Nacional "Registre-se" CNJ – realizada, em parceria com o TRF-6, TRE/MG, Receita Federal, INSS, Governo do Estado, MPMG, DPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, OAB/MG, PCMG, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais (Recivil) e Núcleo de Voluntariado do TJMG, a 1ª Semana Nacional do Registro Civil “Registre-se”, no período de 8 a 12 de maio de 2023, na unidade “UAI Praça Sete”, Belo Horizonte, sendo disponibilizados serviços diversos aos cidadãos, como a emissão de certidão de nascimento e casamento, emissão de carteira de identidade, emissão e regularização de CPF, orientação sobre benefícios assistenciais e previdenciários e regularização eleitoral.

- Procedimentos remetidos ao Órgão Especial com proposta de instauração de processo administrativo em face de Juiz de Direito: 05 (cinco).

- Processos devolvidos/remetidos ao Órgão Especial, nos termos do artigo 427 do Regimento Interno (quando, no curso de investigação, ou em qualquer outro expediente, houver indício da prática de crime de ação penal pública atribuído a magistrado, a autoridade policial ou a autoridade competente remeterá os respectivos autos ou peças informativas ao Tribunal de Justiça, cabendo ao Órgão Especial, na primeira sessão, autorizar ou não o prosseguimento das investigações): 03 (três).

- Processos remetidos ao Conselho da Magistratura com recurso da decisão do Corregedor que determinou o seu arquivamento: 10 (dez).

- Processos remetidos ao Conselho da Magistratura com recurso da decisão do Corregedor que aplicou penalidade: 03 (três).

- Processos remetidos ao Presidente do TJMG nos termos da Resolução nº 809/15 (autorização para Juiz residir fora da comarca onde exerce a judicatura): 26 (vinte e seis).

- Processos remetidos à Segunda Vice-Presidência, nos termos da Resolução nº 625/10 do TJMG (afastamento de Magistrado para participação em eventos de aperfeiçoamento profissional): 35 (trinta e cinco).

- Penalidades aplicadas pelo Corregedor-Geral e/ou sugeridas ao Presidente do TJMG: 15 (quinze).

- Informações prestadas pelo Corregedor-Geral à Comissão de Promoção: 28 (vinte e oito).

- Sindicâncias instauradas em face de servidor: 26 (vinte e seis).

- Sindicâncias instauradas em face de Notário/Registrador: 01 (uma).

- Sindicâncias instauradas para apuração de fato/irregularidade: 09 (nove).

- Sindicâncias instauradas em face de Juiz de Direito: 11 (onze).

- Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de servidor: 23 (vinte e três).

- Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de Notário/Registrador: 06 (seis).

- Comunicação de instauração de sindicância/processo administrativo disciplinar pelo Juiz Diretor do Foro das comarcas do interior: 187 (cento e oitenta e sete).

SEPLAN – Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância

- Expansão do PJe para os atos infracionais cometidos por menores, sujeitos às medidas previstas no ECA – efetivada em Belo Horizonte, em 25/09/2023, e nas demais Comarcas, em 20/11/2023.

- Expansão do PJe para Inquéritos Policiais – o projeto visa tramitar os inquéritos policiais no PJe, assim como os demais processos judiciais. Em junho de 2023, foi implementado nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte. Em 23 de outubro de 2023, houve a expansão para as Comarcas de Inhapim e de Lagoa Santa. Ainda não há previsão de extensão para as demais comarcas.

- Citação Eletrônica – consiste no cadastro de pessoas jurídicas de direito privado e de direito público no Sistema PJe, a fim de viabilizar a citação eletrônica, dispensando, assim, sua realização pelas vias convencionais. 284.437 (duzentas e oitenta e quatro mil quatrocentas e

trinta e sete) citações eletrônicas em 2023.

- Interligação entre PJe e PCNet via MNI – desenvolvimento, em conjunto com a Polícia Civil, para distribuição de ações penais e infracionais, inclusive inquéritos policiais. Atualmente, a PCMG distribui eletronicamente, em todas as comarcas, os autos de prisão em flagrante e as medidas protetivas de urgência criminal (Lei Maria da Penha). Ademais, a distribuição dos Termos Circunstanciados é realizada diretamente pelo órgão.

- Projeto e-Carta – implementação, no Sistema PJe, deste serviço disponibilizado pelos Correios, que automatiza, por meio eletrônico, o envio e o retorno de correspondências, ficando a cargo do referido órgão todo o processo desde a preparação da correspondência até o retorno da informação sobre a entrega ao destinatário. Em andamento.

- Integração do SISBAJUD ao PJe – tem por objetivo facilitar o envio de ordens de bloqueio de valores e o retorno das respostas. O projeto-piloto foi implantado nas varas de Execução Fiscal Municipal da Capital, na Centrase Cível e na 2ª Vara Cível de Pouso Alegre. A expansão do projeto para as demais unidades está prevista para o primeiro semestre de 2024.

- Módulo "Meu Gabinete" no PJe – desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJRO e aperfeiçoado pelo TJMG, de modo a garantir a tramitação processual no gabinete de forma mais eficaz e estável. Projeto-piloto iniciado em 21/10/2023. Expansão prevista para o todo o Estado, no dia 26/02/2024.

- Central de Triagem – com o objetivo de combater a litigância predatória, o projeto pressupõe a submissão de todos os processos de natureza cível distribuídos na comarca de Belo Horizonte a um criterioso exame por equipe especializada. Em relação ao PJe, em linhas gerais, foi desenvolvida uma espécie de "duplicação" do processo na tarefa inicial, a fim de permitir regular tramitação do processo na secretaria judicial, enquanto o "processo duplicado" permanece no setor responsável pelas verificações relativas às possíveis demandas predatórias. O projeto-piloto foi instalado, em 15 de fevereiro de 2023, no Fórum Cível e Fazendário – Unidade Raja Gabaglia. Em 03 de julho de 2023, o projeto passou a funcionar em caráter definitivo no âmbito da Comarca de Belo Horizonte, por meio da Portaria nº 7.663/CGJ/2023.

- Central de Pesquisa Patrimonial – implantada inicialmente em formato piloto na Centrase Cível, em 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivo analisar o patrimônio da parte devedora, a partir dos sistemas conveniados, após a intimação para pagamento voluntário e as tentativas ordinárias de pesquisa e bloqueio patrimonial que não obtiverem êxito.

- Ampliação da comunicação dos cartórios com as unidades – em suma, objetiva-se não só a ampliação como também o aperfeiçoamento da comunicação dos cartórios com as unidades judiciárias, ensejando agilidade na prestação jurisdicional. A implantação do projeto dispensará a expedição de comunicações, tais como ofícios dirigidos aos cartórios do extrajudicial, pois a interação se dará via sistema PJe.

- Virtualização dos processos físicos – Projeto Virtualizar 5.0 foi instituído por meio da Portaria nº 1.385/PR/2022 e consiste na virtualização de todo o acervo de processos judiciais físicos cíveis e criminais, em tramitação ou paralisados por motivo legal, no âmbito da Justiça Comum estadual de primeira e segunda instâncias do Estado de Minas Gerais. 98% do acervo físico de todo o Estado já foi virtualizado.

- Projeto CEMAD – Central Eletrônica de Mandados e Diligências – novo sistema de tramitação eletrônica de mandados, que tem por objetivo a modernização, automatização, redução de custos e nas etapas de trabalho, melhor gestão na fiscalização e integração entre sistemas. Em desenvolvimento.

- SISAVI – Módulo Salas Passivas – implantação, em todo o Estado, do Sistema SISAVI de gerenciamento e agendamento das salas passivas para realização de audiências em comarca diversa daquela onde o processo tramita. Conversão do módulo "Salas Passivas" do SISAVI em plataforma *web*, tendo em vista que, inicialmente, funciona de forma interligada com o Sistema local SISPAE, no qual se efetiva a configuração e o controle da agenda pelas comarcas.

- Integração Inversa Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP x Banco Estadual de Mandado de Prisão – BEMP – considerando as tratativas entre o TJMG e o CNJ, os mandados de prisão, alvarás de soltura e outros documentos passaram a ser expedidos diretamente no BNMP, com interligação com o BEMP e, via de consequência, para o PCNet. Com a proximidade de implantação do BNMP 3.0, a expedição será realizada diretamente no sistema do CNJ. Diante de tal fato e visando otimizar os trabalhos das Secretarias, procedeu-se à implantação da integração inversa. Tal integração trará regularidade às informações inseridas no BNMP, mormente quando as peças somente seriam expedidas no sistema do CNJ.

- Desdobramento do Planejamento Estratégico no âmbito da 1ª Instância – no ano de 2023, 44 (quarenta e quatro) unidades judiciárias concluíram o ciclo de implantação do DPE, sendo que 35 (trinta e cinco) delas obtiveram resultado positivo, com média 12,20% de redução do acervo processual, além de apresentaram também resultados positivos seja em relação ao aumento dos índices de baixa e julgamento ou redução dos processos paralisados. O DPE encontra-se em fase de implantação em outras 81 (oitenta e uma) unidades judiciárias, sob o suporte e monitoramento do NUPLAN.

- Painel Qlik Sense da CGJ – apresentando os seus dados estatísticos, possibilitando, assim, a análise e o controle de seu acervo processual, constituindo- se, portanto, em um importante instrumento de gestão.

COMSIV - Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Nesta seção estão relacionados os programas, projetos e ações empreendidos para o fortalecimento do combate à violência contra a mulher ao longo de 2023.

- Campanha de divulgação – Carnaval 2023 – Prefeitura de Belo Horizonte – divulgação de faixas de prevenção à violência contra a mulher e casos de assédio e importunação.

- 1º Encontro Regionalizado do Justiça em Rede contra a violência doméstica e familiar – Juiz de Fora. "A mulher sob a proteção do Sistema de Justiça" tema "Redes de Atendimento/Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar – Uma atuação qualificada para a prevenção", capacitação para juízes, servidores e convidados de diversos órgãos de atendimento às mulheres, realizado em parceria com a EJEF.

- 2º Encontro Justiça em Rede contra a violência doméstica e familiar – Teófilo Otoni. A mulher sob a proteção do Sistema de Justiça - tema "Redes de Atendimento/Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar – Interseccionalidades".

- Núcleo de Justiça 4.0 Criminal do TJMG – redução do acervo de processos aguardando audiências de instrução e julgamento envolvendo violência doméstica.

- 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (março) – exposição de arte; feira de artesanato de mulheres empreendedoras; diversas palestras com a temática da violência doméstica; participação na Rua de Direitos – Especial Mulheres; cursos, em parceria com a EJEF.

- 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (agosto) – exposição "Deixe-me Eu Ser Eu Mesmo". Palestras sobre conscientização a

prevenção contra violência contra mulher em canteiros de obras e em empresas do ramo. Adesão ao “Agosto Lilás”.

- 25ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (novembro) – feira de artesanato das mulheres do “Projeto Enquanto Espero” – 21 Dias de Ativismo – Palestra “Pelo fim da violência contra as mulheres” na 5ª Semana da Integridade e da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat).

- Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres – publicações contínuas – redes sociais do TJMG – convidados diversos.

- Ouvidoria da Mulher – atendimento especializado – criação de canal para receber e tratar manifestações relacionadas à violência contra a mulher, bem como auxiliar no combate à violência de gênero.

- Assinatura de termo de intenções TJMG e Sigma Lithium – implantação de programa de combate à violência contra a mulher na região do Vale do Jequitinhonha.

- Termo de Cooperação – TJMG e Fecomércio, Senac e Sesc MG , com objetivo de fomentar ações de prevenção e combate à violência doméstica contra a mulher.

- Certificado Agenda 2030 TJMG – “Projeto Construindo Igualdades” da COMSIV.

- Parcerias do Programa Justiça em Rede : Salas de atendimento à mulher são inauguradas em Porteirinha; prevenção à violência doméstica e familiar é tema de evento em Matias Lobato.

- 27 (vinte e sete) palestras realizadas pelos projetos “Construindo Igualdades” e “Justiça vai à Escola”, com público estimado de 4.100 (quatro mil e cem) pessoas.

- Convênios, Acordos e Termos de Cooperação Técnica :

- CV. nº 244/2023 – Supermercados BH – campanha de comunicação nas embalagens dos produtos exclusivos; divulgação de telefones de referência da violência doméstica; QR Code com informações complementares;
- ACT. nº 262/2022 – Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais Oficinas de Dinâmica de Grupo – atendimento dos homens que figuram como agressores em processos de violência doméstica – Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Timóteo (1º Termo Aditivo);
- Cv. Nº 200/2023 – Município de Itabira – implantação de grupos reflexivos voltados aos autores de violência doméstica contra mulheres em cumprimento de medidas protetivas – 2ª Vara Criminal, de Execuções Penais e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Itabira - Projeto “Itabira por Eles”;
- TCT. Nº 149/2023 – Instituto Pedagógico de Minas Gerais Ltda. – Objetivo: oferecer colaboração jurídica a mulheres vítimas de violência doméstica;
- ACT N.º 105/2022 – Município de Diamantina – implantação de grupos reflexivos voltados aos autores de violência doméstica contra mulheres em cumprimento de medidas protetivas – 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Diamantina – Projeto “Ressignificar” (1º Termo Aditivo);
- ACT Nº 165/2020 – Associação Propagadora Esdeva – objetivo: oferecer colaboração jurídica a mulheres vítimas de violência doméstica (3º Termo Aditivo);
- ACT. Nº 169/2023 – Núcleo Anne Frank – Minas Gerais – implementação de ações ao enfrentamento das diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e no âmbito de atuação do núcleo: promoção da educação: direito à diversidade; da cultura de paz e da democracia; combate ao racismo, a discriminação e a exclusão social;
- Cv. Nº 096/2023 – Sigma Mineração S/A – promoção e fomento de ações de prevenção e enfrentamento às diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- ACT. nº 091/2021 – Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais - capacitação e promoção dos direitos da mulher, com foco no combate aos diversos tipos de violência;
- Cv. Nº 195/2021 ABRASEL – campanha educativa em bares e restaurantes de Belo Horizonte para enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Cv. Nº 076/2023 – Fecomércio + Senac + Sesc de Minas Gerais – campanha educativa por meio de adesivos afixados em banheiros da capital e interior do Estado para divulgação das diversas formas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.
- ACT nº 129/2021 – Serviço Social da Indústria da Construção Civil – SECONCIMG. Projeto "Construindo Igualdades", referente a atividades pedagógicas e palestras para promoção de mudança social (2º Termo Aditivo);
- Cv. Nº 106/2022 – Município de Gouveia – implantação de grupos reflexivos voltados aos autores de violência doméstica contra mulheres em cumprimento de medidas protetivas – 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Diamantina – Projeto “Ressignificar” no âmbito do referido município (1º Termo Aditivo);
- ACT. Nº 134/2020 – Conselho da Comunidade da Comarca de Diamantina - capacitação de profissionais para atuação no enfrentamento à violência contra as mulheres e formação de facilitadores de grupos reflexivos responsabilizantes destinado a homens autores de violência contra as mulheres – Projeto "Ressignificar (3º Termo Aditivo);
- ACT. 069/2023 – Universidade Vale do Rio Doce (Fundação Percival Farquhar) – objetivo: oferecer grupos terapêuticos para atendimento psicológico e orientações gerais às vítimas de violência doméstica – Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Governador Valadares – Programa de Inclusão Social de Moradores de Rua (âmbito do CEJUSC) – Psicologia da UNIVALE.

COINJ - Coordenadoria da Infância e da Juventude

Seguem destacados as ações e projetos desenvolvidos no âmbito da COINJ no decorrer do exercício em análise.

- Seminário “Programa Entrega Legal no TJMG: diálogos a partir da Resolução 485/23, do CNJ”, realizado em 22 de maio de 2023. Público atendido: desembargadores e assessores das Câmaras que julgam o tema em foco, juízes de direito, Assistentes Sociais e Psicólogos, Comissários da Infância e da Juventude e público externo (profissionais da Rede de Proteção à Mulher e à Infância e Juventude – CREAS, CRAs, Conselhos Tutelares, Unidades de Saúde e Maternidades, bem como membros do Ministério Público). Resultados alcançados: 347 (trezentos e quarenta e sete) capacitados no seminário, além de 344 (trezentos e quarenta e quatro) em diversas comarcas.

- Curso “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes”, realizado no período de

30 de maio a 07 de julho de 2023. Público atendido: magistrados e Analistas Judiciários (especialidades Psicólogo e Assistente Social) que atuam nas Varas Criminais ou da Infância e Juventude pertencentes às comarcas prioritárias para instalação das salas de depoimento especial, conforme Provimento da CGJ, tendo sido capacitadas 70 (setenta) pessoas.

- Curso “O processo de apuração de atos infracionais: desafios por uma maior efetividade dos princípios socioeducativos”, ocorrido no

período de 16 de outubro a 21 de novembro de 2023. Modalidade à distância com tutoria e aula remota ministrada pelos juízes de direito integrantes da Coordenadoria da Infância e da Juventude, Dr. José Honório de Rezende, Dr. José Roberto Poiani e Dr. Afrânio José Fonseca Nardy. Público atendido: magistrados do TJMG, almejando o aprimoramento da atuação na área infracional, dando concretude aos princípios norteadores do sistema socioeducativo e potencializando seu caráter pedagógico e sua efetividade.

- "Semana da Criança e do Adolescente no Judiciário", realizada entre 07 e 16 de outubro de 2023, com realização de atividades buscando o engajamento das comarcas do Estado a fim de que voltassem suas ações às demandas da Infância e Juventude. O projeto, em parceria com o Comissariado da Comarca de Cataguases, foi implementado para centralizar boas práticas, eventos e ações em diversas áreas.

- "Programa Jovens Parceiros", tendo como público atendido adolescentes e jovens de 14 a 24 anos de idade em situação de vulnerabilidade social, almejando a qualificação prática profissional do aprendiz e o desenvolvimento ético e moral, igualmente necessários para a colocação no mercado de trabalho e na vida em sociedade. Resultados alcançados: inserção no programa de 208 (duzentos e oito) adolescentes em 14 (quatorze) comarcas.

- "Expresso COINJ", projeto com o objetivo de permitir o acesso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional a eventos culturais, recreativos e esportivos, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Resultados alcançados: atendimento a 91 (noventa e um) crianças e adolescentes.

- "Projeto Apadrinhe", que busca a promoção de laços de afeto entre a sociedade e crianças/adolescentes que vivem em acolhimento institucional ou familiar, com esperança de reinserção familiar ou de adoção, para que se desenvolvam de forma saudável, com amor, consciência e cidadania. Resultados alcançados: apadrinhamento afetivo: 166 (cento e sessenta e seis) crianças/adolescentes; apadrinhamento prestador de serviços: 291 (duzentos e noventa e um) crianças/adolescentes; apadrinhamento provedor: 149 (cento e quarenta e nove) crianças/adolescentes.

- "Programa Flor de Sino" para implantação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas, conforme determina a Resolução CNJ nº 253/2018, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais. O espaço físico destinado ao funcionamento do centro foi reformado e inaugurado em abril de 2023.

- "Programa Adoção em Pauta", instituído por meio da Portaria Conjunta nº 1.459/PR/2023, para atendimento a criança e adolescentes em processo de adoção e/ou de destituição do poder familiar, engloba a realização de audiências e agilização de processos de adoção e destituição do poder familiar, no âmbito das Varas com competência em Infância e Juventude.

- Campanha sobre orientações de viagens nacionais e internacionais de crianças e adolescentes, desenvolvida conjuntamente com a UAILab e com a DIRCOM, produziu material para orientação, mediante cartilha virtual e cartazes expostos em rodoviárias e aeroportos, sobre a autorização de viagens nacionais e internacionais.

- Entregas de salas de depoimento especial, em atenção à Lei Federal nº 13.431/2017 e à Portaria Conjunta TJMG nº 823/PR/2019. Trabalho multissetorial, com apoio da DEPLAG, DIRSEP, e DENGEP, resultando na instalação de 150 (cento e cinquenta) salas.

- Formação de Grupo de Trabalho com objetivo de promover estudos, traçar estratégias e planos de trabalho para atendimento das demandas relativas ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, em atenção à Portaria CNJ nº 83, de 16/12/2021. Resultados alcançados: criação de painel de "perguntas frequentes" no sítio eletrônico do TJMG, criação de tutoriais instrutivos sobre o SNA, bem como atualização das Instruções Padrão de Trabalho que tratam do manuseio do sistema.

- Campanha "Programa Entrega Legal", com orientações sobre o acolhimento das mulheres gestantes que desejam entregar o filho para adoção, mediante elaboração e distribuição de 10.000 (dez mil) exemplares de cartazes, cartilhas e folders com instruções sobre os procedimentos do programa.

- Cartilha "Turminha da Justiça: ouvindo a criança e o adolescente ", que orienta sobre a prática do depoimento especial e tem por objetivo preparar a vítima ou testemunha de violência para o ato da escuta protegida.

DEARHU – Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos

A DEARHU atua diretamente em duas iniciativas inseridas no planejamento estratégico institucional. Uma delas é a "Modernização dos Sistemas Administrativos de Recursos Humanos", cujo objetivo é aprimorar e modernizar os sistemas administrativos de recursos humanos. Destacam-se em 2023 as seguintes entregas:

- Adequação do RH ao eSocial (Fases 1 e 2);
- Adequação da Folha de Pagamento ao eSocial (Fase 3);
- Unificação dos quadros de pessoal (Lei 23.478);
- Prontuário Eletrônico de Saúde (Aquisição);
- Adequação do RH ao eSocial (Fase 4);
- Sistema de Cadastro e Processamento de Plantão Administrativo;
- Lei 24.263 - Data base, tabela transitória e opção de jornada;
- Banco de Horas de Magistrados - Núcleo 4.0 (Vocalato);
- Alteração de raça/cor (Portal RH);
- Consulta saldo Artigo 95 – Portal RH e Demonstrativos (CADEX);
- Adequação do Plantão Administrativo;
- Averbação de ADE;
- Unificação do Portal RH;
- Controle de vagas por setor considerando a lotação de referência (Res. CNJ 219);
- Consulta Retroativa Auxílio-Creche;
- Adequação do Sistema de Remoção;
- Adequação do Banco de Horas de Magistrados.

Importa ressaltar que, em 07/12/2023, foi disponibilizado, no Portal RH, o novo sistema de administração de plantões, referenciado na Resolução TJMG nº 966/2021, que estabelece os critérios para a realização do plantão de habeas corpus e medidas urgentes – HCMU, e na Portaria Conjunta nº 8/PR-TJMG/2018, que regulamenta o funcionamento do plantão de medidas urgentes relativas ao Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU.

A segunda iniciativa estratégica está associada à temática de saúde, sob gestão da Gerência de Saúde no Trabalho: "Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho".

Cumpre registrar que a Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho – COVIT/GERSAT teve, em 2023, mais uma de suas iniciativas contempladas junto à Agenda 2030, qual seja, "Descarte Consciente de Medicamentos", Nesse sentido, a COVIT recebeu, por meio da

UAILab, o certificado de reconhecimento à iniciativa.

Relativamente às ações desenvolvidas na área de saúde, estão em relevo:

- Ginástica Laboral, yoga e mindfulness, por meio de videoaulas disponibilizadas na Rede TJMG. Em média, registra-se cerca de 900 (novecentos) acessos/mês.

- Avaliação ergonômica de postos e setores de trabalho – 241 (duzentos e quarenta e um) postos de trabalho avaliados (Capital e interior) e 08 (oito) avaliações ambientais em edificações.

- Atenção em Saúde Bucal – no período, foram realizados 3.859 (três mil oitocentos e cinquenta e nove) atendimentos.

- Atendimento psicossocial – 1.009 (mil e nove) atendimentos, realizados por demanda individualizada nas modalidades presencial e virtual.

- Conscientização, informação e motivação sobre o cuidado com a saúde e bem- estar – realizadas as campanhas Janeiro Branco, Fevereiro Laranja, Março Lilás, Abril Marrom, Julho Verde, Agosto Azul/Vermelho, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Laranja, além da campanha Nacional da Saúde Bucal.

- Campanha de vacinação – no período de abril a julho, foram realizadas 1.490 (mil quatrocentas e noventa) imunizações contra influenza e Herpes Zoster.

- Exame Periódico de Saúde – no período, foram realizados 3.055 (três mil e cinquenta e cinco) atendimentos.

Destaca-se, adicionalmente, a implementação da ação de "Conscientização da Síndrome de Envelhecimento Precoce Bucal (SEPB)", mais uma iniciativa de incentivo ao autocuidado nas comunidades judiciárias.

DENGEP – Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial

Além da atuação diretamente relacionada ao Plano de Aceleração de Obras do TJMG, conforme relatado na análise da execução física e orçamentária da ação orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, a DENGEP desenvolveu, ao longo do ano de 2023, diversas ações, cujas principais estão aqui listadas.

- Ajuste do relé de proteção secundário nas subestações de energia elétrica que operam em média tensão – tem como objetivo a economia de energia elétrica, bem como a segurança das subestações nas edificações que operam em média tensão. Vistoriadas, em 2023, 12 (doze) edificações e solicitada as devidas adequações às concessionárias de energia local. A redução efetiva no custo será conhecida em 2024, com estimativa de economia mensal de R$ 41.446,53 (quarenta e um mil quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

- Estudo para digitalização da telefonia fixa – em função da descontinuidade de telefonia fixa analógica, iniciou-se o Estudo Técnico Preliminar para a migração da telefonia fixa do Tribunal. O projeto está em consonância com a modalidade de teletrabalho, com os projetos de Sistema Colaborativo da DIRFOR e com a "Plataforma Multicanal de Comunicação Integrada" da NUGEPRO.

- Mercado livre de energia – Visa à economia de, no mínimo, 15% nos custos com energia elétrica nas edificações que operam em média tensão. Trata-se de aquisição de energia elétrica incentivada no Ambiente de Contratação Livre, onde é possível a obtenção de melhores preços e energia renovável, limpa e de baixo impacto ambiental. Em fase de licitação.

- Instalação de novas varas – realizadas adequações para viabilizar a instalação de 06 (seis) unidades judiciárias: Juiz de Fora; Peçanha; Ipatinga; Taiobeiras; Governador Valadares; Belo Horizonte (Vara da Infância).

- Plano de manutenção predial – realização de intervenções pontuais com o objetivo de conservar ou recuperar a capacidade funcional das edificações utilizadas pelo Tribunal e de aprimorar as condições de trabalho e de segurança. A manutenção preventiva reduz, nos médio e longo prazos, os custos com obras de reforma e de manutenções corretivas.

- Plano de substituição de elevadores de acessibilidade – tipo hidráulico – fóruns contemplados: Bambuí; Brasília de Minas; Cabo Verde; Jaboticatubas; Piranga; Prados; Santo Antônio do Monte.

- Plano de adaptações de layout – intervenções realizadas a partir de demandas das comarcas, de setores ou ainda em função de identificação da necessidade pela DENGEP. Durante o ano em análise, 329 (trezentos e vinte e nove) adaptações concluídas e 3.301 (três mil trezentos e um) pontos lógicos e elétricos instalados.

- Plano de acessibilidade – obras de acessibilidade concluídas na Unidade Francisco Sales (Belo Horizonte) e em execução na Unidade Rua Curitiba – JESP (Belo Horizonte) e Fórum de Ouro Branco.

- Plano de instalação de aparelhos de ar condicionado – 207 (duzentos e sete) aparelhos condicionadores de ar instalados em comarcas do interior.

- Plano de segurança predial – equipamentos de segurança instalados: CFTV (comarcas do interior): 363 (trezentas e sessenta e três) câmeras internas, 235 (duzentas e trinta e cinco) câmeras externas, 40 DVRs; 46 (quarenta e seis) portais detectores de metal instalados.

- Plano de regularização de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) – ao todo, houve emissão de AVCB para 96 (noventa e seis) edificações próprias, locadas ou cedidas.

- Salas de depoimento especial – a criação das salas tem como objetivo oferecer espaço acolhedor para crianças e adolescentes vítimas de violência, com o intuito de prevenir traumas, incluindo o processo de revitimização. 150 (cento e cinquenta) instalações concluídas em 2023.

DIRCOM – Diretoria Executiva de Comunicação

A Diretoria Executiva de Comunicação – DIRCOM atuou, ao longo de 2023, no apoio e divulgação de projetos e ações que buscaram aproximar o judiciário mineiro da sociedade.

Realizadas 112 (cento e doze) campanhas de comunicação, produzidas 3.792 (três mil setecentos e noventa e duas) peças gráficas virtuais e impressas, além de 15 (quinze) identidades visuais e 48 (quarenta e oito) diagramações de publicações, efetuadas 657 (seiscentas e cinquenta e sete) atividades de Cerimonial.

Aquisição de equipamentos profissionais para ampliar e assegurar a funcionalidade, atendendo aos novos formatos de gravação de programas em Estúdio de TV e Rádio no Edifício Sede do TJMG, o que possibilitou também a realização de produções externas com tecnologia avançada e de excelente qualidade.

- TV TJ Minas – a programação conta com 11 (onze) programas: Justiça em Questão, Interlocução, Destaques da Semana, Em Estúdio,

Em Pauta, Em Tempo, Entrevista, Histórias de Vida, Interlocução, Justiça em Questão e Notável. Em 2023, foram gravados 15 programas extras relativos aos 150 (cento e cinquenta) anos do TJMG, com personalidades do mundo jurídico.

- Rádio TJ Minas – conta com programação 24 horas, com quatro programas diários (ao vivo) e um semanal (gravado). Apresenta informações sobre o Judiciário estadual e nacional, com entrevistas, boletins, informes e reportagens.

- Portal do TJMG – publicadas 1.320 (mil trezentas e vinte) notícias sobre projetos, ações e iniciativas estratégicas, entre outros temas. Também foram intensificadas as divulgações de notícias sobre decisões e acórdãos, a fim de dar visibilidade e transparência ao trabalho do judiciário.

- Fortalecimento de meios digitais para campanhas institucionais, com redução de material publicitário impresso, por meio da realização de campanhas de sensibilização para a consulta do ambiente digital institucional, priorizando a Rede TJMG e o *WhatsApp*.

- Aprimoramento da atuação em situações de crise, com elaboração de checklist e plano de ação, bem como capacitação da equipe.

- Aperfeiçoamento da atuação institucional nas redes sociais, aprimorando a produção de conteúdo, criação de novos quadros, melhor produção gráfica e audiovisual, incorporação ao LinkedIn de conteúdos voltados para inovação, tecnologia e responsabilidade socioambiental.

DIRFIN – Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária

Seguem arroladas as ações e projetos de destaque desenvolvidos pela DIRFIN no ano de 2023.

- Novo Sistema de Arrecadação do TJMG – priorizado no Planejamento Estratégico do TJMG – 2021/2026, inciativa estratégica "55. Implantação do Novo Sistema de Arrecadação de Receitas do TJMG", o projeto tem por objetivo principal a evolução das soluções tecnológicas destinadas à arrecadação das receitas do TJMG, englobando a modernização dos controles e dos processos de trabalho, proporcionando melhor atendimento aos usuários externos, principalmente no âmbito do judicial, como também redução de custos com tarifas bancárias. Ademais, sua efetivação representa a unificação do documento de arrecadação de receitas, sejam elas originárias do Judicial, do Extrajudicial ou das áreas Administrativas. Atividades concluídas e em andamento: organização de dados disponibilizados pelos sistemas do TJMG, a fim de melhor conhecer a estrutura interna de arrecadação; destaca-se também a elaboração dos atuais fluxos do lançamento das receitas do Judicial, do Extrajudicial e do Administrativo, bem como o trabalho com técnicos da informática e especialistas da 1ª e 2ª instâncias para definição de regras de lançamento das receitas judiciais. Quanto à formatação do Novo Sistema de Arrecadação, foram definidos requisitos de negócio, assim como foram elaborados, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Mapa de Gestão de Riscos relativos a eventual contratação de serviços.

- Gestão de Créditos do TJMG – o projeto contempla um conjunto de iniciativas que envolvem práticas de planejamento, execução e controle, em consonância com as diretrizes do Comitê Estratégico de Gestão Institucional. A inciativa estratégica "56 – Implantação da Gestão dos Créditos" compõe o Planejamento Estratégico do TJMG 2021/2026. Atividades concluídas e em andamento: mapeamento dos créditos do TJMG, tanto em relação aos processos de trabalho, quanto às regras legais e normativas a serem observadas, com vistas ao aprimoramento da gestão, incluindo revisão de metodologias, estabelecimento de padronização e de novos fluxos de trabalho e consolidação das orientações normativas. Destaca-se também o trabalho que vem sendo realizado por meio de acordo de cooperação firmado entre o TJMG e a AGE/MG para o levantamento de informações relativas a créditos não tributários do TJMG, inscritos ou não em Dívida Ativa. Outra relevante frente de atuação encontra-se na identificação de créditos quitados pelo devedor de maneira indevida e que por essa razão não foram recolhidos ao TJMG. Esta identificação resulta no trabalho de reversão desses valores ao Tribunal e no aprimoramento dos códigos de receita a serem usados para recolhimentos por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE.

- SIDEJUD – Sistema de Depósitos Judiciais – em desenvolvimento, tem por objetivo a gestão centralizada e autônoma dos depósitos judiciais à disposição do Poder Judiciário. Em dezembro de 2023, foi entregue a primeira etapa do desenvolvimento do sistema, que consiste na Entrada, no Processamento e na Saída de valores de depósitos judiciais, ou seja, a base de todo o sistema. Essa primeira etapa abarca uma série de importantes e essenciais funcionalidades, apontadas como principais funções da aplicação, entre as quais, o pagamento de depósitos judiciais, que poderá ser feito via guia/boleto bancário, ambos com a opção por meio de PIX. O Processamento consiste na movimentação e remuneração dos depósitos judiciais e a Saída compreende a expedição de um alvará judicial, para pagamento ao beneficiário. A comunicação entre o SIDEJUD e as instituições financeiras será feita pela aplicação Transação Bancária, ferramenta desenvolvida em paralelo ao sistema de depósitos judiciais. Este sistema foi pensado para atender diferentes 'sistemas acionadores' de um Tribunal e não somente o SIDEJUD, dentro da PDPJ/CNJ.

- SCDP – Sistema de Concessão de Diárias, Despesas de Transporte e Passagens Aéreas – projeto em desenvolvimento junto à SEPLAG/MG e PRODEMGE, tendo em vista ser esta ferramenta utilizada pelo Executivo Estadual, visa aprimorar a gestão das diárias de viagem, das despesas de transporte e das passagens aéreas. Foram desenvolvidas algumas funcionalidades específicas para o TJMG, permitindo a inclusão de outras despesas no SCDP, como o processamento das diárias concedidas aos colaboradores militares e as despesas de transporte. Foram realizadas as homologações das etapas de implantação do sistema, prevista para conclusão em janeiro e entrada em produção em março de 2024.

- Gerenciamento das Contribuições Previdenciárias via Implantação do eSocial e do EFD REINF – projeto iniciado em 2018 e finalizado no ano de 2023. Nesse sentido, importa mencionar que a GEFIN/DIRFIN, em colaboração com a DIRFOR e outras áreas, vem acompanhando a implementação do Sistema de Trabalhadores sem Vínculo Empregatício – SISTSVE, do Ambiente eSocial TJMG, assim como as adaptações do Sistema de Projeção e Execução Orçamentária – SISORÇA para envio de informações de contribuições previdenciárias retidas de pessoas jurídicas que prestam serviços para o TJMG. Durante o período de 2023 foram gerados e enviados mais de 864.870 (oitocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta) eventos nessas plataformas.

- Excelência na Governança Financeira – de forma segura e alinhada à legislação aplicada ao setor público, a estratégia ativa utilizada como instrumento de acompanhamento e direcionamento das carteiras dos fundos de investimentos, garantiu acréscimo de aproximadamente 6% de rendimentos financeiros para o TJMG, isso em comparação com a metodologia anteriormente utilizada.

DIRFOR – Diretoria Executiva de Informática

Seguem as ações e projetos desenvolvidos pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR durante o exercício de 2023.

- Implantação de 02 (dois) links de internet para atendimento do Edifício Sede, em atendimento à Resolução CNJ nº 211/2015 – Secção III – do Nivelamento Tecnológico – Art. 24, Item VI.

- Disponibilização de infraestrutura computacional decorrente da transferência de 23 (vinte e três) Cartórios do Edifício Sede para o Edifício Mário Pires (Unidade Milton Campos), em atendimento à Portaria Conjunta nº 1.496/PR/2023.

- Disponibilização de infraestrutura computacional para Mutirão do Tribunal do Júri, fases 1 e 2, referente a julgamento de processos

paralisados do 1º e 2º Tribunais do Júri da Comarca de Belo Horizonte.

- Substituição dos equipamentos dos Plenários e Auditório do Edifício Sede, aprimorando as condições de trabalho e contribuindo para aumento da eficiência e produtividade.

- Substituição de desktop por notebook, almejando proporcionar melhores condições de trabalho para os setores administrativos.

- Instalação de infraestrutura e novos equipamentos nos Plenários, possibilitando a realização de sessões presenciais, remotas e híbridas.

- Migração do Módulo de Salas Passivas Desktop para Web SISPAE/SISAVI, contemplando a necessidade de centralização e otimização da gestão de salas passivas.

- Integração ao peticionamento no JPe (Processo Eletrônico da 2ª Instância) por MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), permitindo que usuários externos (órgãos públicos e privados) utilizem o JPE sem a necessidade de acessar a aplicação.

- Envio e Retorno de Peças Processuais para o STF via MNI, em atendimento à Resolução STF nº 693, de 17 de Julho de 2020, resultando em padronização e integração de sistemas judiciais, com maior segurança jurídica e agilidade nas comunicações.

- Contratação de infraestrutura em nuvem para datacenter (centro de processamento de dados) e para Sistemas Judiciais Eletrônicos.

- Contratação de equipamentos para a ampliação do Wi-Fi (*wireless fidelity*) em Juizados, Varas Criminais e CEJUSCs, em função da necessidade de adequação das estruturas de rede das comarcas do Estado para execução do projeto de expansão do PJe.

- Automatização dos processos de lançamento de viagens (GECON/DIRFIN), bem como do fluxo de pagamento (GEFIN/DIRFIN), por meio da implementação de mecanismos que propiciem automatização robótica de processos de lançamento de viagens, visando celeridade e modernização dos processos de trabalho.

- Automação da transferência de processos entre unidades no SEI.

- Implantação de kits biométricos para identificação de pessoas privadas de liberdade para atendimento ao Programa "Justiça Presente", iniciativa do CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o Departamento Penitenciário Nacional, propiciando identificação rápida e segura dos indivíduos, facilitando o acesso a serviços e oportunidades e contribuindo para a redução da reincidência criminal e, por conseguinte, para o aumento da segurança pública.

- Distribuição de notebooks aos magistrados.

DIRSEP - Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Registradas aqui as principais atividades executadas pela DIRSEP no decorrer do ano de 2023.

- Economia obtida nos procedimentos licitatórios – dos recursos previstos para as licitações homologadas no ano em análise, montante de R$888.065.974,89 (oitocentos e oitenta e oito milhões sessenta e cinco mil novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), foi economizado o expressivo valor de R$156.704.327,68 (cento e cinquenta e seis milhões setecentos e quatro mil trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), o que representa 18% do valor estimado nos orçamentos de referência dos procedimentos licitatórios, conforme dados abaixo:

TOTAL DE LICITAÇÕES HOMOLOGADAS EM 2023	**204**
TOTAL DE LOTES HOMOLOGADO EM 2023	**411**
TOTAL DA DISPONIBILIDADE EM 2023	**R$ 888.065.974,89 (*)**
TOTAL GERAL HOMOLOGADO EM 2023	**R$ 731.361.347,21 (*)**
TOTAL GERAL DA ECONOMIA EM 2023 (Valor da disponibilidade - Valor Homologado)	**R$ 156.704.627,68 (*)**
PERCENTUAL DE ECONOMIA CONSIDERADO SOBRE VALOR DA DISPONIBILIDADE EM 2023	**18%**

Obs.: Não entraram na base de cálculo as licitações anuladas, revogada ou desistidas pelas áreas demandantes

- Celeridade nas tramitações dos pregões eletrônicos em suas fases externas – parâmetros: 50 (cinquenta) dias corridos para as fases externas dos pregões, 60 (sessenta) dias corridos para as tomadas de preços e 105 (cento e cinco) dias corridos para as concorrências. Resultados obtidos:

Modalidade Licitatória	Quantidade de Processos Homologados em 2023	Média da Tramitação da Fase Externa do TJMG	Meta do CNJ	Resultado
Pregão Eletrônico	153 editais totalizando 363 lotes	36 dias corridos	50	**28% MELHOR QUE A META**
Tomada de Preços	23 editais totalizando 23 lotes	44 dias corridos	60	**27% MELHOR QUE A META**
Concorrência	25 editais totalizando 25 lotes	82 dias corridos	105	**22% MELHOR QUE A META**

- Realização da primeira licitação na modalidade especial prevista pela Lei Complementar nº 182/2021 – Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador – projeto da DIRSEP em parceria com a NUTEC e DIRFOR. Resultados obtidos: Publicado, em 16 de fevereiro, edital licitatório nº 28/2023, para contratação de startups com base na Lei Complementar nº 182/2021, cujo objeto é o desenvolvimento para demonstração em ambiente real de aplicação (Prova de Conceito – PoC) de soluções inovadoras com potencial para atender o desafio de oferecer, em locais de fácil acesso, informação qualificada ao público externo, por meio de linguagem simplificada e de forma atualizada e imediata, sobre os serviços da Justiça, tais como pautas de audiência, locais de comparecimento, atendimento e andamento processuais – Comarca de Belo Horizonte; no mês de setembro, foram formalizados os Contratos 316/2023 e 317/2023 com as empresas Ivijur Apoio Administrativo Ltda. e Theriontec Sistemas Inovadores Ltda. – ME (Maxbot), respectivamente.

- Implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP do Poder Executivo Estadual/MG – implantação de plataforma para otimização e virtualização dos procedimentos e controles das diárias concedidas e passagens aéreas adquiridas. Projeto da DIRSEP em parceria com DIRFIN e DIRFOR. Estágio atual: execução contratual pela PRODEMGE/MG com previsão de finalização e implantação do sistema no primeiro semestre de 2024.

- Negociações dos valores dos contratos do TJMG – apurados os seguintes resultados:

Síntese da Economia obtida nas negociações realizadas no período (01.01.2023 a 31.12.2023)	
Quantidade Total de processos recebidos no período (Termos Aditivos e Termos de Apostilamento, incluídas todas as atividades realizadas no setor)	614
Quantidade de processos recebidos no período, passíveis de negociação de valor	304
Economia obtida em até 12 meses	R$ 591.352,80
Valor Total da Economia obtida nas negociações considerando o total de meses até o término dos contratos	R$1.119.422,04

- Formação de grupo de trabalho e estudos para as adaptações do Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos celebrados pelo TJMG à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com entrega do trabalho realizado à Presidência, em 29/05/2023.

- Formalização e publicação de 1.600 (um mil e seiscentos) termos de diversas demandas, projetos e ações do TJMG, sendo 1.230 (um mil duzentos e trinta) contratos e seus respectivos termos (aditivos, de apostilamentos e rescisões, doações, ajustes de contas) e 370 (trezentos e setenta) convênios e seus respectivos termos (aditivos, apostilamentos e rescisões).

- Alteração da ocupação de Assistente Administrativo para Assistente de Apoio aos Gestores de Unidades Judiciárias com lotação nos CEJUSCs – capital e interior.

- Implantação de contrato com o Instituto Mano Down, para contratação de profissionais com deficiência intelectual na Capital.

- Férias dos colaboradores terceirizados durante o recesso administrativo 2023/2024 – economia estimada de R$33.173.766,51 (trinta e três milhões cento e setecentos três mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos), valor esse que deixou de ser gasto com pagamento de substituições de colaboradores.

- Gestão contratual – decotes de insumos, por meio de ações de controle de estoque, remanejamento de materiais diversos, possibilitando, durante o ano de 2023, economia de R$1.172.322,72 (um milhão cento e setenta e dois mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos).

- Alocação de mulheres na supervisão de vigilância, visando à naturalização da figura feminina nos espaços de poder.

- Inscrição do Projeto "Instrumentos de Monitoramento de Gestão das Contratações (IMGC)" na 20ª edição do Prêmio Innovare – o projeto tem por objetivo auxiliar a Administração do Tribunal na gestão de contratos administrativos institucionais ao estabelecer mecanismos de monitoramento das contratações, em cumprimento à Resolução CNJ nº 347/2020 e à Lei Federal nº 14.133/2021. A metodologia baseia- se em aspectos específicos para a análise das contratações, denominadas dimensões de análise: Sustentabilidade, Proteção de Dados, Reputação do Tribunal, Orçamentário e Financeiro, Estratégico–Operacional e Segurança Institucional.

- Adoção de procedimentos para automação dos artefatos relacionados ao processo de contratação, dentre eles termos de referência, minutas de editais, de contrato, convênios, acordos e seus aditivos, com utilização do banco de dados de cláusulas padronizadas pela assessoria jurídica. Viabilidade de implementação ratificada pela DIRFOR e pelo Núcleo de Robótica e Automação – NUBOT, mediante a ampliação do escopo inicial para acréscimo de requisitos ao Projeto "Aurora - Automação para Realização de Artefatos do Negócio", registrado na citada diretoria.

- Adoção de medidas com vistas à implantação do Plano de Contratações Anual – PCA, em cumprimento ao que dispõe a Resolução CNJ 347/2020. O projeto está em fase de regulamentação interna, com o apoio do NUTEC, DIRFOR e DENGEP. Foi elaborada cartilha com orientações aos gestores para o preenchimento da ferramenta.

- Capacitação de cerca de 320 (trezentos e vinte) pessoas, dentre gestores, servidores e colaboradores nos temas do PCA, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência e IMGC, à luz da nova Lei Federal nº 14.133/2021.

GMF/MG – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo

São evidenciadas abaixo as iniciativas e ações planejadas e executadas pelo GMF/MG, ao longo do ano de 2023.

- Acompanhamento da instalação de kits de coleta de dados biométricos e biográficos em unidades judiciárias, com o objetivo de assegurar às pessoas privadas de liberdade a emissão de documentos necessários ao exercício da cidadania e ao acesso às políticas públicas. A Ação de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais ocorreu na comarca de Belo Horizonte entre os dias 06 e 10 de fevereiro. Nesse período, equipe do Programa Fazendo Justiça do CNJ prestou os esclarecimentos necessários aos diversos órgãos para a efetivação do aludido projeto. O GMF/MG participou de diversas reuniões do evento e prestou o apoio necessário. Ademais, ficou responsável pela fiscalização e acompanhamento do projeto.

- No ano de 2023, o GMF/MG elaborou minutas de atos normativos sobre o sistema prisional e socioeducativo visando regulamentar, em âmbito estadual, questões afetas ao exercício da atividade jurisdicional criminal, de execução penal e socioeducativa. Nesse sentido, foram editados: Portaria Conjunta nº 1485/PR/2023, que estabelece e regulamenta o fluxo de recebimento, processamento e monitoramento de notícias de tortura ou de maus-tratos, oriundas de estabelecimentos de privação de liberdade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências, e o Provimento Conjunto nº 125/2023, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para a realização de audiências concentradas no sistema socioeducativo, visando reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade no Estado de Minas Gerais.

- O Grupo, no cumprimento de suas atribuições, realizou diversas inspeções com vistas a verificar as condições de cumprimento das medidas socioeducativas de meio fechado e semiliberdade. Foram realizadas inspeções nas seguintes unidades: Casa de Semiliberdade Uberaba (19/01), Centro Socioeducativo Uberaba (19/01), APAC Juvenil de Frutal (20/01), Centro Socioeducativo Divinópolis (15/02), Centro Socioeducativo Sete Lagoas (09/03), Centro de Internação Provisória de Sete Lagoas (09/03), Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves (10/03), Casa de Semiliberdade de Patrocínio (16/03), Casa de Semiliberdade Uberlândia (04/05), Centro Socioeducativo de Uberlândia (04/05), Centro Socioeducativo São Jerônimo (11/05), Centro de Internação Provisória Dom Bosco (11/05), Casa de semiliberdade de Patos de Minas (23/08), Centro Socioeducativo Montes Claros (25/08), Centro Socioeducativo Juiz de Fora (22/09), Casa de Semiliberdade Bethânia Juiz de Fora (22/09) e Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus (22/09).

- Inspeções em unidades prisionais. Realizadas nas seguintes unidades (todas no ano de 2023): Penitenciária José Maria Alkimin (02/03), Presídio Inspetor José Martinho Drumond (02/03), Centro de Apoio Médico Pericial de Ribeirão das Neves (CAMP) (02/03), Centro de Ressocialização e Pré Soltura José Abranches Gonçalves (02/03), Penitenciária Professor Jason Albergaria (27/04), Penitenciária Nelson Hungria (08/05), Presídio Regional de Montes Claros (31/05), Presídio Alvorada de Montes Claros (31/05), Centro de Remanejamento Provisório - Gameleira de Belo Horizonte (19/07), Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires (23/08), Penitenciária José Edson

Cavalieri (23/08), Presídio de Ribeirão das Neves I (Antônio Dutra Ladeira) (18/10), Complexo Público Privado de Ribeirão das Neves (18/10), Centro de Remanejamento Provisório da Gameleira de Belo Horizonte (19/10), Presídio de Ouro Preto (07/11), Presídio de Mariana (07/11) e Presídio de Ibirité (08/11).

- No dia 26/06/2023, foi publicado edital para seleção de projetos e cadastramento de entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, com finalidade social e para atividades de caráter essencial à cidadania do Estado de Minas Gerais para o recebimento de recursos provenientes de prestações pecuniárias, executadas no âmbito do Estado, referentes aos recursos existentes na conta regional de destinação de prestações pecuniárias (nos termos do art. 14-C, do Provimento Conjunto 27/2013). Em 13/12/2023, ocorreu a reunião da Comissão Deliberativa Especial onde foram destinados R$4.772.887,66 (quatro milhões setecentos e setenta e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) para 27 (vinte e sete) projetos.

- Realizado, no dia 11/08/2023, o curso "Audiências concentradas como recurso de integração da política socioeducativa", no auditório da Corregedoria-Geral de Justiça e na sede da EJEF, destinado a magistrados com competência em matéria de infância e juventude, defensores públicos e promotores de Justiça atuantes na infância e juventude das comarcas, que possuem unidade de atendimento socioeducativo em sua jurisdição, além de servidores da direção da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE), com o objetivo de debater sobre a preparação, execução e coordenação das audiências concentradas e elementos aplicados na metodologia.

- Grupo de trabalho para promover estudos sobre a situação do público LGBTQIAPN+, mulheres e pessoas migrantes que estão acautelados atualmente no Estado de Minas Gerais, instituído por meio da Portaria 6.198/PR/2023, que resultou em diversos encaminhamentos.

- Mutirão Processual Penal, instituído pela Portaria CNJ nº 170/2023, que estabeleceu procedimentos e diretrizes para a realização de mutirões processuais penais nos Tribunais de Justiça do país durante os meses de julho e agosto de 2023. No âmbito do TJMG, foi publicada a Portaria Conjunta nº 1.484/2023 por meio da qual foi instituída comissão de acompanhamento dos trabalhos do mutirão, que realizou trabalho de acompanhamento nas unidades judiciárias que possuem atribuições em matéria criminal e de execuções penais, para cumprimento do estabelecido no mutirão.

- Formulário de denúncias criado no "Canal Fale com o TJMG", elaborado em trabalho conjunto do GMF/MG com a SEGOVE e a DIRFOR, atinente às "Notícias de Tortura ou Maus-Tratos no Sistemas Prisional e Socioeducativo", com o objetivo de oferecer formato acessível para a realização de denúncias de fatos dessa natureza ocorridos nos locais de acautelamento estatal.

- Cooperação Judicial na Comarca de Francisco Sá, em situações específicas ligadas à execução penal e mediante autorização/designação da Presidência do TJMG. Ao final do ano de referência, foram alcançados os seguintes resultados:

MÊS	DECISÕES	DESPACHOS	AUDIÊNCIAS
JANEIRO	31	22	0
FEVEREIRO	58	44	0
MARÇO	84	77	2
ABRIL	54	31	2
MAIO	84	44	9
JUNHO	80	42	0
JULHO	89	71	6
AGOSTO	100	91	1
SETEMBRO	87	65	4
OUTUBRO	50	27	0
NOVEMBRO	72	48	0
DEZEMBRO	83	94	0
TOTAL	**872**	**656**	**24**

- Participação no Encontro Nacional dos GMFs e do Encontro Regional de Justiça Juvenil, promovidos em Brasília pelo CNJ, nos dias 13 e 14 de julho de 2023, reunindo magistrados de todo o país para a discussão de ações em andamento no campo penal e no campo socioeducativo, além de perspectivas para o futuro e de incidências e desafios sobre a privação de liberdade. O evento foi realizado sob a coordenação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF).

Juizados Especiais

Nesta seção são apresentados os principais projetos e ações afetos à Justiça Especial desenvolvidos em 2023, conforme informações prestadas pela Gerência de Suporte aos Juizados Especiais – GEJESP.

- Posto do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania no Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública de Belo Horizonte. Projeto desenvolvido em parceria da 3ª Vice-Presidência com o JESP de Belo Horizonte, cujo objetivo, em síntese, é o funcionamento, nas dependências do JESP Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte, de posto do CEJUSC. A ação baseia-se no Sistema Multiportas, visando fornecer às partes alternativas consensuais para a resolução das demandas. O acordo, caso obtido, é homologado pelo juiz coordenador do CEJUSC, com o apoio da estrutura dos juizados especiais. Por meio da Portaria Conjunta TJMG nº 1.514, de 14 de dezembro de 2023, a ação foi devidamente regulamentada no âmbito desta Casa, possibilitando que possa se expandir para outras comarcas. Resultados: Audiências realizadas até novembro de 2023: 404; Cemig: 81% de acordos realizados; Itaú: 78% de acordos realizados; Banco Mercantil do Brasil: 69% de acordos realizados.

- Cooperação na Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Itabira e na 2ª Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Montes Claros. Idealizada pela Juíza Coordenadora dos Juizados Especiais do Estado, Dra. Cláudia Luciene Silva Oliveira, após constatação de elevado número de processos pendentes de julgamentos nas turmas recursais em epígrafe. Nesse sentido, após autorização do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, foram designados juízes de direito interessados em cooperarem nos referidos colegiados pelo período de 03 (três) meses. Resultados: Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Itabira - (período: 15/03 a 15/06/2023): 398 (trezentos e noventa e oito) votos e 07 (sete) decisões, proferidos por 03 (três) cooperadores; 2ª Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Montes Claros - (período: 23/03 a 20/06/2023): 518 (quinhentos e dezoito) acórdãos e 15 (quinze) decisões e despachos, proferidos por 06 (seis) cooperadores.

- Prorrogação do Funcionamento da Turma Recursal Temporária do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares, em funcionamento na Comarca de Caratinga. Trata-se da publicação, em 13 de junho de 2023, da Portaria Conjunta n° 1.472/PR/2023, que prorroga o funcionamento da Turma Recursal Temporária da Comarca de Governador Valadares, com sede em Caratinga, para 22 de junho de 2024, tendo como objetivo acompanhar o processamento e o julgamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais, provenientes das Comarcas de Caratinga e de Inhapim, tendo em vista o acúmulo de processos nas Turmas Recursais do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares. Resultados: no período de janeiro a dezembro, foram distribuídos 1.273 (Hum mil duzentos e setenta e três) processos, proferidas 1.445 (hum mil, quatrocentos e quarenta e cinco) sentenças e 300 (trezentas) decisões no Colégio Recursal em comento.

- Prorrogação do Funcionamento da Turma Recursal Temporária da Comarca de Belo Horizonte. Trata-se da publicação, em 18 de julho de 2023, da Portaria Conjunta n° 1.481/PR/2023, que prorroga o funcionamento da Turma Recursal Temporária da Comarca de Belo Horizonte, Betim e Contagem para 03 de maio de 2025, com o intuito de mitigar o acúmulo de recursos existentes na Turma Recursal de Jurisdição Exclusiva de Belo Horizonte, Betim e Contagem, em razão do aumento do número de sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais das comarcas que compreendem o Grupo Jurisdicional em tela. Resultados: no período de agosto (início do funcionamento da nova composição) a dezembro de 2023, foram distribuídos 1.598 (hum mil quinhentos e noventa e oito) processos e julgados 915 (novecentos e quinze) no Colégio Recursal em comento.

- Apoio à AGIN na realização da 18ª Semana Nacional de Conciliação, entre os dias 06 a 10 de novembro de 2023. Trata-se de ação realizada pela Terceira-Vice-Presidência com apoio do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, no que diz respeito à divulgação, bem como recebimento e controle, por parte das Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais, do quantitativo de audiências agendadas. Resultados: Nessa edição, houve 7.132 (sete mil cento e trinta e dois) acordos homologados, percentual de 27,35%.

- 52º Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE. O TJMG, por meio da sua Egrégia Presidência, da EJEF, do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, bem como da Coordenação dos Juizados Especiais e desta Gerência, realizou, nos dias 29, 30 de novembro e 1º de dezembro de 2023, o 52º FONAJE, cujo objetivo foi possibilitar aos participantes o reconhecimento de desafios associados à judicialização da saúde, à gestão e inovação no âmbito dos juizados especiais, bem como na assimilação das suas consequências legais, jurisprudenciais, éticas e sociais, com o intuito de implementar estratégias inovadoras que visam enfrentar, de maneira eficiente, as demandas judiciais e assegurar, consequentemente, maior celeridade nos processos e aprimoramento da prestação jurisdicional. O evento contou com exposição de palestras, oficinas de inovação, bem como discussões e votações de enunciados previamente propostos. Também possibilitou a troca de informações e experiências entre Juízes de Direito atuantes nos Juizados Especiais de todo o país. Resultados: 313 participantes, sendo 142 magistrados do TJMG e 103 de outros Tribunais.

- Concessão de aumento no valor da remuneração dos atos referentes à atividade dos juízes leigos, com a publicação, no dia 13 de dezembro de 2023, da Portaria da Presidência nº 6.411, que promoveu a readequação dos valores dos atos homologados pagos aos juízes leigos que atuam no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado. Na oportunidade, foi autorizada a adoção do teto remuneratório a que se refere o §2º do art. 11 da Resolução do Órgão Especial, nº 792 de 2015, alusivo à carga horária de 08 (oito) horas para o PJ-42 do cargo de técnico judiciário, passando, por conseguinte, para o valor R$ 7.664,35 (sete mil, seiscentos de sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

- Atualização do Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Portaria Conjunta 1.515/PR/2023, que promoveu alterações na Portaria Conjunta 1.103/PR/2020, dentre as quais, a nova sistemática do plantão dos juízes de direito dos JESPs de Belo Horizonte, a definição das atribuições do Juiz Coordenador dos JESPs de Minas Gerais e as melhorias no procedimento de recomposição de Turmas Recursais do Estado.

- Concessão de estagiários no ano de 2023. Autorizadas 54 (cinquenta e quatro) vagas de estagiários de graduação para as Turmas Recursais do Estado.

- Concessão de juízes leigos para as Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais do Estado. No final do período em análise, estavam em atuação, nas Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais da Capital e do Interior, 159 (cento e cinquenta e nove) juízes leigos, sendo 13 (treze) deles no Programa Pontualidade. Resultados: 148.366 audiências realizadas; 133.407 projetos de sentença homologados.

- Gestão de Contratos – SADI – Suporte para atendimento direto ao cidadão. Por meio de acordos com empresas demandadas nos juizados especiais, almejando caminho alternativo para solução de conflitos de consumo e prevenção dos litígios judicializados. A ação decorre do disposto no art. 121 da Portaria Conjunta 1.103/PR/2020 (Código de Normas dos Juizados Especiais). Em 2023, no âmbito do SADI, foi formalizado o Acordo de Cooperação Técnica nº 109/2023 com a empresa Claro S.A., cujo início da execução ainda depende de alguns ajustes.

- Curso de Capacitação de Conciliadores do Sistema dos Juizados Especiais. Resultados: Foram disponibilizadas aos Juizados Especiais do Estado um total de 240 (duzentos e quarenta) vagas, distribuídas em 04 (quatro) turmas.

- Curso de Capacitação de Atermadores do Sistema dos Juizados Especiais. Duas turmas em 2023: Turma 10 – de 03/02 a 20/06, com 302 participantes e aprovação de 69,54% e Turma 11 – de 10/07 a 20/11, com 285 participantes e 200 aprovados.

- Acompanhamento dos resultados do Formulário de Pré-Atermação Online. Resultados: Total de formulários de pré-atermação recebidos: 24.476; Processos ajuizados a partir dos formulários de pré-atermação: 9.478; Total recebidos de formulários de peticionamento em processos em curso: 8.824.

Núcleo de Voluntariado

O Núcleo de Voluntariado do TJMG, instituído pela Portaria Conjunta nº 543/PR/2016, tem como finalidade contribuir para a consolidação da “Rede de Voluntariado” estadual, promover a disseminação da cultura do voluntariado no Poder Judiciário mineiro e coordenar as práticas de voluntariado institucionais.

No decorrer de 2023, foram realizadas as atividades relacionadas a seguir. Balanço das atividades do Núcleo de Voluntariado em 2023:

- Campanha para as vítimas das chuvas no Estado (janeiro a fevereiro) – recebidas doações em dinheiro (depósito bancário), roupas e alimentos.

- Entrega das doações recebidas na Campanha para as Vítimas das Chuvas no Estado (março) – contempladas quatro instituições: R$ 7.380,00 (sete mil e trezentos e oitenta reais) convertidos em 25 cartões-alimentação, os quais foram entregues ao Serviço Social Autônomo – SERVAS para distribuição às famílias atingidas pelas chuvas; 170 peças de roupas masculinas foram entregues ao Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua – INAPER; 709 peças de roupas foram entregues ao Abrigo Granja de Freitas; 439 peças foram entregues para as Irmãs Sacramentinas de Bérgamo.

- Apoio à CGJ na realização da Semana Nacional de Registro Civil (maio), por meio da realização de rodas de conversas em instituições, para ouvir as demandas relativas à documentação e divulgar o evento, bem como mediante disponibilização de veículo (van) para auxílio no transporte das pessoas em situação de vulnerabilidade social até o local do evento (UAI – Praça Sete).

- Entrega de doações feitas por Desembargador do TJMG (maio), consistentes em duas camas de solteiro seminovas e dois colchões e também brinquedos, roupas infantis e livros (390 pessoas atendidas).

- Ação de arte e cultura na Escola Guignard, Unidade Acadêmica de Artes da Universidade Estadual de Minas Gerais, com utilização de veículo próprio (van) para transporte de nove pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua – INAPER, para participação de aula experimental ministrada pelo professor Renato Madureira e de oficina “*A construção socioeducativa na perspectiva tridimensional”.*

- Lançamento da campanha de inverno "*Solidariedade aquece o frio e os corações"* para arrecadação de cobertores para pessoas em situação de rua. Ao todo foram doados 1443 cobertores e 484 peças de roupas.

- Inauguração da segunda obra de arte *"A Luz das Ruas"* referente ao Programa Caminhos, homenagem a Anita Gomes dos Santos, executada por onze pessoas em situação de rua, sob a coordenação dos artistas Gu Ferreira e Paulo César Aguiar. A belíssima escultura, aberta à visitação de todos, foi instalada em parte revitalizada do Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

- Realização de outra edição do Pedal Solidário (julho), resultando na arrecadação de 50 cestas básicas entregues ao Conselho Central de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo.

- Campanha do Dia das Crianças para recebimento de doações de brinquedos, roupas e livros infantis. O Núcleo de Voluntariado deu início a tradicional campanha de dia das crianças, recebendo doações de brinquedos, roupas e livros infantis, entregues para: Creche União; Acolhimento Samuel II; Lar Fraternidade Irmão Fábio; TJ Criança Abriga; Casa Filhos de Nazaré; Casa Copacabana; Casa dos Irmãos; Casa Esperança V; Casa Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus I; Creche das Rosinhas; Estrela Futebol Clube; Centro de Educação Infantil João Paulo II. A campanha contou com a participação do TRE/MG, TRF da 6ª Região, Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais – SERJUSMIG, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL e Shopping Ônix Mall e arrecadou 6.712 itens.

- No final de outubro, o Núcleo de Voluntariado recebeu da Receita Federal a doação de 14 tablets e 63 celulares, que foram sorteados entre os alunos de melhor frequência e desempenho acadêmico de quatro escolas públicas.

- Em 01/11, o Núcleo de Voluntariado deu início a campanha de alimentos " *Natal Solidário – Fórum Cível e Fazendário".*

- Em dezembro, o Núcleo de Voluntariado realizou a entrega dos presentes da campanha Papai Noel TJMG, em parceria com os Correios, às instituições Nutris (Núcleo de Trabalho de Integração Social), NAC (Núcleo de Arte e Cultura), TJ Criança Abriga e Escola Francisco Sales. Durante a campanha, foram "apadrinhadas" 893 Cartinhas.

- Programa Caminhos realiza, em dezembro, certificação profissional de 25 mulheres participantes do Programa Caminhos Fase II – Abraço e Apoio, realizado pelo CeMAIS em parceria com o MPMG, TJMG, Ministério Público do Trabalho e a Prefeitura de Belo Horizonte.

Balanço das Atividades do Comitê PopRua/Jus:

- Realização, no Dia Internacional da Mulher, do evento "Rua de Direitos", voltado, na ocasião, exclusivamente para as mulheres em situação de vulnerabilidade social. A ação aconteceu no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) e contabilizou mais de 320 atendimentos, fruto de parceria entre TRE/MG, MPMG, DPMG; Defensoria Pública da União; PCMG; INSS; Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL, Prefeitura de Belo Horizonte; PUC/MG; SENAC/MG e Serviço Social Autônomo – SERVAS, abrangendo serviços de emissão de documentos, regularização eleitoral, consultas jurídicas e previdenciárias. Também foram realizadas rodas de conversas sobre violência doméstica, reconhecimento de paternidade e alteração de registro civil; direito a voto e uma dinâmica com o curso de psicologia da PUC Minas.

- Realização de audiências públicas voltadas para pessoas em situações de rua, nos moldes do que dispõe a Resolução CNJ nº 425/2021: Belo Horizonte (março), presença de 87 pessoas; Ipatinga, incluídas as comarcas de Coronel Fabriciano, Timóteo e Governador Valadares (março), 172 presentes; Montes Claros (abril), 139 presentes; Juiz de Fora (maio), 61 presentes; Uberlândia (julho), 54 presentes; Região Metropolitana de Belo Horizonte (Fórum de Contagem), englobando Betim, Lagoa Santa, Ibirité, Vespasiano, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Esmeraldas (julho), 54 presentes.

- Assinatura de Protocolo de Intenções entre o TJMG, o TRE/MG, o TRT da 3ª Região e o TRF da 6ª Região – prevê que as instituições tenham equipes atuando como um fórum qualificado para a troca de saberes, tecnologia e projetos, com o objetivo de aperfeiçoar as ações voltadas às pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades. Nessa cerimônia, o Comitê PopRua/Jus apresentou o Projeto Redhes (Respeito, Dignidade Humana e Empatia ao Semelhante), que sistematiza os projetos e ações dirigidos às pessoas com trajetória de rua e às comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade, com seis frentes de atuação: facilitação documental; audiências públicas e mutirões; atendimento humanizado; egressos do sistema prisional; direitos indígenas e mulheres em situação de rua.

- Audiência Pública na Associação Mineira do Ministério Público de Minas Gerais para ouvir a população sobre a situação dos egressos prisionais e os entraves no uso de tornozeleiras eletrônicas, com presenças do TJMG, MPMG, DPMG, representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar, OAB/MG, executivo, legislativo, guarda municipal, universidades, instituições e equipamentos voltados para o atendimento das pessoas em situação de rua e egressas do sistema prisional.

- Realização do seminário "*Acesso à Justiça e os povos indígenas: perspectivas práticas e institucionais",* em parceria com a EJEF e o CEJUSC, que contou com a presença de desembargadores, juízes, defensores, promotores, procuradores e representantes de povos indígenas (abril).

- Realização, em abril, de Mutirão de Atendimentos nas Aldeias de Água Boa e Pradinho. Na ocasião, houve prestação de diversos serviços, como, por exemplo, regularização de união estável, rodas de conversas e eleições simuladas.

- Curso "*Atendimento humanizado no judiciário mineiro às pessoas em situação de rua".* O Comitê PopRua/Jus, em parceria com a EJEF, lançou o curso tendo como público-alvo as pessoas que atuam na linha de frente de atendimento ao público nas unidades do Tribunal em todo o estado. A primeira turma (maio) contou com 600 participantes. A segunda (agosto) teve a presença de 413 pessoas.

- Realização, em 27/10, do "1º Encontro Nacional de Comitês Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua", realizado no Salão do Tribunal Pleno do TJMG, com transmissão simultânea no Youtube. Ao todo foi registrada a presença de 376 pessoas.

- Realização do "Rua de Direitos 2023", em 28/10, no Centro de Referência das Juventudes e contou com a participação do TRE/MG, TRT – 3ª Região, TRF – 6ª Região, MPMG, Defensoria Pública da União, DPMG, Receita Federal, Polícia Civil, INSS, Ministério do Trabalho e Emprego, Recivil – Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais, PrEsp – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, Prefeitura de Belo Horizonte, Guarda Municipal de Belo Horizonte, Serviço Social Autônomo – SERVAS, SENAC, UFMG, PUC Minas, Faculdade Arnaldo, Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Faculdade Milton Campos, Newton Paiva, FUMEC, Instituto L´Óreal e Comunidade Renovada Santo Antônio de Pádua – CRESAP, sendo contabilizados 2.599 atendimentos e distribuídos 4.315 itens alimentícios e de higiene pessoal.

- Assinatura, em 26/12/2023, do Protocolo do Intenções nº 206/2023, formalizando parceria entre o TJMG e a Prefeitura de Belo Horizonte, com a finalidade de fomentar a autonomia econômica, por meio da qualificação socioprofissional e da inserção no mercado de trabalho, e garantir a inclusão produtiva de mulheres em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas e suas interseccionalidades.

NUTEC - Núcleo Técnico Especializado da Superintendência Administrativa

O NUTEC tem atuado no desenvolvimento de projetos estratégicos e estudos solicitados, que potencializam o Planejamento Estratégico e a implantação da Agenda 2030.

Os projetos atualmente se encontram distribuídos em 6 (seis) esteiras principais, a saber:

ITEM	ESTEIRA	OBJETO	SUBITEM	PROJETOS
1	Integridade	Projetos e ações atinentes ao Programa de Integridade do Tribunal e seus desdobramentos	1.1	Monitoramento do Programa de Integridade
			1.2	Política de Integridade das Contratações
			1.3	Cartilha de Integridade para licitantes e contratados
			1.4	Disseminação do Programa de Integridade
			1.5	Gestão de riscos nas áreas administrativas e Sistema Agatha
			1.6	Normativos da Gestão de Riscos
			1.7	Eventos e Capacitação sobre o Programa de Integridade
			1.8	Política de Conduta de Estagiários
			1.9	Política de Conduta para Assessores e Assistentes de Gabinetes
			1.10	Rede Mineira de Integridade
			1.11	Resolução TJMG nº 880 (PAR)
			1.12	Formulário de Análise de Perfil dos Contratados
			1.13	Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) do TCU
			1.14	Estudo e Implementação da Denúncia Anônima no Canal “Fale com o TJMG”
2	Startup	Projetos e ações atinentes à utilização do modal instituído pelo MLSEI – Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar nº 182/2021	2.1	Estudos de implantação
			2.2	Curva de aprendizado e criação de ambiente regulatório
			2.3	Ferramentas operacionais e processos de trabalho
			2.4	Atendimento Humanizado Fórum
			2.5	Estacionamento da sede
			2.6	Juizado Especial
			2.7	Monitoramento eletrônico na execução penal
			2.8	Projeto Restaurar (Violência Doméstica e Familiar)
			2.9	Divulgação e disseminação do mindset da inovação

Ouvidoria

No decorrer do ano de 2023, a Ouvidoria registrou 9.686 (nove mil, seiscentos e oitenta e seis) expedientes, média de 807 (oitocentas e sete) manifestações/mês, relacionadas à prestação de atendimento, análise e tratamento de pedidos de informação, especialmente os relativos à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), solicitações em geral, inclusive atinentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), além de elogios, críticas, denúncias, reclamações e sugestões.

Cumpre mencionar, nesse sentido, que a Ouvidoria se mantém conectada ao cidadão por intermédio do canal “Fale com o TJMG” e outros meios disponíveis, buscando promover a efetiva integração da sociedade ao Judiciário mineiro.

Seguem as principais ações desenvolvidas ao longo do período em análise:

- Instituição da Ouvidoria da Mulher no âmbito do TJMG com a edição da Resolução nº 1.047/2023, ação que contribui para o aprimoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com a promoção de canal especializado em tratar manifestações relacionadas à violência contra a mulher e fortalece o relacionamento institucional com a mulher vítima de violência doméstica e familiar, com o desenvolvimento de atividade de caráter informativo, educativo, propositivo e de orientação social, sem qualquer conotação correcional.

- Participação nas reuniões da Rede Mineira de Ouvidoria – Rede Ouvir, realizadas nos dias 9 de fevereiro, 19 de abril, 30 de agosto, 18 de outubro e 1º de dezembro de 2023, sendo esta última sediada no Auditório da CGJ. Ademais, na ação esteve presente a “Ouvidoria Itinerante”, promovida pela Rede Ouvir em 14 de junho de 2023. Importa frisar, a esse respeito, que o avanço do funcionamento de Ouvidorias mineiras em rede amplifica a governança na promoção da melhoria na prestação dos serviços, promove o intercâmbio institucional, além de prestar capacitação, por meio de palestras com temáticas como Integridade na Administração Pública, legislações aplicáveis às ouvidorias e questões sobre denúncias anônimas.

- O Ouvidor Adjunto representou o Presidente do TJMG no evento de designação da Ouvidora Nacional da Mulher do CNJ, Maria Helena Mallmann, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, em solenidade realizada em 31 de março de 2023, na sede do CNJ.

- Entre os dias 3 a 5 de maio de 2023, foi realizado, em São Luís, o 8º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD) e o 1º Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM). Representando o Presidente do TJMG, o Ouvidor explanou que "*a razão de ser do Poder Judiciário é entregar justiça ao jurisdicionado. Por isso, é fundamental que estejamos de portas abertas e sejamos acessíveis, mostrando-nos dispostos a escutar seus anseios e dores, buscando soluções para os impasses e falhas, numa perspectiva democrática e de aperfeiçoamento contínuo dos serviços jurisdicionais*".

- Entre 4 e 6 de outubro de 2023, na sede do TJRS, foi realizado o 9º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD). A Ouvidoria do TJMG foi representada pelo Ouvidor Adjunto, Desembargador Anacleto Rodrigues Filho, que ressaltou a importância do evento, tendo em vista a troca de experiências e boas práticas com Ouvidores de outros Tribunais. Foram debatidos diversos temas administrativos judiciais, inclusive com a presença do Desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, ex-Ouvidor do TJMG, que ministrou a palestra "Ouvidorias judiciais e a sociedade em rede: desafios e oportunidades".

- Participação da Ouvidoria, representada pelo Ouvidor Judicial, Desembargador Cássio de Souza Salomé, nos 32º, 33º e 34º Encontros de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça, realizados em 2023, respectivamente, em Montes Claros, nas datas de 29 a 31 de março, em Tiradentes, entre 19 e 21 de junho e, de 13 de setembro a 5 de outubro, em Santa Rita do Sapucaí.

- Participação da Ouvidoria na edição, de 28 de outubro de 2023, do "Rua de Direitos", com o intuito de divulgação dos serviços e contatos com o setor, tendo em vista a Resolução CNJ nº 425, de 08 de outubro de 2021.

- Participação da Ouvidoria no II Seminário Mineiro de Integridade, realizado nos dias 14 e 15 de setembro de 2023.

Ademais, há projetos em andamento, dentre os quais se destacam:

- Conclusão da revisão e atualização da norma interna em conformidade com os normativos concernentes a ouvidorias públicas, balizadas nas novas diretrizes da Resolução CNJ nº 432/2021.

- Criação do Canal de denúncia anônima.

- Padronização dos processos internos de trabalho, bem como reestruturação física.

PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário

Na sequência, estão destacadas ações desenvolvidas pelo PAI-PJ durante o ano de 2023.

- Estrutura do Programa e ampliação por meio de implantação de novos Núcleos Regionais: em 2023, além do Núcleo Regional de Belo Horizonte, estiveram em funcionamento os Núcleos Regionais de Barbacena, Juiz de Fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Itaúna, Muriaé, Alfenas e Divinópolis. Ademais, foram iniciadas as tratativas para implantação dos Núcleos Regionais do PAI-PJ de Ouro Preto, Uberlândia e Ipatinga.

- Quantidade de casos acompanhados e acolhimento de novos casos: no final de 2023, havia 1.263 (mil duzentos e sessenta e três) pacientes judiciários em acompanhamento pelo PAI-PJ em todo o Estado. Durante o ano, foram encaminhados à Secretaria de Acolhimento 791 (setecentos e noventa e um) novos casos para acompanhamento e avaliação sobre viabilidade de inserção no Programa.

- Ações visando ao cumprimento da Resolução CNJ n°487/2023 do CNJ, que determina a desinstitucionalização dos pacientes judiciários internados em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HTCPs) e prevê o fechamento dessas instituições asilares, bem como a implantação do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no Judiciário (CEIMPA). Foram realizadas 6 (seis) reuniões do citado comitê, nas quais ocorreram articulações interinstitucionais visando à desinternação dos pacientes judiciários do Manicômio Judiciário Jorge Vaz de Barbacena, em conformidade com os preceitos da Lei Federal n° 10.216/2001.

- Ações visando à desinstitucionalização e inserção social de pacientes judiciários privados de liberdade no sistema prisional : ao longo de 2023, a equipe e a coordenação do PAI-PJ empreenderam esforços para solucionar os impasses ligados à permanência dos pacientes judiciários em unidades do Sistema Prisional do estado, conforme as diretrizes da Resolução TJMG n° 944/2020 e da Lei n° 10.216/2001. Como resultado dessa ação, 137 (cento e trinta e sete) pacientes que se encontravam em unidades prisionais e 36 (trinta e seis) pacientes internados no HCTP Jorge Vaz de Barbacena receberam alvará de soltura, passando a realizar tratamento na rede de saúde mental.

- Retomada da publicação da Revista Responsabilidades em parceria com a EJEF , a partir do segundo semestre de 2023, com publicação, na Biblioteca Digital do TJMG, de Edição Especial que traz os relatórios elaborados após o mutirão realizado pelo PAI-PJ no HCTP Jorge Vaz, em Barbacena.

- Continuidade de parcerias estabelecidas pelo Programa PAI-PJ : por meio do convênio n° 261/2018, estabelecido entre o TJMG e o Hospital Metropolitano Odilon Behrens, 4 (quatro) turmas de residentes em Psiquiatria e Multiprofissional da rede de saúde mental de Belo Horizonte estagiaram no PAI-PJ, recebendo formação e participando de perícias e outras atividades. Ademais, teve continuidade a parceria entre o TJMG e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, por meio de estágio multidisciplinar ofertado aos alunos de psicologia, enfermagem e medicina junto à Secretaria de Acolhimento do PAI-PJ.

Precatórios

Cumpre incialmente indicar os resultados da articulação entre o TJMG, o Poder Legislativo e o Poder Executivo para prover o aporte de recursos pelo Estado de Minas Gerais em montante superior a 1 bilhão de reais, no ano de 2023.

Esses recursos representaram a manutenção do propósito de acelerar os pagamentos dos precatórios do Estado, buscando, dessa forma, contemplar os jurisdicionados em seus anseios de receber seus créditos.

De outro norte, o acordo direto no regime especial de pagamento de precatórios, que se consolidou por mais entes públicos e respectivos credores, teve como resultado de integração nessa modalidade de pagamento dentre os municípios totalizando 33 (trinta e três) entes em 2023 a propiciar acordos diretos aos seus credores para receberem seus precatórios antecipadamente.

Na esteira dos editais de acordos diretos, os recursos aportados em 2023 permitiram o lançamento do *2º Edital de Acordos do Estado* com previsão de recursos da ordem de R$180 milhões. Os recursos para acordos diretos da ordem de R$ 498,5 milhões ofertados nos editais do Estado, na perspectiva do deságio médio de 30%, permitirão quitar dívida de até R$712.142.857,10 e alcançar economia de R$213.642.857,10 pela antecipação do recebimento dos precatórios pelos credores.

Na dimensão de aperfeiçoamento da eficiência das ações, insta salientar o Ofício Requisitório Web (ORW) a ser integrado ao Sistema de Gestão de Precatórios, no 1º semestre de 2024, consoante a meta do planejamento estratégico.

Em perspectiva de outras ações desenvolvidas, destacam-se três grupos, quais sejam a Aprovação de Precatórios em face da Fazenda Pública, Gestão de recursos para pagamento de precatórios, e Pagamento de Precatórios, a seguir pormenorizados.

1 – Aprovação de Precatórios em face da Fazenda Pública . Público atendido: entes públicos devedores de precatórios e beneficiários dos créditos dos precatórios apresentados para compor as propostas orçamentárias de 2024 e 2025:

- 2024 – período de apresentação: 03/04/2022 a 02/04/2023. Resultados alcançados:

- Precatórios analisados: 10.992 (aumento de 106% em relação a 2022), tendo sido aprovados 9.235 (aumento de 91% em relação a 2022);
- Precatórios aprovados totalizando valor histórico de R$1.159.572.421,95 e atualizado de R$1.604.022.483,15.

- 2025 – período de apresentação: 03 de abril a 31 de dezembro de 2023. Resultados alcançados:

- Precatórios analisados: 5.316, com aprovação de 4.309 (estão em análise outros 258 precatórios);
- Precatórios aprovados perfazendo o valor histórico de R$487.496.638,82.

2 – Gestão de recursos para pagamento de precatórios. Público atendido: Entes públicos devedores de precatórios e beneficiários dos créditos dos precatórios. Resultados alcançados:

- Gestão da atualização e cobrança de acervo de precatórios de 31.275 (28.062 registrados no TJMG no início de 2023, além de 3.213 no TJMMG, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal Regional Federal da 6ª Região e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região), totalizando o montante de R$9.640.821.957,87, a serem exigidos no período de 2023 a 2029.
- Entidades no Regime Geral (art. 100 da Constituição Federal): 547;
- Entes no Regime Especial (art. 101 do ADCT): 155;
- Entes públicos: 702;
- Despachos e decisões proferidas: 42.141;
- Quantitativo de sequestros/bloqueios pelo Sisbajud: 1.215, totalizando recursos no valor de R$96.096.154,27;
- Recursos espontaneamente depositados: R$1.369.366.854,39.
- Recursos recebidos para pagamento de precatórios: R$1.465.463.008,66 (correspondentes a R$122.121.917,39 ao mês), sendo que, desse total, R$85.772.707,08 foram transferidos ao TJMMG (R$2.620.680,64), Tribunais Regionais Federais da 1ª e 6ª Regiões (R$3.510.855,10) e Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (R$79.389.170,19), em observância ao regime especial de pagamento de precatórios.

3 – Pagamento de Precatórios. Público atendido: Beneficiários dos créditos dos precatórios. Resultados alcançados:

- Precatórios pagos na cronologia: quantitativo de 6.950, valor de R$1.755.285.928,54;
- Precatórios pagos por editais de acordos: quantitativo de 1.463, valor de R$244.162.900,53;
- Total de precatórios pagos: quantitativo de 8.413, valor de R$1.999.448.829,07.
- Beneficiários alcançados pelos pagamentos: 10.517;
- Precatórios encerrados: 9.076.

Programa Novos Rumos – APAC

Na sequência, as ações desenvolvidas no decorrer de 2023 no que tange à política de APACs no Estado de Minas Gerais.

- Inauguração de Centro de Reintegração Social – CRS – em fevereiro de 2023, foi realizada cerimônia de inauguração do Centro de Reintegração Social da APAC de Divinópolis, com capacidade para acomodar 108 (cento e oito) recuperandos, dispondo de infraestrutura destinada a atendimento médico, odontológico, jurídico e psicológico, bem como espaços destinados as atividades de laborterapia, estudos e práticas religiosas.

- Encontros de Magistrados de Execução Penal que aplicam o método APAC em Minas Gerais – em parceria com a EJEF, foi realizado, em 14 de abril de 2023, o Encontro de Magistrados de Execução Penal que aplicam o método no Estado, contando com a presença de 33 (trinta e três) atuantes em comarcas com APACs em funcionamento ou em processo de implantação. Teve como propósito central a adoção de boas práticas para aperfeiçoamento da metodologia, por meio da realização de painéis abordando as iniciativas: Debate sobre captação de parcerias com as APACs; Adoção de fluxos; Interação entre órgãos institucionais que atuam na Execução Penal; Fomento das APACs através da destinação de verbas pecuniárias; Celebração de convênios com o Estado e Acompanhamento da destinação de recursos.

- Encontro de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos de Execução Penal que aplicam o método APAC em Minas Gerais – Também em colaboração com a EJEF, realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2023. O evento reuniu aproximadamente 80 (oitenta) autoridades. Na oportunidade, realizou-se visita aos Centros de Reintegração Social das APACs Masculina, Feminina e Juvenil, para apresentação das instalações e principais atividades realizadas pelos recuperandos e reeducandos.

- Encontro de Magistrados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Advogados de Execução Penal que aplicam o método APAC em Minas Gerais – em outra iniciativa conjunta com a EJEF, foi realizado no dia 26 de outubro de 2023, reunindo 92 (noventa e dois participantes), tendo como objetivos principais o aprimoramento da metodologia e a melhoria na interlocução entre os órgãos institucionais.

- Cursos para dirigentes das APACs – visando aprimorar a aplicação da metodologia apaqueana, a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, em parceria com o TJMG, por meio do Acordo de Cooperação Técnica Nº 007/2023, promoveu os seguintes cursos destinados aos dirigentes responsáveis pela direção das APACs: “Curso de Capacitação para Diretores, Presidentes e Gerentes–Gerais das APACs”, 22 a 24 de maio de 2023; “Encontro dos Dirigentes das APACs”, 27 e 28 de novembro de 2023.

- Visita aos Centros de Reintegração Social geridos pelas APACs – realizadas visitas técnicas a 41 (quarenta e uma) unidades do Estado, permitindo averiguar a efetiva aplicação da metodologia na rotina dos Centros.

Programa Pontualidade 5.0

Seguem abaixo os resultados das cooperações realizadas, no ano de 2023, pelo TJMG, no âmbito do Programa Pontualidade 5.0, as quais foram monitoradas pelo Centro de Monitoramento e Suporte à Prestação Jurisdicional – CEMJUR.

PROJEF					
	Sentenças	Decisões	Despachos	Audiências	Júri
Exercício - 2023	8.780	525	1.353	5.436	766
Total geral	16.860				

Núcleo de Justiça 4.0 - Cível				
	Sentenças	Decisões	Despachos	Atos de Secretaria
Exercício - 2023	12.774	2.939	6.300	105.647
Total geral	22.013			105.647

Núcleo de Justiça 4.0 - Criminal					
	Sentenças	Decisões	Despachos	Audiência	Atos de Secretaria
Exercício - 2023	1.053	16	427	830	46.504
Total geral	2.326				46.504

Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária				
	Sentenças	Decisões	Despachos	Atos de secretaria
Exercício - 2023	963	1.930	22.848	95.142
Total geral	25.741			95.142

Central de Execução de Medida de Segurança 4.0 - Cemes					
	Sentenças	Decisões	Despachos	Audiências	Atos de Secretaria
Exercício - 2023	417	1.585	2.443	2	26.080
Total geral	4.447				26.080

Núcleo de Justiça 4.0 - Fazendário			
	Sentenças	Decisões	Atos de Secretaria
Exercício - 2023	3.205	3.370	76.629
Total geral	6.575		76.629

SOMATÓRIO DE TODOS OS ATOS JURISDICIONAIS REALIZADOS EM 2023	
PROJEF	16.860
Núcleo de Justiça 4.0 - Cível	22.013
Núcleo de Justiça 4.0 - Criminal	2.326
Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária	25.741
Núcleo de Justiça 4.0 - Cemes	4.447
Núcleo de Justiça 4.0 - Fazendário	6.575
Total:	77.962

SOMATÓRIO DE TODOS OS ATOS DE SECRETARIA REALIZADOS EM 2023	
PROJEF	0
Núcleo de Justiça 4.0 - Cível	105.647
Núcleo de Justiça 4.0 - Criminal	46.504
Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária	95.142
Núcleo de Justiça 4.0 - Cemes	26.080
Núcleo de Justiça 4.0 - Fazendário	76.629
Total:	350.002

TOTAL GERAL DE ATOS PRATICADOS
427.964

Superintendência de Transportes

Estão aqui elencadas as ações desenvolvidas pela Superintendência de Transportes referentes ao exercício de 2023.

- Expansão do SEI FROTA para as Comarcas de Montes Claros, Divinópolis, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia, resultando em aprimoramento do controle das atividades internas, dos veículos oficiais, bem como da atuação dos condutores e dos solicitantes.

- Processo de expansão do SEI FROTA para as Comarcas de Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Muriaé, Ubá, Betim, Pedro Leopoldo, Vespasiano, Ribeirão das Neves.

- Construção da nova oficina do TJMG, localizada no CEOP, almejando melhor atendimento, economia e sustentabilidade. A ação está em andamento, tendo sido realizada a transferência dos equipamentos para o novo local, bem como a instalação de novos elevadores.

- Processo de implantação do “SEI OFICINA”, ferramenta em desenvolvimento em parceria com a COSIP/CEPROC, tendo como objetivo padronizar os processos e solicitações da oficina do TJMG, permitindo o armazenamento de documento e melhor controle da prestação de serviços.

- Aquisição de veículos “4x4” para realização de viagens correicionais e de inspeção pelas equipes de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro e, eventualmente, em outros deslocamentos relacionados aos trabalhos correicionais, de fiscalização e disciplinares da CGJ, além de desenvolvimento de estudo sobre a viabilidade de compra de mais 19 (dezenove) veículos adaptados para atendimento de Comarcas do interior.

- Implantação de novo fluxo de atendimento aos eventos realizados no âmbito do TJMG.

- Regularização (retirada e baixa) das placas especiais (sem identificação), nos termos da Resolução CNJ nº 83/2009.

- Contratação de motoristas mulheres, iniciativa que busca promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

- Projeto Birô, com auxílio no transporte de processos físicos das Comarcas do interior para a digitalização.

- Publicação da Portaria TJMG nº 6.264/PR/2023 que “dispõe sobre o uso de veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”, com objetivo de compilar as informações referentes ao setor de transportes.

- Regularização da condução de veículos oficiais por juízes e servidores, nos termos da supramencionada Portaria TJMG nº 6.264/PR/2023, de forma eventual e exclusivamente por necessidade de serviço, resultando em redução na necessidade de contratação de motoristas terceirizados.

- Implantação de informativos, a fim de prestar informações referentes aos veículos oficiais e funcionamento da oficina, encaminhados, via

e-mail, de forma periódica, aos Desembargadores da Casa.

- Revisão no valor da diária de viagem, em função da atuação da Superintendência de Transportes e apoio da CGJ.

- Manutenção preventiva nos veículos oficiais, por meio de agendamentos.

- Estabelecimento de critérios para troca de veículos oficiais, com utilização da ferramenta Qlik Sense, por meio da qual é permitida a visualização da quilometragem, dispêndio com manutenção e a desvalorização/depreciação do bem patrimonial.

- Iniciados estudos para distribuição de veículos nas comarcas do interior.

- Aquisição de 145 (cento e quarenta e cinco) novos veículos de serviço, tendo em observação o que dispõe o art. 6º da Portaria TJMG nº 6.264/PR/2023.

- Adesão a ata de registro de preços (ARP) da SEPLAG/MG, cujo objeto é a locação de veículos.

- Estudo para aquisição de vans adaptadas para atendimento do projeto "Juizado móvel".

- Revisão dos critérios técnicos para contratação de motoristas no âmbito do TJMG.

- Desenvolvimento de estudos técnicos para implantação de *chip* para aprimoramento do controle de entrada e saída de veículos nas dependências do TJMG.

- Alienação de pneus incompatíveis com a frota atual do TJMG, por intermédio do Leilão nº 018/2023.

- Alienação de veículos classificados como inservíveis ou antieconômicos, por meio da modalidade do Leilão.

- Iniciados estudos para implantação de sistema de gerenciamento, a fim de proporcionar melhor controle da frota de serviço do TJMG.

- Contratação de pessoa jurídica especializada em desinstalação, transferência de local, manutenção, reinstalação, nivelamento, atualização de software e banco de dados, calibração, e testagem dos equipamentos lotados na Oficina.

- Desenvolvimento de estudo e outros procedimentos relativos à aquisição de veículos de cargas leves e pesadas, nos termos do artigo 8º da Resolução CNJ nº 83/2009.

- Contratação de pessoa jurídica para realização de Coleta de Resíduos em Caixa Separadora Água e Óleo – CSAO (areia, lama e óleo de motor) retirados na lavagem dos veículos, bem como recolhimento de resíduos sólidos provenientes das manutenções realizadas.

- Mapeamento dos fluxos internos de trabalho.

Sustentabilidade

Abaixo estão destacadas as iniciativas e ações planejadas e executadas pelo Centro de Sustentabilidade – CESUS, no que tange à temática sustentabilidade.

- Revisão da Portaria de Energia Elétrica – o CESUS presta apoio à revisão da Portaria Conjunta nº 618/PR/2017, que dispõe sobre a utilização de energia elétrica e de equipamentos elétricos e eletrônicos nos prédios vinculados ao TJMG. A questão foi submetida à análise da DIRSEP e da DENGEP, que se manifestaram por meio de seus setores técnicos, oferecendo, por conseguinte, contribuições à redação do novo normativo. O objetivo é normatizar o uso racional, pautado pelos requisitos de segurança, bem como regulamentar a destinação do uso de energia elétrica especificamente às atividades administrativas e às relacionadas à prestação jurisdicional.

- Guia de Contratações Sustentáveis – TJMG – instituído por meio da Portaria nº 6.136/PR/2023, visa auxiliar os gestores de contratos das áreas demandantes, por intermédio de normas, recomendações e outras orientações, na aplicação dos critérios e práticas de sustentabilidade no que tange à aquisição de bens e contratações de serviços e obras. Ademais, foi editada cartilha complementar, em fase de diagramação na DIRCOM, com o intuito de subsidiar os gestores de contratos na inserção de critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios.

- Inclusão do Curso "Introdução à Gestão Socioambiental" à trilha de formação da EJEF, com o objetivo de promover uma cultura organizacional mais consciente e corpo funcional capacitado para enfrentar os desafios e oportunidades relacionadas à sustentabilidade.

- Revisão do modelo de fornecimento de água envasada no âmbito do TJMG – visando atender as diretrizes do CNJ no tocante à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, o CESUS realizou estudo para troca das embalagens plásticas por opção mais ecológica, que resultou na sugestão de implementação de projeto-piloto de substituição de água mineral envasada em garrafas pet pela armazenada em vidro. No entanto, devido ao custo das garrafas de vidro, optou-se pela não efetivação do projeto, ao menos no momento. Oportunamente realizar-se-á nova análise sobre a sua viabilidade. Adicionalmente, ressalta-se que o modelo de bebedouro que utiliza galões de água retornáveis não faz mais parte do catálogo de fornecimento de suprimentos do TJMG. Atualmente, apenas o Pai-PJ utiliza tal modelo, uma vez que não é viável, presentemente, sua substituição na unidade.

- Campanha de redução do parque de impressão e divulgação do manual das novas impressoras – em fevereiro de 2023, foi publicada a Portaria Conjunta nº 1.438/2023, que estabelece critérios para utilização, requisição e distribuição de impressoras, bem como dispõe sobre o gerenciamento dos serviços de impressão deste Tribunal. Em complementação, foi lançada campanha informando sobre a modernização dos equipamentos de impressão, além do redimensionamento de seu quantitativo. Além disso, foi lançado no início de dezembro manual sobre o uso eficiente e adequado das novas impressoras.

- Mês do meio ambiente – em junho, foram realizadas ações em comemoração ao dia do meio ambiente (05 de junho), com o objetivo de estimular magistrados, servidores e colaboradores a contribuírem para um meio ambiente mais sustentável e saudável. Uma das ações foi a disponibilização de postos de coleta de medicamentos vencidos e eletrônicos obsoletos e/ou quebrados para o correto descarte desses materiais.

- Realização de Evento de Sustentabilidade – complementando as ações do mês do meio ambiente, em parceria com a EJEF, foi realizado o Encontro de Sustentabilidade, com o objetivo de engajar a comunidade TJMG e parceiros em nossos compromissos ambientais, tendo como público-alvo magistrados e servidores do TJMG, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas de Minas Gerais, representantes dos órgãos componentes da Rede Sustenta Minas, parlamentares da ALMG e representantes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, com adesão de 120 (cento e vinte) inscritos, oportunidade na qual foram realizadas as seguintes palestras: "Sustentabilidade nos órgãos públicos" (proferida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Marília Carvalho de Melo); "Contratações Sustentáveis" (ministrada pela professora e servidora do TJMG, Tatiana Camarão); "Agenda 2030 no Judiciário: da teoria à pratica" (proferida pela Coordenadora de Estratégia e Sustentabilidade do TJDFT, Adriana Tostes e pela Assessora-chefe de Gestão Sustentáveis do STJ, Ketlin Feitosa).

- Distribuição de pasta canguru reciclada – em setembro, como resultado de parceria entre o CESUS e a DIRSEP, iniciou-se a distribuição de pastas "canguru" recicladas para as comarcas, produzidas a partir do reaproveitamento de materiais como cartolinas e laminações.

- Criação de indicadores de contratos sustentáveis – com o objetivo de mapear e monitorar contratos com algum critério de sustentabilidade. Foram criados indicadores para medir o índice de contratos sustentáveis, o índice de contratos de terceirização, o índice de contratos de obras e o índice de contratos de prestação de serviço com critérios de sustentabilidade.

- Criação do Painel "Área Verde" – em parceria com a DENGEP e CEINFO, está em desenvolvimento painel do *Qlik Sense* para visualização da área verde/permeável pertencente às edificações institucionais de todo o Estado.

- Implementação do Plano de Compensação Ambiental – o artigo 24 da Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece a necessidade de implementação de plano de compensação ambiental, a fim de reduzir, permanentemente, a emissão de gases de efeito estufa, resultante de seu funcionamento. Para a elaboração desse plano, no âmbito do TJMG, deve-se efetivar, por meio de procedimento licitatório, contratação para realização do inventário da emissão de carbono. Atualmente, a correspondente minuta do termo de referência encontra-se em fase de revisão técnica e jurídica pela ASCONT/DIRSEP.

- Normativo relativo à temática "Água e Esgoto" – o CESUS atuou junto à equipe da COGEP/DENGEP de forma a fomentar a elaboração de normativo sobre utilização/fornecimento de água e esgoto nas edificações do TJMG.

Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 11/04/2024, às 18:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **18445951** e o código CRC **EA8C0BA8**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena , Nº 4001 - Bairro Serra - CEP 30130-911 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 12 (31)3306-3100

OFÍCIO CIRCULAR DA PRESIDÊNCIA Nº 017/GAPRE / 2023 - PRES. CHEFIA GAB

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023.

Assunto: **Informações para elaboração da Prestação de Contas – Relatório de Atos de Gestão de 2023.**

Prezados(as)Magistrados e Magistradas,

Prezados(as)Gestores e Gestoras,

Solicito-lhes informações sobre os projetos e ações desenvolvidos, durante o corrente ano, na área sob sua responsabilidade/gestão, para fins de elaboração do **Relatório de Atos de Gestão, constante da Prestação de Contas do TJMG, referente ao exercício de 2023**, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

As respostas devem ser encaminhadas, de forma resumida, impreterivelmente, até o dia **26 de janeiro de 2024**, por meio deste processo SEI.

Esclareço que a **Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG**, acompanhará o envio das informações e consolidará o relatório, sendo também responsável por esclarecimentos, por meio do e-mail asplag@tjmg.jus.br ou dos telefones (31) 3079-9802 e (31) 3079-9804.

Atenciosamente,

Desembargador **José Arthur de Carvalho Pereira Filho**
Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho**, **Presidente**, em 01/12/2023, às 15:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **17157364** e o código CRC **695F474D**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 17773440 / 2024 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO4031

EXERCÍCIO: 2023

ANEXO V - ITEM 3 - D)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 003/2023 - TCEMG

INSTRUMENTO NORMATIVO	DATA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
LEI Nº 24.272, DE 20 DE JANEIRO DE 2023, DECRETO NE 286 DE 26 DE MAIO DE 2023, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 48	27/05/23	02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	61.365,12
LEI Nº 24.429, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023, DECRETO NE 447 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023, REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº 092	13/09/23	02 061 706 4395 0001 3390 0 24 1	22.714,00	-
		02 128 706 2109 0001 3390 0 60 1	300.000,00	-
		02 061 706 2025 0001 3390 0 60 1	17.505.240,00	-
		02 061 706 2025 0001 4490 0 60 1	6.439.591,00	-
		02 061 706 4395 0001 3390 0 60 1	-	17.805.240,00
		02 061 706 4395 0001 4490 0 60 1		6.439.591,00
		TOTAL	**24.267.545,00**	**24.306.196,12**
FONTE: SIAFI/MG				

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O

Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho**, **Gerente**, em 17/04/2024, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 17/04/2024, às 15:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho**, **Presidente**, em 17/04/2024, às 17:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **17773440** e o código CRC **EE6687E7**.

TJMG
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 17786745 / 2024 - TJMG/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

QUADRO DEMONSTRATIVO COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UO 4031

EXERCÍCIO: 2023

ANEXO V - ITEM III - E)

ART. 5º, INCISO IV, DECISÃO NORMATIVA Nº 003/2023 - TCEMG

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Unidade Orçamentária - Código	Unidade Executora - Código	Elemento Despesa - Código	Funcional Programática - Formatado	Projeto_Atividade - Descrição	Natureza Item Despesa - Código Form	Fonte Recurso - Código	Procedência - Código	Valor Despesa Realizada 2021	Valor Despesa Realizada 2022	Evolução 2020 X 2021	Valor Despesa Realizada 2023	Evolução 2022 X 2023
4031	1030002	92	02.061.706.2025.0001	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	3.3.90.92.02	77	1	48.466,31	200.714,78	314%	16.977,88	-92%
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	11.345,50	-	100%	-	0%
4031	1030002	92	02.061.706.2055.0001	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	3.3.90.92.02	60	1	-	-	0%	20.758.249,91	100%
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	60	7	-	-	0%	37.516.216,94	100%
4031	1030002	92	02.061.706.2091.0001	OBRAS E GESTAO PREDIAL	3.3.90.92.02	77	1	577.298,97	311.996,73	-46%	855.389,73	174%
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	77	1	1.644.855,19	973.643,58	-41%	593.391,55	-39%
4031	1030002	92			4.4.90.92.02	60	1	60.491,68	-	100%	-	0%
4031	1030002	92	02.061.706.4395.0001	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	3.3.90.92.01	77	1	-	404,00	100%	-	0%
4031	1030002	92			3.3.90.92.02	77	1	202.426,90	350.015,64	73%	599.009,65	71%
4031	1030002	92			3.3.91.92.02	77	1	-	156,18	100%	939,90	502%

4031	1030002	92	02.128.706.2109.0001	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3.3.90.92.02	77	1	-	20.607,10	100%	13.158,03	-36%
							TOTAIS	**2.544.884,55**	**1.857.538,01**	**-27%**	**60.353.333,59**	**3149%**
Fonte : Fonte: Business Objects - BO - Armazém de Informações - SIAFI/MG												

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O

Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho**, **Gerente**, em 17/04/2024, às 12:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 17/04/2024, às 15:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho**, **Presidente**, em 17/04/2024, às 17:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **17786745** e o código CRC **BA9E23BB**.